



Ata da assembleia municipal de Tondela de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Verificando-se a falta do presidente da mesa da assembleia, o primeiro secretário assumiu as funções de presidente orientando os trabalhos, o segundo secretário tomou a posição do primeiro e foi convidado o deputado Diamantino Costa para ocupar o lugar de segundo secretário, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

Foram apresentada duas credenciais: do senhor presidente da junta de freguesia de Canas de Santa Maria e do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, à luz das quais se fizeram representar por Maria Zelia Martins e Firmino dos Santos Melo, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados: Carlos Cunha, Marina Leitão, Carlos Viegas, Jorge Batista, Jorge Marques, João Paulo Tavares.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

1.Período de antes da Ordem do Dia:

1.1.Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de novembro de 2014

Iniciado o ponto, A deputada Rita Rosa tomou da palavra para informar que na ata de novembro não estava referenciada a sua tomada de posse.



O deputado Joaquim Santos interveio, alertando que na ata, na sua intervenção no período antes da ordem do dia, não foi referenciado a saudação de boas vindas, à deputada Rita Rosa, desejando-lhe as maiores felicidades no Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

À deputada Rita Rosa foi informado que o procedimento em causa se encontrava mencionado numa ata avulso de tomada de posse.

Não havendo mais intervenções, a ata de 17 de novembro foi colocada à votação, e foi aprovada por maioria com as abstenções dos deputados: Sandra Coimbra e Ventura Gonçalves, por, como declararam não terem estado presentes na referida sessão.

1.2.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foi presente à assembleia: ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses com a convocatória do XXII congresso; ofício da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão informando do arquivamento da queixa do Partido Socialista, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu; email do presidente da comissão Política Concelhia do PS de Tondela com documento aprovado na assembleia de 6 de dezembro de 2014 e com a participação de membros do MUAP; plano de atividades e orçamento para o ano económico de 2015, da CIM Viseu Dão Lafões; da Câmara Municipal de Tondela, informação financeira e relatório de atividades; ofícios da Fenprof e do sindicato dos professores da região centro sobre a delegação de competências para o poder local, na área da educação; um exemplar do jornal “Associação”.

O deputado Joaquim Santos solicitou a leitura do ofício enviado pela Fenprof, para que a assembleia tivesse conhecimento da posição daquele sindicato. Questionou a mesa se tinha sido rececionado um ofício da ANMP para uma reunião sobre o debate “Os

S. Claud
R



municípios, a reestruturação e o futuro modelo organizacional dos serviços de água e saneamento em Portugal “ que se realizou no passado dia 6 de fevereiro, onde esteve presente.

O senhor presidente da mesa em exercício procedeu à solicitação e procedeu à leitura do referido ofício.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciaram-se deste ponto, com a intervenção do deputado Manuel Veiga, do Grupo Parlamentar da CDU, que apresentou uma moção “Saudação às mulheres e ao Dia Internacional da Mulher”. (anexo1)

O presidente em exercício colocou à votação da assembleia a pertinência da votação da referida moção, que foi aprovada por unanimidade. Passando-se de seguida à votação da mesma, sendo aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o Grupo Parlamentar do PSD, com a intervenção da deputada Cristiana Ferreira, que iniciou com um agradecimento pela simpática moção apresentada pelo deputado Manuel Veiga. Continuou a sua intervenção. (anexo 2)

Seguiu-se a deputada Vera Machado. (anexo 3)

Continuaram-se os trabalhos e tomou da palavra o deputado António Ferreira. (anexo 4)

O deputado Abílio dos Santos interveio com um voto de congratulação e louvor às empresas: Ginado, Controvet, Nutrofértil e Tojaltec. (anexo 5)

Passou depois a palavra para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que iniciou com a intervenção da deputada Marta Franco. (anexo 6)

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra continuando os trabalhos respondendo à deputada Vera Machado, informando ser uma resposta dada pelo secretário-geral do Partido Socialista. (anexo 7). Continuou a intervenção. (anexo 8)



Seguidamente, foi a vez do Grupo Parlamentar do CDS, com o deputado António Dinis:

“Boa tarde a todos. Senhor presidente da assembleia em exercício, restante mesa, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, assembleia municipal, comunicação social, público em geral, minhas senhoras, meus senhores.

A minha intervenção vai focar alguns aspetos aqui referenciados. Irei fazer uma análise em alguns pontos essencialmente que nos toca a todos e onde muitas vezes o senhor Arménio diz que não falamos do concelho nesse período.

Primeiro, tem a ver com a visita do senhor ministro da solidariedade social à freguesia de Lajeosa do Dão, onde foi muito bem recebido. Foram feitos pedidos, pela associação local, para um apoio efetivo para a construção de uma infraestrutura no domínio social. Espero que seja possível fazer algumas diligências nesse sentido, se bem que as coisas não estejam fáceis, mas temos de dar a volta em termos de investimento. Espero que o concelho possa vir a ser contemplado, não só nessa infraestrutura como em outras freguesias. Fiquei satisfeito e queria, aqui, testemunhar essa visita do senhor ministro Mota Soares.

O segundo assunto, tem a ver com a autoestrada Viseu Coimbra. Pelos vistos, o CDS quando falou disto, há um ano atrás, tinha alguma razão, quando colocámos um conjunto de questões, dúvidas e preocupações. Na altura parecia que andava a inventar coisas, pregar no deserto, agora vejo que há mais gente a levantar dúvidas e há mais gente a questionar. Bem gostaria de estar errado, mas pelos vistos está a concretizar-se e não vamos ter autoestrada Viseu Coimbra. Acho lamentável que uma infraestrutura que era importante para o desenvolvimento do nosso território fique mais uma vez para trás. Independentemente de ser um governo de coligação, tenho a legitimidade de vir aqui defender o que acho que era importante para o nosso território.

Na questão do hotel do Caramulo, partilho as preocupações do Ferreira. Efetivamente, todos nós ficamos tristes com o facto. É um problema que ninguém gosta de ver acontecer no nosso território. Tínhamos, todos, expectativas em relação ao



desenvolvimento do turismo, em particular na zona serrana, mas estes últimos tempos foram muito trágicos para aquela região, primeiro os incêndios e agora uma má notícia. Há um ano atrás foi apresentado um plano estratégico para o Caramulo, levantei muitas dúvidas em relação a algumas coisas que lá estavam. Temos de arregaçar as mangas e dar a volta. Vi que foi constituído um consórcio para tentar arranjar algumas soluções. As questões não são fáceis de resolver. Tenho uma dúvida, não ouvi que o museu do Caramulo integrava o consórcio. Está. Ainda bem, porque é um elemento importante nesta estratégia para o território. Estou muito apreensivo pelo facto do hotel ter fechado e depois de fechar é muito complicado voltar a abrir, não falando do impacto que tem no nosso território. Isto leva-nos á questão do turismo. Há quatro ou cinco anos atrás, estive na apresentação do projeto “Montes Aventura” para o Caramulo e acho que era na altura “a pedrada no charco” necessária para despoletar uma situação que se vinha acumulando e cada vez mais preocupante para todos nós. Hoje, volvidos esses anos, verificamos que as coisas andaram para trás e isso preocupa-me e queria- o aqui manifestar.

Preocupa-me, também a questão das termas de Sangemil. Contrariamente aquilo que foi dito, que se iria dar a volta ao texto. As coisas correram muito pior e pela primeira vez a nível nacional houve um crescimento dos termalistas e a nível local houve uma regressão. Isto é o contrário daquilo que andamos a defender. De vez em quando andamos a mandar umas coisas para o ar, vamos batendo palmas e quando chegam os factos reais a coisa não é bem assim. Partilho e associo-me as preocupações colocadas pelo Ferreira e deixo aqui mais esta preocupação.

Sobre áquilo que foi dito em relação à coligação. Ainda não há luz verde, mas tudo indicia para que seja anunciado um facto concretizável, vamos todos certamente trabalhar nesse sentido, com mais ou menos dificuldade, as coisas são como são, a vida é como é, nem sempre gostamos do que nos apresentam, vamos ver o que vai dar. Vou estar atento ao que se vai passar no distrito e aí também terei em ocasiões próprias, com as pessoas ajustadas às tomadas de decisões, de dizer aquilo que penso, goste-se ou não.

Associar-me, também aos prémios das empresas do nosso concelho que estão subjacente à criação de riqueza. É por aí o caminho que temos todos de trilhar. Foi



reconhecidos o mérito desses empresários e das suas equipas, pessoas que criam riqueza e promovem o desenvolvimento do nosso concelho. Para além desses haverá muito mais que tem um desempenho muito positivo para a competitividade do nosso território.

Finalmente, porque vamos ter a inauguração do relvado sintético de Nandufe, mas queria, aqui, deixar uma pergunta ao senhor presidente da câmara, que já coloquei na última assembleia, qual era o montante que tinha sido gasto na relva sintética de Molelos? A resposta, senhor presidente, foi cerca de 500 mil euros. Recebi, em junho do ano passado, em relação as parcerias, um valor de 900 mil euros, que com os juros daria 2,8 milhões de euros. Gostaria que explicasse a diferença desses valores que foi aqui referido como sendo o custo da obra e o resto dos encargos. Como sabemos o modelo das PPP são todas iguais, quem paga são sempre os mesmos.

Por último, a questão das águas. Volto a este tema, apesar de ser cansativo, mas acho que o PSD se deveria preocupar com esse assunto. Foi o próprio PSD que fez uma proposta de redução da tarifa social, há um ano. Em setembro, o CDS fez uma proposta para fazer algo para que fosse mais rápida a apresentação do documento. Abstiveram-se, o que levou a aprovação desse documento. Vejo hoje tudo na mesma. Devem estar à espera que as pessoas enriqueçam. Custa-me. Fomos acusado de que o CDS não fazia nada pela questão das águas, isso não é verdade, temos feito, o PSD também fez na assembleia, mas depois nada fez. Continuamos a pagar a água mais cara a nível nacional, houve uma crítica muito clara do Tribunal de Contas em relação à ação da ERSAR, que não está a fazer nada. Acho que temos de colocar o assunto em cima da mesa, tomar medidas. Aos Tribunais compete as questões dos tribunais, não vou pronunciar-me sobre isso, agora foi aquilo que aprovamos, senão vimos para aqui fazer o quê? Preocupa-me. No jornal foi referenciado que teríamos de indemnizar em 40 milhões de euros. Não percebi esse valor. Isso foi o que foi gasto com os 25 milhões de fundos comunitários? Temos de pagar os fundos comunitários, a quem? Ouço cada coisa. Muito obrigado”.

O presidente da mesa colocou à votação a aceitação da proposta do voto congratulação às empresas, tendo sido aprovado a sua aceitação por unanimidade, com idêntica votação para a referida proposta.



2. Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

No início deste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra, pelo presidente da mesa, ao senhor presidente da câmara:

“Muito boa tarde a todos. Cumprimentar o senhor presidente da assembleia, secretários, funcionários, membros da assembleia, comunicação social.

Começaria por solicitar à assembleia que fosse retirado o ponto 2.4 da ordem de trabalhos (Análise, discussão e aprovação da composição das Unidades Orgânicas Flexíveis e Regulamento Orgânico do Município de Tondela), já que não é necessário vir a esta assembleia. A assembleia tem de se pronunciar sobre o ponto 2.3., a estrutura orgânica, como está explicado no documento de suporte, mas a constituição dessa estrutura é da competência do órgão executivo e não carece de aprovação da assembleia., sem prejuízo de explicitação para aqueles que possam ter dúvidas de interpretação.

Antes de entrar na ordem do dia, queria fazer referência a um conjunto de matérias autárquicas ou de relevância sobre os quais vou tecer dois ou três comentários que julgo importantes.

Ao deputado Veiga, sobre a referência da declaração de princípios a um princípio básico, que diria fundamental da nossa civilização, que é o respeito intergeracional e respeito institucional que devemos ter enquanto sociedade e a dignificação do papel da mulher, elemento estrutural da sociedade. Penso que essa declaração de princípio, muito humanista, casa bem com a figura de exercício da avaliação desta assembleia.

A um conjunto de referências vividas na Grécia e em Portugal, penso que, nos tempos que estamos a viver, temos de ter a noção de qual é o destino que a Europa quer viver e das consequências que daí podem advir. Não fazer este exercício é desviar-nos da realidade. É verdade que em política há sempre dois campos possíveis, o do pragmatismo,



da objetividade, da clareza e o campo em que podemos ter desejos, estados de alma, motivações que nunca conseguiremos concretizar. Portugal sofreu, nestes quatro anos, um dos períodos mais críticos do seu processo de ajustamento. A pergunta que cada um fará é: se existia outro caminho? É verdade que esta pergunta terá sempre um racional teórico, na medida que só sou capaz de avaliar se um caminho é melhor que outro se for capaz de viver os outros caminhos. Senão o que posso fazer é olhar para o percurso que fiz e que outros fizeram em idênticas circunstâncias e perceber um pouco se há alguma similitude ou algum grau de comparação que me permita tirar conclusões.

O que nós portugueses tivemos, em maio de 2011, e agora não interessa para avaliar responsabilidades é o seguinte: existiam reservas para pagar salários durante trinta dias, os juros tinham ultrapassado a fasquia mítica do limite impossível, que era 7,5%. O deficit público oficial atingia praticamente 11%. O abismo estava à frente de todos. Como quem está aflito a tendência é pedir apoio e foi assim que o governo de então negociou um plano de resgate financeiro. Daí para cá com a alteração política sofrida, com ajustamento em alguns domínios, com as evidências claras de que as medidas foram muito mais gravosas do que era espetável, claro que sim, porque o desenho das medidas foi sustentado num deficit que não era real, mas era aquele que estava publicado. O deficit rondava os 10,2%, o sector empresarial do estado não estava refletido nas dívidas. Ora todo este cenário agravou o ponto de partida. Esta foi uma grande vitória que o povo português teve neste percurso. É por isso que me custa, enquanto português que não saibamos afastar-nos daquilo que noutros casos não correu tão bem. Quanto mais nos quisermos colar áquilo que é negativo menos será aproveitado do exercício daquilo que deve ser o nosso dever do futuro. Neste percurso houve vários problemas para resolver, desde logo no domínio da saúde. O problema não só são as questões que a Marta aqui trouxe. Em 2011, a dívida do setor hospitalar era de 3 mil milhões. Os laboratórios tinham dívidas que rondavam os 450 dias perante o prazo de fornecimento. Houve necessidade de injetar 3 mil milhões para pagar ao setor farmacêutico, o sector estava em rotura. Houve o cuidado de procurar ganhos onde havia margem, nomeadamente nas farmacêuticas. Nunca como hoje, o preço do medicamento esteve tão baixo. Dir-me-ão que é decorrente da lei do mercado. Direi que é preciso exercer pressão política para se



chegar a este ponto. Hoje há ainda um grave problema com médicos, em particular na medicina familiar. Convém lembrar que um grande conjunto de médicos, em 2009, 2010, 2011, apoiados no quadro legal vigente, permitiu ter reformas antecipadas. Quantos médicos no nosso concelho com 52, 53 anos se reformaram? Chegámos em novembro de 2012 ao ponto mais crítico, que o nosso concelho atravessou: houve 7 médicos a reformarem-se. As então designadas USF, que na sua essência tem um bom princípio, foram desvirtuadas pelo mecanismo facilidade com que se permitiu que os médicos se deslocassem, permitindo que muitos territórios ficasse sem médicos, deslocando-se estes para os grandes centros. Em Tondela cerca de 8 a 9 mil pessoas não tem médico de família. Esta realidade nunca a ignoramos. Mas desde a primeira hora estamos empenhados em encontrar soluções, minorando os impactos mais brutais que possam existirem. Hoje, há mais médicos do que aqueles que existiam, mas temos uma pirâmide que está desligada da realidade, há um conjunto de médicos que tem mais de 50 anos e ao contrário daquilo que andou a dizer a ordem dos médicos, por causa do célebre “números clausus” e se hoje virmos como está a nossa faixa etária, enquanto temos um grande contingente nos 50 anos e outro grande contingente dos 25 aos 30 anos, a meio há uma depressão. É bom termos a noção que os problemas estão aqui. Há mais camas nos hospitais. Temos é de saber diferenciar o que são camas hospitalares e o que são camas em sede de cuidados continuados. É um problema que não se irá esgotar nesta legislatura, são travessais neste domínio.

Queria fazer alguns comentários sobre a dívida. Enquanto não fizermos uma leitura correta não faremos uma narrativa adequada. Com tanta austeridade, porque é que aumenta a dívida pública? A dívida pública, em Portugal, cresceu de 60% de 2003, 2004 para 120% em 2011, o maior aumento da dívida pública da história de Portugal, hoje ronda os 124% do PIB. Mas porque é que a dívida pública com esta austeridade ainda aumenta? Por três razões muito simples, a dívida pública é calculada em função do produto interno bruto, é um cociente, sabemos nós que numa fração quanto menor for o cociente maior vai ser o resultado. Enquanto o crescimento do nosso PIB não aumentar nominalmente a dívida pública é maior. Segunda questão importante, é por isso que alguns não percebem o porquê de querermos ter um deficit que se aproxime do zero, num



ano ter deficit implica uma coisa muito simples, se eu tenho uma despesa de 100 e só consigo ter receita de 95, então quer dizer que me faltam 5, como fico a dever, a minha divida aumenta. Enquanto houver deficit em Portugal obrigatoriamente a divida publica aumenta todos os anos. É por isso o desafio de ter em 2015 um deficit de 2, 7%, não é uma miragem, deve ser um motivo mobilizador para todos nós. Hoje se descontássemos o valor da divida, o que nós pagamos de juros, estaríamos com um saldo positivo. Só conseguiremos pagar a nossa divida, não pagar os impostos que pagamos, se conseguirmos reduzir o valor dos juros. É um princípio que eu acho de boa governação. Alguém pode governar, se sistematicamente entender que aquilo que está a contrair de divida não é para pagar, mas para no futuro alguém resolver. O maior ataque democrático, além dos direitos, igualdades e garantias é não ter uma visão intergeracional, pensar que quem vier depois de mim paga divida, porque eu já cá não estou, é o maior ataque que existe à democracia, porque estamos a por em causa os direitos das gerações futuras e isto não é sério num estado democrático. Quero com isto dizer que me sinto empenhado para que o nosso país não volte ao estado em que esteve no passado. Julgo que é um princípio que todos devemos sentir por princípio de cidadania.

É óbvio que somos confrontados na Europa com um novo problema que é a Grécia poder abrir uma nova pagina na história e representar um novo modelo europeu. Penso que os dados dos últimos dias, deixaram bem claro que se o senhor Tsípras não tiver cuidado é ele próprio a lançar o incendio não sobre Roma, mas sobre Atenas, porque a forma como prometeu dentro do seu país, como qualquer um que venha em Portugal a fazer, seria motivo forte para ganhar as eleições. Seria motivo se dissesse, em Portugal que aumentaria o salario mínimo para 700 ou 800€, qualquer um dos portugueses gostaria dessa medida, ou que iria restituir as pensões, dizer isto ganha populismos. O problema é como se faz, à conta com que os outros nos emprestem dinheiro e que nós não temos. A ideia de pensarmos que os gregos tem de ter uma situação muito diferente, porque coitados foi-lhes aplicado um garrote. É bom sabermos que a divida na Grécia representa um terço do nosso serviço de divida. A Grécia tem uma divida maior mas os juros que paga por anos são um terço daquilo que pagamos, porque teve um perdão de divida como teve uma moratória onde grande parte do último empréstimo vai ter um período de



carência em que não está a pagar juros. Nós, ao contrario, os 78 mil milhões que a Troika teve de emprestar estão a pagar juros. Espanta-me que não se compreenda a vantagem do estado português querer pagar o empréstimo do FMI e com isso pouparemos 200 milhões de euros. Peço que interpretem estas questões num campo racional e não político.

Algumas questões, colocadas pelo senhor deputado Dinis, sobre a visita do ministro da solidariedade à Lajeosa onde estivemos. O investimento da parte da associação é de 2 milhões de euros.

Sobre a autoestrada Viseu-Coimbra, podemos alguns andar distraídos, mas não todos, sobretudo em intervenções públicas sobre esta matéria. Aquilo, que então, o presidente da câmara defendeu foi uma coisa muito clara, há outros que podem não entender isso, outros presidentes de câmara. Estranho é membros desta assembleia não perceber. Há quem defenda uma autoestrada Viseu-Coimbra custo o que custar, portajada ou não, desde que chegue mais rápido a Lisboa. Não é a minha leitura. O que disse e reafirmo é que quero ter, se possível, uma acessibilidade que não tenha custos para o utilizador. Quer isto dizer se o privado tiver condições em alternativa ao atual IP3 em construir troços novos, deve fazê-lo. Se não for possível existirem privados a construir esta solução, então em cima do atual IP3 faça-se beneficiações, não colocando um novo encargo em cima das pessoas. É verdade que desde a primeira hora estão várias soluções em cima da mesa, o concluir o IC12 que de Mangualde chega a Nelas e passe a Carregal do Sal e entronque em Santa Comba Dão, projeto que sempre esteve em cima da mesa. Quero ter uma acessibilidade com qualidade e acima de tudo que não haja custos que seja um entrave ao desenvolvimento do meu território. Se na zona de Penacova há condições para beneficiar o atual IP3, que se beneficie. Se não há condições, porque tecnicamente é mais caro, então que se construa um troço novo e que seja portajado, mas mantendo o IP3 em condições de utilização. Sempre foi e reafirmei este princípio.

À pergunta que me foi feita, por duas vezes, na última assembleia municipal, “qual foi o custo do campo relvado em Molelos?” o que respondi, são os valores que são conhecidos. Há diferenças entre custo da obra e custos financeiros da obra. Os IMT’s, os direitos de superfícies e demais custos associados, são custos financeiros. Os custos da



obra são aqueles que são refletidos. Esta questão não é nova, na medida em que provavelmente, por forças de sintonias no quadro de outros movimentos, essa mesma pergunta já vem um pouco atrasada, porque alguém já liderou esta causa, presumo eu, em particular um membro da assembleia de freguesia de Molelos tem, também, colocado ao município as mesmas perguntas. Julgo que se justificava alguma articulação para que as perguntas fossem as mesmas. Objetivamente, os custos são bem claros. O que então foi lançado foi um concurso público internacional para a escolha de um consórcio capaz de desenvolver um conjunto de projetos, como é sabido e que foi deliberado em reuniões de câmara. O consórcio foi definido e as operações bancárias são aquelas que resultam de parcerias público privadas. Como está reconhecido e refletido em Plano e Orçamento como encargos futuros. Tive o cuidado no momento em que discutimos o Plano e Orçamento dizer quais eram os encargos futuros que resultavam dos contratos de todas as parcerias.

Questão da água. Está mais do que debatido que temos todos um problema. O presidente do município sempre disse e reafirma que é o primeiro e principal empenhado para que os problemas que existem com este processo possam ser diminuídos ou facilitados. Estou recetivo a todas as propostas, menos aquelas que digam que estamos aqui a falar para o boneco. Existe um contrato firmado em 1997 e existe uma adenda feita em 2007. Esta adenda alterou profundamente o contrato inicial? Todos nós sabemos que sim. Em 2007 pelo facto de existir uma candidatura a fundos comunitários, fundos de coesão que não teve o retorno financeiro ao mesmo ritmo que as obras decorriam, o facto de ter havido um conjunto muito significativo de obras que não eram objeto do contrato de financiamento, o facto de terem decorrido rendas que não estavam vencidas e a impossibilidade de na banca contrair empréstimo à Associação de Municípios, levou a que tenham tomado a decisão de reformular esse contrato projetando-o, não só os cinco anos que faltavam, mas adicionando mais quinze anos, isto é até final de 2027. Decorrente do pós-processo autárquico de 2013, é constituído o MUAP e este movimento diz que o referido aditamento é indevido e faz a participação a tudo que são órgãos nacionais, Tribunal de Contas, Procuradoria-Geral da Republica, ERSAR sobre a legalidade do procedimento efetuado, diga-se a tal adenda. Já por várias vezes o disse a esta assembleia



que os Tribunais devem rapidamente, de uma vez por todas dizer o têm a proferir sobre esta matéria. Se há inconstitucionalidade, ilegalidade ou não. Não se pode estar, em reunião após reunião a debater o assunto, sem saber o que os tribunais pensam. Quem na altura fez o aditamento, os serviços jurídicos, os consultores, todos disseram que tal circunstância era legítima. Não o seria em 2008, porque entrou em vigor uma nova lei. Quer isto dizer que ninguém está em condições de fazer uma avaliação séria sobre consequências, sem saber, em primeiro, se este ponto está ou não estabilizado. Este aditamento levou a que a Águas do Planalto tenha, a título de rendas entregue à Associação de Municípios 22 250 mil euros, importância esta em que 7.5 milhões foram rendas no perímetro dos municípios, em que cada um dos cinco municípios recebeu, em dezembro de 2007, 1,5 milhões, que gastaram da forma que entenderam, e o remanescente, aproximadamente 15 milhões serviu para pagar obras que não tinham sido elegíveis, encargos com juros e encargos bancários. 2007 e 2008 foram os anos áureos das PPP's, toda a gente queria PPP's, todos os bancos as queriam e os governos estimulavam as PPP's.

Por detrás desta operação estava uma Parceria Público Privada, com uma regra que diz em que condições pode ser feito de resgate. Resgatar o contrato, à luz das cláusulas contratuais existentes, implica indemnizações sobre faturações futuras e espectáveis. Implica condições que estão no contrato.

O que este conselho de administração fez, depois de 2013, sabendo que as matérias de 2007 são da esfera dos órgãos competentes, foi solicitar e pagar uma auditoria à Deloitte, para saber em que termos e quais as consequências da fórmula de cálculo, se esta está a ser bem aplicada no que diz respeito ao tarifário existente e quais são os custos que advém do resgate deste contrato.

É bom não criar fantasias e ilusões, os problemas são sérios, temos de saber qual é a sua amplitude e como os queremos resolver. Por isso, digo que era favorável que os tribunais se pronunciassem com celeridade sobre a legalidade deste modelo de aditamento.






É verdade que, há um ano atrás, o município defendeu que, em paralelo, se deveria abrir uma possibilidade de haver um tarifário social no sentido de apoiar as famílias carenciadas ou numerosas. São, aliás, aspetos resultante da Lei nº 149 de 2009 e agora reformulada pela Lei nº 12 de 2014. É precisamente por isso que o atual conselho de administração está a trabalhar nesta remodelação da Lei nº 12 de 2014 para reconfigurar este modelo. Para introduzir tarifas sociais implica fazer uma alteração da cláusula contratual que está a ser elaborada. Tenho a convicção que estaremos em condições em abril de trazer a esta assembleia a introdução das tarifas sociais. É matéria que provavelmente na próxima quinta-feira ficará fechada em sede de conselho de administração.

Em relação à questão do Hotel do Caramulo. Não é uma questão nova. Ao longo dos últimos três, quatro anos dava sinais de preocupação e, várias vezes, é anunciada como uma situação crítica. O Hotel do Caramulo tem um deficit de exploração. Quando tivemos a informação da situação, logo de seguida, promovi uma reunião com a administração do grupo, à luz da qual estamos a procurar um plano estratégico para o Caramulo, para que, esta entidade, ou outra, respeitando o direito privado, possa ter interesse nesta exploração. É um fator positivo saber que há entidades gestoras que mostram interesse pela exploração daquele espaço. Mas uma coisa é ter interesse, outra coisa é saber se estão disponíveis para pagar aquilo que é a entidade proprietária quer receber. Estamos muito empenhados numa clarificação rápida deste processo. Os trabalhadores estão em lay-off, durante 6 meses, mantêm o vínculo à entidade patronal, condição que foi conseguida fruto da primeira reunião. A empresa assumiu encontrar um de dois caminhos: ou quer ou não quer manter a gestão. Estamos a falar de um grupo de fundos de investimento, o que lhes interessa é saber, se contabilisticamente, o bem vale mais ou menos, não está muito preocupado com as questões particulares locais. A nossa obrigação é mostrar-lhes o interesse que aqui está em causa para o concelho.

Sobre a questão termal, é bom que tenhamos a noção que o novo quadro comunitário “Portugal 2020” tem um enquadramento muito diferente daquilo que até agora acontecia. E não é só o facto das vias rodoviárias e as infraestruturas desportivas estarem de todo afastadas deste plano, é também o facto de pela primeira, vez se



contabilizarem resultados e não obras. Isto é, haverá fundos, se alguém demonstrar que tem um plano estratégico que implica investimento público e demonstrando que existem investidores privados que têm uma estratégia de eficiência coletiva, desenhando-se aí um plano de intervenção. O investimento público virá se o privado se comprometer com a candidatura que acompanha o investimento público, em diversos domínios.

Estamos a trabalhar em diferentes domínios, estamos a ultimar fichas de projetos no quadro das ITI, que será feito no quadro da CIM ou de candidaturas diretas através nomeadamente das AIDUS, mas é indispensável que haja investimento privado a acompanhar.

É verdade que 38% de fundos de toda a zona centro vai para a economia. Fico preocupado com este indicador, quando no quadro que está a acabar mais de 250 milhões não estão gastos na economia. Daqui se percebe o interesse estratégico em garantir que a banca, em particular o fundo de investimento e a taxa de juro possa ser determinante para que haja investimento. Ninguém investe em Portugal com taxas de juro de 8%. Não se pode dizer que os alemães são dispensáveis, não posso ter essa leitura quando vejo no meu concelho em que os principais investidores são de capitais alemães. Tenho de valorizar o que é importante para o meu território.

Estamos a trabalhar muito no quadro da CIM. Não deixo de lhe reconhecer, Joaquim Santos, o mérito da sua observação pela capacidade que tivemos em gerar consenso para que aqui, em Tondela, se mantivesse a sede da CIM. Quero, também dizer, com o mesmo grau de humildade, não viu o presidente de câmara no dia a seguir, dizer que tinha sido uma vitória contra A ou contra B. Pelo contrário, o presidente da câmara de Tondela, a primeira e única reação que teve foi elevar o interesse de manter a coesão regional. As derrotas de alguns nunca serão as minhas vitórias.

Remetemos, em tempo devido, ao senhor presidente da mesa o relatório da evolução orçamental, evolução que evidencia alguns dados que me parecem ser relevantes, nomeadamente, o facto de o município não ter pagamentos a fornecedores com mais de trinta dias. O município tem, tão só, uma dívida com mais de 365 dias em particular de 32 349€ que se deve ao facto de existirem empresas que entraram em



insolvência e que não conseguem vir satisfazer o recebimento desta importância. Como parece ser importante registar que as receitas estão a acompanhar o que era espectável como em alguns domínios, como é o caso do IMT que no mês de janeiro teve um valor de encaixe muito acima do espectável. “

Continuou com os anexos 9 e 10, passando de seguida à visualização em imagens das atividades da câmara desenvolvidas entre 17 de novembro de 2014 e a presente data.

Foi aberto o debate e a deputada Vera Machado interveio seguidamente. (anexo 11)

Foi dada a palavra ao deputado Joaquim Santos:

“ Senhor presidente da câmara boa tarde, mais uma vez. Queria, aqui colocar algumas questões.

A primeira tem a ver com uma entrevista que deu em janeiro, ao Jornal do Centro, cujo título é: “Caramulo volta a ser uma vila de saúde e bem-estar”. Este assunto já foi falado pelo senhor presidente da junta do Guardão, no entanto, queria que se pronunciasse o que entende por isto e o que julgo ser o seu pensamento acerca o futuro do Hotel do Caramulo, porque o Caramulo não pode ser uma vila de saúde e bem-estar, se não há, de momento uma única cama para dormir.

Falou, também nessa entrevista acerca das Águas do Planalto, que já foi aqui abordado pelo Dinis. Acerca disso, queria colocar as seguintes questões: disse e muito bem que este contrato foi feito em 1997, com uma adenda em 2007. Disse, ainda que a câmara municipal estava à espera da decisão dos tribunais. Já lhe disse uma vez, que a câmara não pode estar passivamente à espera da decisão do Tribunal interposta pelo MUAP, que apesar de não estar legalmente constituída, é um movimento de cidadãos e não obriga a tal. Como sabe uma participação em que os tribunais podem ver do lado deles a questão, o que quero dizer com isto é que não há uma defesa jurídica. A atitude correta da câmara municipal se estivesse interessada em resolver este assunto, não era dizer que temos de pagar 40 milhões de euros, porque nunca ninguém, nem o Partido Socialista nem o MUAP, nunca reclamaram que o contrato fosse rasgado. O que apenas



disseram e lutam por isso é ver qual é a legalidade e se há algum facto que justifique a nulidade ou a anulabilidade do contrato, que são coisas diferentes. Penso que seria a câmara, não se suportando no parecer de uma entidade que não é jurídica, que é a Deloitte, não são eles que vão averiguar a legalidade ou não do contrato, apenas podem fiscalizar se os preços estão a ser bem aplicados. Obviamente, que eles estão a aplicar os preços que o contrato permite. Não é isto que está em causa, o que a câmara deveria fazer era contratar uma equipa de advogados competente e isenta e que não fosse a mesma equipa de advogados que participaram na assinatura do contrato e depois vamos ver se há alguma hipótese de o renegociar. Diz, também que se não fosse esse contrato ou os juros que obrigam a concessionária a pagar, a água podia ser 20 ou 30% mais barata, mas, nós dizemos mesmo assim era cara. O senhor sabe certamente que a amortização da dívida contraída pelas Águas do Planalto termina daqui a cinco anos, não vai até ao fim do contrato e como sabe apesar das amortizações que estão a fazer, o lucro líquido desta empresa ronda os 2 milhões de euros anuais. É dinheiro que sai do nosso concelho. Quando acabarem de pagar a dívida estima-se que esse lucros anuais vão para cerca de 4 milhões de euros, a manter-se os preços da água. Sabe que tem havido pequenas atualizações, não são tão evidentes, não só do custo da água como de todas as taxas. Alias há uma que reclamamos como sendo ilegal, a própria câmara municipal deveria verificar isso, porque uma taxa que chamamos de sobretaxa de concessão não foi aprovada por nenhum órgão deliberativo e não há nenhum órgão executivo que possa aplicar taxas. Essa taxa foi aprovada em 5 janeiro de 2006 pela então direção da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, começou num 1€ e já vai num 1,80€ + IVA e não representa, como disse na última assembleia, 600 mil euros, representa menos, embora somando as contas não batem certas. Temos de ver, se a justiça funcionar, para onde vai esse dinheiro.

Quero, também, dizer que na reunião que participei promovida pela ANMP, toda a gente foi unanime em dizer que a água é cara, inclusivamente o próprio presidente das Águas de Portugal considerou que as Águas do Planalto estão muito acima da média e tem dados fornecidos pela câmara municipal que não são verdade. Quando os dados que estão no ERSAR dizem que cada consumidor que consuma 10m³ por mês paga por ano



201€ e paga de sobretaxa de concessão 42€, estes valores estão errados, dizem eles que foram fornecidos pela câmara municipal. Quero saber se a câmara municipal forneceu dados errados? O MUAP já tinha detetado isso numa reunião que tinha com a ERSAR há bastante meses, mas a ERSAR como suspeita que é neste negocio e a prova-lo está as declarações feitas pelo presidente do Tribunal de Contas, Guilherme de Oliveira Martins, em que todo este negócio não só em Tondela como em todas as outras concessionárias é bastante duvidoso. É isso que queremos que a câmara municipal faça, que preste esse serviço aos munícipes, não só a de Tondela, mas a de Tabua, Carregal, Mortágua e Santa Comba Dão.

Já que estamos a falar das Águas do Planalto, enviei como sabe um requerimento à câmara municipal no dia 6 de janeiro de 2015. Entretanto a câmara respondeu-me passado um mês e como fiquei com algumas dúvidas tenho aqui umas perguntas que trouxe por escrito.” (anexo 12)

“Por fim mais duas questões. Caramulo, viu-se, aqui, a captação de águas. Senhor presidente existe ou não, neste momento, algum contrato celebrado com a Sociedade Caramulo de fornecimento de água aos utentes daquela zona? Responder-me-á agora se tiver neste momento em seu poder a informação, ou fá-lo-á depois. Qual é o valor desse contrato? E como é que justifica que haja, nestes anos, de fornecimento de água aos utentes 285 mil euros de prejuízo naquela distribuição?

O senhor falou, aqui, no projeto “Saúde em Dia”, onde está integrado o Centro de Marcha e Corrida, do qual sou participante. Foi alargado ao Centro de Saúde de Campo de Besteiros e Canas de Santa Maria, acho muito bem. Entretanto vai, hoje, ser anunciado pelos colaboradores do Centro de Marcha e Corrida que funciona todos os dias por semana, em que as pessoas integrando-se num grupo que pratica três vezes por semana, em que um deles pratica as segundas, quartas e sextas, vão anunciar que o dia de sexta-feira vai deixar de se praticar por falta de horas. Senhor presidente, compreendo as dificuldades económicas do município, mas queria perguntar-lhe se seria realmente muito encargo para o município se suportasse mais uma hora semanal. Penso que não está muito



dinheiro em causa, pode-se tirar noutro sítio para pôr aqui, não só para o bem-estar, mas para a saúde de todos. Muito obrigado.”

Interveio, depois, o deputado Abílio Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas.

É a primeira vez que vou falar de água. Estou, também a ser espoliado pelo preço da água. Pago pela água, numa casa que não utilizo, um balúrdio. Concordo e subscrevo que a água em Tondela é cara. Meus amigos, andamos a falar aqui, há dois anos, de águas, acho que vale mais, na minha perspetiva, esperar que o tribunal decida de uma vez por todas o que vai acontecer com as águas e nessa altura tomaremos a decisão mais adequada.

Gostaria de enaltecer os quatro edificios que estavam degradados e que neste momento são obras de excelência, tanto o antigo Café Carmelitana, o Cine-Tejá, o antigo quartel dos bombeiros voluntários e o mercado municipal que estão excelentes na construção e na arquitetura. Agradeço à câmara a rapidez com que estas obras foram executadas, apesar dos problemas específicos do mercado municipal. Quando os serviços aí estiverem instalados iram dar mais vida à cidade de Tondela.

Por último, queria pedir-lhe um favor. Eu e outras pessoas temos ficado fechados no Parque Urbano, porque não sabemos a que horas fecha. Por duas vezes, quando ia a sair com o meu cachorro, tive de pedir mesas para saltar, porque as portas estavam fechadas. Por favor, coloque ali um horário de funcionamento daquele espaço. Muito obrigado.”

O deputado António Dinis interveio, de seguida:

“Senhor presidente, restantes membros. Iria começar por felicitar algumas coisas que analisámos, em particular a iluminação de natal. Acho que é importante e sempre defendi que seria relevante, para uma imagem que se quer dar, um estímulo aos comerciantes e às populações.



As iniciativas “Á conversa com”, acho que é um projeto muito giro, que tem trazido personalidades importantes ao nosso concelho que só por si já valoriza aquilo que são os contributos que aquelas pessoas vem trazer para todos nós.

Em relação as “Redes de Oficinas Criativas”, acho que está a ser um projeto extremamente interessante, acho que se tiver o potencial em termos de capacidades de produzir um conjunto de mais-valias na artes cénicas, acho que é um equipamento de grande qualidade e relevância, a par da capacidade que tem sido a ACERT, acho que ficamos todos a ganhar com esse equipamento de tão alta qualidade. Em relação ao mercado municipal acho que vai ser uma obra importante.

Depois o senhor presidente da câmara fez, aqui, uma coisa que não apreciei em particular, porque veio dizer que eu, pelo facto de ter dito a expressão “falar para o boneco” que era uma linguagem do Partido Popular. Não sei se é uma linguagem do Partido Popular, eu disse isso. O senhor presidente joga com as palavras, faz esse joguete e disse uma coisa que não gostei, “alguns fazem salto no trampolim”. Não sei se referia esse salto no trampolim se criticou a expressão anterior e não me revi nessa expressão. Por vezes, vem com uma expressão muito moralista. Eu acho temos de ter este respeito e não trato ninguém mal, faço algumas expressões mais críticas, não têm mal nenhum e há que respeitar isso. Gostaria de deixar aqui o meu reparo.

A esse propósito, as vezes dizemos uma coisas e fazemos saltos de trampolim, não direi que é linguagem do PSD, mas já uma altura brinquei consigo relativamente às eólicas, em São João do Monte e o PSD achou que era uma desgraça. Agora para nós, vamos ter de aproveitar, porque são compromissos anteriores. Podemos mudar de opinião, não é nada tão transcendente e, de vez em quando pensamos uma coisa e depois vimos a pensar de maneira diferente.

Houve aqui várias referências à questão da Grécia, eu não falei em nada, depois o senhor utiliza uma expressão pouco feliz que “Tsipras lança fogo sobre Atenas”. Essa expressão não é bonita, acho que em democracia temos de respeitar os que votam nos partidos na nossa cor e os de que não gostamos.



Depois tentou fazer pedagogia ao Quim, sobre os 128% da dívida pública, disse que havia três momentos de como se cria essa dívida pública. Uma era a fração, esclarecidos. Depois era o deficit. Mas esqueceu-se que falávamos de ter um fator para diminuir a dívida que era o crescimento económico, que é isso que está na essência de tudo isto. Quando fala que há dois caminhos, é verdade. A Europa criticou muito os Estados Unidos, porque tinha uma política mais expansionista. O Obama não seguiu o modelo que a Europa seguiu e foi criticado. Portugal está no barco europeu, não cresceu o que gostaria, mas está a crescer, mas de qualquer das formas alguns paladinos diziam que os Estados Unidos iria rebentar com aquilo tudo e na verdade agora os Estados Unidos está a crescer 2,16% e a Europa 1%. E Portanto qual é o modelo? Como diz o senhor presidente, não podemos comparar os dois caminhos. Estas questões da economia, o que hoje é verdade, amanhã não o é e o modelo que era positivo a seguir já não o é. É preciso alguma cautela e necessária discussão na Europa, não se perde nada em discutir as várias possibilidades.

Dizer, aqui ao senhor Abílio, não gosto de falar de água, o CDS defende já há muito tempo essa questão, compreendi a mensagem. O MUAP é um movimento de cidadãos. Efetivamente pagamos a água cara e se virmos num agregado que tenha uma reforma pequena, 20€ é muito pesado. Se conseguirmos trazer aqui a proposta do PSD de analisar e implementar para as famílias numerosas e carenciadas uma política mais social, acho muito bem”.

A deputada Cristiana Ferreira interveio:

“ Boa tarde, mais uma vez.

Só tecer duas ou três notas sobre a questão da água. Dirigir-me, aqui, ao senhor membro Joaquim Santos, por quem tenho muito estima. Em primeiro lugar, reconheço-lhe a virtude do tempo e do afincamento que dedica a esta matéria. A informação que muitas vezes nos traz aqui, será naturalmente útil para uma discussão séria que se requer sobre este assunto. No entanto, por honestidade intelectual, tenho alguma reserva desde o início a propósito da generis deste movimento, nomeadamente por quanto me é dado a conhecer, ele surge a seguir às eleições de 2013 e sendo certo que o grande momento, o grande



problema de todo este processo das águas surge em 2007 com a adenda, porque é que o movimento não surge entre 2007 e 2013? Esta é a primeira questão que queria colocar.

Depois, o deputado e membro Joaquim Santos insiste numa matéria e pede à Câmara Municipal que averigue da legalidade de todo este processo. Deixe-me dizer-lhe, que nós estamos num estado democrático e as coisas não podem ser confundidas. Os tribunais são os órgãos constitucionais que têm de se pronunciar sobre esta legalidade. À câmara, caberá naturalmente acautelar os interesses e penso que todas as explicações que tem sido dadas pelo presidente da câmara, tem sido de uma dignidade e de uma frontalidade que não tem paralelo, das explicações exaustivas a que sistematicamente temos assistido sobre esta matéria não nos pode restar qualquer tipo de dúvida do esforço e do empenho que nesta matéria tem sido feita. Então se assim é, as queixas, as ações, porque é que não deixamos serenamente os tribunais decidirem? Talvez por defeito profissional, eu tenho de fazer esta nota. Constantemente há este ruído, se em todas as assembleias há um novo elemento, há mais um número. Eu percebo a benevolência do interesse que está aqui em causa. Todos reconhecemos que a água não é barata. Tenho é alguma reserva sobre toda a evolução deste processo.

Como nota final, as vezes ponho-me a pensar, uma reflexão minha e sem rede, se hoje o presidente da câmara fosse o Dr. Cílio Correia se este movimento tinha a mesma expressão?"

Seguidamente, a deputada Vera Machado tomou da palavra:

“ Queria só fazer, aqui, uma consideração, para o deputado Joaquim Santos e com todo o respeito que tenho por ele, tenho-o como um verdadeiro democrata e republicano. Exatamente por isso, as vezes, custa-me é que, uma questão de forma, e eu detesto, é estar sempre a levantar um clima de suspeição sobre as instituições, que acima de tudo têm pessoas. Isto é permanente, seja qual for o tema. Tinha de lho dizer, porque não gosto dessa forma de intervir. Parece-me que a determinada altura só aceita determinadas decisões se forem do seu agrado. Isto não é democracia, não é ser republicano.”

O deputado Joaquim Santos interveio:



“ Começando por responder à Vera, ser democrata e republicano é ver o sentido da política como uma missão e não como uma forma de vida. Tenho dito isso em vários sítios e é por isso que aqui estou. Não estou atrás de nada, estou aqui pelas minhas convicções que julgo serem certas, posso estar errado, mas enquanto julgar que estão certas, são certas para mim.

Nunca pus em questão a decisão de nenhuma entidade, agora as atitudes das entidades é que levantam suspeições. Vou dar alguns exemplos: quando começou este processo fizemos algumas perguntas, uma das entidades foi a AMRPB, que tudo fez para fechar a concha e não deixar sair nenhuma informação para fora, foi preciso recorrer para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. Responderam mal, mas responderam. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu perguntou se tinham respondido e eu perguntei ao Tribunal qual era a penalização ao infrator por obrigar a cumprir a lei, e fica tudo pacífico. É preciso ter coragem para fazer aquilo que eu faço, é que nesta segunda participação que fiz ao Tribunal Administrativo de Viseu, porque mais uma vez a um segunda requerimento que fiz, a AMRPB não me respondeu nos prazos legais, só me responderam ontem, em que ainda não tive tempo para ver detalhadamente, mas há não respostas. Fiz nova queixa ao Tribunal Administrativo antes disso, e só assim me responderam. Perguntei ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, ou melhor disse, afirmei, que eles também eram coniventes e responsáveis por a AMRPB estar a cometer pela segunda vez o crime de não responder, de incumprimento da lei. Não é a questão de não respeitar, não ouve foi nenhuma resposta. As respostas que há são dúbias. Por exemplo, eu agora e pegando na deixa, vou fazer uma pergunta ao senhor presidente da câmara de Tondela, se me quiser responder não é obrigado, todos sabemos e não foi o Partido Socialista que publicou isso, temos isso e não divulgamos, as senhas de presença recebidas pelos membros da então direção do Planalto Beirão, dos vários, ao longo dos anos, até à entrada deste novo conselho de administração. Todos sabem quanto é que cada um recebia, eu é que não sabia, agora já sei. Mas mais, fiz uma pergunta ao Planalto Beirão, que não me respondeu, agora faço-a ao senhor presidente: quando terminaram as senhas de presença, porque eram ilegais, os membros do conselho de administração fizeram ou não auto remunerarem-se por alguma verba que não senhas de presença? Se



sim de quanto era? Era ou não declarado como rendimento? Agora a pergunta ao senhor presidente da câmara, quando o senhor chegou ou foi nomeado para a direção do Planalto Beirão, como um dos vice-presidentes: encontrou alguma situação que considere menos lícita de recebimento de dinheiro dos anteriores membros do conselho de administração, que era pago, segunda expressão que me disseram, sem deixar rasto?

Respondendo à senhora deputada Cristiana, é verdade o MUAP surge em 2013. A adenda foi feita em 2007. Foi eleito para essa assembleia em 2009. Pago uma conta de água em Tondela. De 2007 a 2009 ouve dois aumentos que uma pessoa não repara, porque o aumento de 10% sobre 1 são: 0,10€, sobre 3 são 0,30€, mas quando dei conta, está nas atas, em 2010, levantei aqui pela primeira vez o problema, embora toda a bancada da maioria votasse contra as minhas posições. Voltei a trazer esse assunto em 2013 ou 2012, trouxe-o várias vezes, portanto o Partido Socialista não se manteve calado. Em 2007 não estava cá. O MUAP nasce efetivamente após as eleições, nunca o escondemos, fez parte de todas as listas para as freguesias que são abastecidas pelo Planalto Beirão, onde uma das promessas era lutar pela baixa do preço da água. Em Molelos, com os candidatos a Molelos é que isso começou. O que é certo, é que esse movimento teve simpatia de muita gente, doutros partidos, doutros concelhos. Estamos todos a lutar. O que tem de entender é que, quando se luta por alguma coisa, se está contra, não estamos lá pelos nossos interesses. Obviamente, que o senhor presidente tem dado toda a informação, nunca disse que não, mas o que se exige é que vá mais longe, ele e os outros presidentes, que por acaso os presidentes do Planalto Beirão coincidem com os presidentes de câmara dos cinco concelhos que são abastecido pelas Águas do Planalto. São eles todos que têm de lutar, não se podem manter assim, não é pedir auditorias à Deloitte. Essa informação vem a conta-gotas, como disse há pouco. Posso dizer aqui que o próximo passo é fazer uma denúncia ao DIAP do que se está a passar no Planalto Beirão, porque têm sido coniventes com o que se passa, porque quem cala consente e eu não permitirei isso. Estou aqui para defender os nossos interesses e não os interesses do PS ou de outro partido, isso é que o verdadeiro republicano, Vera.

Se o presidente da câmara fosse o Dr. Cílio Correia, acredito que esta situação não estava como está agora, já estava num sítio mais à frente. O MUAP, de que sou apenas



um membro, não posso responder sobre a sua existência, mas se fosse necessário certamente continua a responder. Como sabem há gente do Planalto Beirão que é do meu partido, o presidente foi eleito por uma lista do meu partido, não é do meu partido, convém fazer essa distinção. Estou aqui para defender o interesse das pessoas que votaram em mim. Muito obrigado”

O presidente da câmara solicitou a palavra para dar resposta às questões colocadas:

“Senhor presidente da assembleia, membros da assembleia.

Não me vou repetir, vou enfatizar aquilo que disse para não haver dúvidas e inquietações. Podemos não gostar das respostas que nos dão ou elas não responderem aquilo que nos gostaríamos que nos respondessem. Nunca deixarei de dizer aquilo que penso com a informação que tenho e com os cenários que estão em cima da mesa. Há algumas questões que não estão suficientemente percebidas e por não estarem percebidas vou ter de explica-las de novo.

O que a Deloitte está a fazer não é, nem nunca foi, já o disse várias vezes, estudar a legalidade do aditamento. O que está a fazer e fez foi estudar a forma de cálculo, muito complexa, que está associada ao preço do tarifário, se está aplicada devidamente ou não. Se há ou não lucros excessivos que permitam evocar a renegociação da fórmula. Qual era o custo estimado se se posicionasse a opção de um resgate. Foi para estas tarefas que foram contratados.

Segunda parte da questão, não é verdade que o investimento/empréstimo bancário das Águas do Planalto feito esteja liquidado daqui a cinco anos. O plano financeiro que está associado tem amortização até 2027. A estrutura de custos que tem por detrás não prevê lucros ou prejuízos diferidos. Quer isto dizer, que se tivesse lucros e prejuízos diferidos, o que se iria avaliar anualmente era o balanço entre estas duas variáveis. Neste caso em concreto, o projeto parte com menos 23 milhões e há-de chegar em 2027 a gerar receitas acumuladas, não vai ser de 4 nem de 5 milhões, há-de ser muito superior.



À pergunta o que se espera das câmaras do Planalto Beirão? Convém aqui dizer que não fui nomeado, fui eleito. “É que façam muito mais do que isso, sejam elas a promover o que os tribunais avaliem esta legalidade.” Repito o que disse há pouco, após a participação do MUAP, esta participação foi à Procuradoria-Geral da República, que por sua vez, que por sua vez transitou o processo para o TAF de Viseu, porque quatro destes municípios são da área de jurisdição deste tribunal, e Tabua é o de Coimbra. Alguém duvida que os tribunais sendo uma matéria desta natureza não estejam a desenvolver a plenitude das suas competências independentemente da participação ser do cidadão A, B ou C? Sinto que a intervenção que os órgãos competentes estão a fazer é tão profunda, venha a participação ou denúncia do movimento cívico ou venha de uma autarquia ou de outro órgão. Mas não só, o Tribunal de Contas, em 2014, desenvolve por sua iniciativa, e este processo eu acompanhei, um relatório sobre o processo. O Tribunal de Contas solicitou todos os documentos, que estão na posse do MUAP, na posse do Partido Socialista, nomeadamente o contrato inicial, aditamento e todas as peças associadas. Isto são os factos.

Acerca da nulidade ou anulabilidade, sendo matérias jurídicas, é bom sabermos que anulabilidade teria efeito durante o primeiro ano. O que estará em causa é discutir a nulidade do contrato. Repito, nestas matérias não vale a pena dizermos que o A faz isto, o que desejo é que rapidamente os órgãos competentes, tribunais, se pronunciem para que possamos desenhar o quadro em que nos podemos mover. Ninguém está comodamente sentado. Disse-o e assume aquilo que digo. O primeiro e principal empenhado em que deste processo resulte uma solução menos gravosas para os nossos concidadãos é naturalmente o presidente da câmara, porque representa o seu concelho, e nenhum de nós ignora que temos um custo elevado com este processo.

Queria explicar que a sobretaxa é 1,50€ e não 1,80€. Queria explicar que o custo da atualização decorre da fórmula e dos índices de preços que estão associados e que, em particular para 2015 o custo da atualização será de 0,2%.

Como queria explicar a matéria que me colocou sobre dos cartazes. Já tive oportunidade de procurar ver esse processo, é uma matéria de licenciamento que não



tenho presente todos os passos, mas procurei saber o que estava em causa. O primeiro requerimento de 16 de outubro, era a solicitar ao município, como aos demais municípios, uma estrutura do município para informação aos consumidores de água. Ora, o direito de informação é um direito que assiste do ponto de vista formal, como um direito da entidade. Aquilo que o presidente do município então respondeu, informalmente, foi que não haveria disponibilidade para a utilização de estruturas municipais para esse fim, mas que lhe existia a possibilidade de a empresa colocar estruturas por sua conta nos locais, que fossem licenciados para esse fim. A solicitação inicial prendia-se não com esta informação agora colocada, dos dois selos de qualidade de 2014, mas com uma questão que até veio a esta assembleia municipal que se prendia com os resultados de 93%, julgo eu, que colocava a qualidade da água no município de Tondela e que estava muito abaixo do espectável nessa matéria. As Águas do Planalto queriam informar nesse momento que a qualidade se situava nos 100%. O que tinha penalizado o indicador do concelho seria as outras 40 captações, que são municipais e que, grande parte, estão na área da serra. Se formos ver o resultado nesse estudo é diferente de Tondela para Santa Comba Dão, para Carregal do Sal ou para Mortágua.

No decurso desse processo são então atribuído os resultados de 2014, que levaram a utilizar o espaço para a informação dos prémios atribuídos. Sobre as demais questões são meramente processuais e iremos responder ao requerimento.

Sobre a matéria dentro do projeto do combate ao sedentarismo, quero esclarecer que no estudo feito não esteve em causa cortar nenhuma das opções de determinadas turmas, mas sim horas que um profissional deve ter dentro do seu tempo para planeamento e organização. Irei averiguar o que se passa, já que no modelo que foi desenhado e naquilo que aprovei não estava previsto nenhum corte de dia de utilização.

Na parte final colocou um conjunto de outras questões, dizendo que não foi o PS que colocou cá fora os valores recebidos a título de senha de presença, de quem, no passado, exerceu funções no conselho de administração. O PS e o MUAP fizeram essa pergunta e foi-lhes respondido nessas circunstâncias. Julgo que, a partir do momento que alguém coloca uma pergunta e obtém resposta, faz dela o uso que quer. Não sinto que



haja nenhum constrangimento em que o MUAP, o cidadão B ou o Partido Socialista divulguem as informações públicas que julguem possuir.

Sobre os montantes auferidos sob a forma de senhas de presença pelos membros do conselho de administração, tenho apenas a informação que esses montantes eram legítimos e constitucionalmente previstos, coisa que a partir de 2007 deixou de o ser por alteração da legislação. A partir de então, os membros do conselho de administração a título de senhas de presença, não receberam outra remuneração. Julgo que foi esta informação que lhe foi transmitida ontem pela associação.

Também é bom informar que desde que, a partir de outubro de 2013, os membros do conselho de administração nunca tiveram nenhuma senha de presença, ajudas de custo, subsídio de deslocação ou refeições pagas pelo Planalto Beirão.

Com respeito à intervenção do membro da assembleia Dinis, quero referir que respondo às questões que me são colocadas e, deste modo nem tudo o tem mar é peixe, como nem tudo que tem a ver com a Grécia tem a ver com o Dinis. Houve várias pessoas a colocar questões sobre a Grécia e eu falei sobre a Grécia. Foi para as pessoas que falaram.

O que disse em São João do Monte, sobre as eólicas repito aqui hoje e sempre. O sistema energético em Portugal foi desenhado para se apoiar em sistemas de parcerias público privadas que são, do ponto de vista de gestão financeira, operações não sustentáveis no modelo em que estão desenhadas. O sistema de energias eólicas não é aproveitado devidamente, porque faz injeção na rede durante o dia e durante o período de maior de produção que é a noite, a energia é desperdiçada. Estes sistemas deveriam estar ligados a um sistema multimodal que tivessem sistemas de barragem associados para que esta energia fosse aproveitada no período noturno para bombear água para produção de energia hídrica em simultâneo. Foi isto que disse em São João do Monte. Na última assembleia dei a informação de que um concurso, ganho há mais de quatro anos por uma empresa que então se candidatou à instalação de novo parque eólico, pode ter a possibilidade de instalação de novo parque eólico, por força de um concurso ganho com direitos e alvarás existentes. O que o estado tem de saber é se é mais barato indemnizar



alguém que há quatro anos tem um alvará para se implantar um parque eólico ou se fica mais barato os nossos impostos pagarem-no. Não mudo de opinião em matérias que são estruturais e que para mim estão claras.

Sobre as questões associadas ao PIB, tive o cuidado de tentar explicar os fatores que condicionam o aumento da dívida pública. Diz o deputado Dinis que a dívida pública só se resolve com crescimento. O crescimento auxilia a criação de riqueza, a riqueza contribui para aumentar o PIB. Também tive o cuidado de dizer que um fator determinante para haver investimento, é uma taxa de juro que seja atrativa para esse investimento. O modelo europeu pode ser o que é, mas há um facto importante e em Portugal em particular. De 2005 a 2011 o crescimento do país foi praticamente residual, não chegou a 0,6, o que dividido pelos anos estaríamos a discutir cerca de 0,1. Acho que temos de ficar felizes se este ano, o crescimento for de 0,9, em Portugal e se mantiverem as projeções de que estaremos chegaremos a cerca de 1%, quer dizer que crescemos mais num ano, quando estamos a sair de uma recessão, do que em seis anos, em a que abundância esteve nas mãos de muitos para proveito de poucos, esse é o grande problema.

Cristiana agradeço a intervenção. A nossa postura tem sido aquela que está aqui presente. A informação sobre o processo “águas “ tem sido o mais claro, daquilo que existe e tendo os pés na terra. Julgo que temos de tomar decisões ponderadas, sempre com base na informação existente.

Agradeço ao senhor Abílio a referência sobre os equipamentos, sobre o horário do parque urbano vou ter em atenção a solicitação efetuada.

Por fim, no ano 2000 a Câmara Municipal, a Associação de Municípios e a Sociedade do Caramulo constituíram um protocolo de cedência de águas com uma contrapartida anual, á época, de 6 000 contos, que hoje corresponde a 29 927,84€. É isso que tem sido pago todos os anos, pela Associação de Municípios cujas receitas são de valor inferior.



Os dados oficiais, do termalismo e bem-estar em Portugal, na variação do de 2013 para 2014, há uma quebra de 29,61 no 1º trimestre, no 2º de 7,47 e no 3º trimestre de 4,90. Para mim é um número negativo, está abaixo do zero”.

2.2. Análise, discussão e aprovação do Contrato Interadministrativo no domínio da educação

O presidente da mesa deu a palavra ao presidente da câmara para uma explicitação do contrato em análise:

“Procurarei ser sintético, mas bastante esclarecedor. Julgo que a primeira coisa a reter é que não haja equívocos sobre estas matérias e acima de tudo sobre aquilo de que, em particular, alguns sindicatos têm procurado tirar proveito de uma circunstância e de uma situação que deve ter um debate sério e acima de tudo esclarecedor. Convém por isso, dizer que: ponto um, o município não tem nenhum secretismo, nenhum acordo sobre estas matérias. O que acontece de fato, é que, praticamente ao longo dos últimos sete meses, ocorreram várias negociações, várias abordagens, entre uma equipa multiministerial, que envolve os Ministérios da Educação, das Finanças e o do Desenvolvimento Regional, procurando equacionar soluções, modelos, que tornem mais próxima a gestão e a descentralização de competências na área da educação. É verdade que as versões iniciais, apontavam para soluções que poderiam interferir com a gestão do pessoal docente. Desde a primeira hora, como é sabido o município e disse-o em alguns documentos, não estaria disponível, para participar num processo que tivesse por base razões de gestão e que daí resultassem implicações na gestão docente direta. Desde essa primeira hora, o município procurou fazer aquilo que me parece ser sensato que é ouvir, dialogar, conversar com os principais responsáveis, associações de pais, gestores escolares e, naturalmente, outras autarquias para perceber este modelo de funcionamento.

Ora, depois de todo este processo, que me parece ser importante, é bom ter presente qual é a proposta a que hoje chegámos, isto para dizer que já esta assembleia, não quero exagerar, mas penso que em setembro pela voz do deputado Veiga tinha



questionado o município sobre o que é que estaria na base desta avaliação e lembram-se, seguramente, que nesse momento disse que o que estaria em causa seria uma análise muito ponderada deste processo, que nunca seguiríamos por um caminho que não tivesse o envolvimento dos conselhos gerais, dos diretores, das associações de pais e naturalmente da comunidade educativa. Foi isto que foi referido. Ora, e é por causa disso que a primeira preocupação que tivemos, e que julgo que é sensata era garantir que deste processo não resultasse nenhuma perturbação, em relação aquilo que são hoje as competências das escolas, por um lado, e por outro lado, que fosse possível vir a resolver alguns dos constrangimentos que hoje existem. Quais são os constrangimentos que hoje as escolas têm em termos de gestão? Algumas matérias estão muito focalizadas e dependentes da tutela diretamente do Ministério. Hoje uma escola se quiser potenciar os seus resultados escolares, e é bom saber qual é o ponto de partida do nosso território, nós em particular no terceiro ciclo temos resultados ligeiramente abaixo da média nacional em termos de sucesso educativo e que advêm do fato de termos alguns territórios mais complexos com instituições de acolhimento, cuja chegada dos alunos ao terceiro ciclo causa alguma alteração do processo de avaliação. Hoje uma escola se quiser constituir uma turma com menos de 25 alunos não tem como o fazer. Tem uma matriz, tem um cronograma, tem uma planificação e tem essa dificuldade e portanto a pergunta que se coloca é saber se este modelo pode ou não ajudar a resolver problemas que tenham a ver com o nosso próprio território. Se nós conseguirmos ter uma estrutura que nos permita ajustar a composição de turmas, se necessário ter mais uma turma, isto parece-me ser importante. Hoje, em todo o primeiro ciclo, a generalidade dos recursos das auxiliares de ação educativa já não são do Ministério da Educação, porque não têm pessoas para isso, são funcionários do município ou são estágios do centro de emprego, ou são programas de inserção; isto sai dos nossos bolsos direta ou indiretamente. Mais do que isso, cada escola do primeiro ciclo, com até 48 alunos, hoje, não teria direito a um recurso humano auxiliar. O que nós queremos saber é se, com este modelo, nós podemos ou não mexer na carta educativa. Se problemas que tivemos este ano, com Tourigo e Vilar de Besteiros que apesar de terem mais de 21 alunos, estavam em risco de funcionamento, se a edificação de um novo Projeto Educativo Municipal mexendo na carta educativa nos permite salvar para o futuro as escolas com mais de 21 alunos. Se, com este modelo há



alguma competência que, hoje, seja da escola e possa vir a deixar de o ser. Essa é que é a minha questão fundamental. E, portanto, quero dizer que, todas as condições de natureza pedagógica das várias audições preparatórias que tive estão todas elas salvaguardadas nesta matriz. As escolas não estão nem vão ficar com o seu orçamento cativo, ou o que resulta da gestão dos seus bares em causa, as escolas não deixaram de ter autonomia pedagógica para a definição das suas intervenções no seu domínio, não haverá nenhuma intromissão na gestão de recursos humanos dos docentes e, é sobre este modelo que nós devemos refletir e, em particular, haverá uma matriz de competências onde estará a salvaguarda de todos estes princípios, porque este modelo será sempre ajustado à realidade de cada território e não será um modelo generalista, igual para toda a gente. Ora, isto eu julgo que é uma grande virtude neste processo.

Um outro problema que ainda surgirá rapidamente no nosso território tem a ver com a eventual fusão de agrupamentos. O maior ataque que poderá existir para a preservação dos postos de trabalho existentes é o que resulta sempre da fusão de agrupamentos, porque se, num agrupamento, um professor tiver um horário incompleto, mas que seja do quadro da zona pedagógica e deve ter 22 horas letivas, se só estiver em termos letivos com 12 horas, ele recebe o seu vencimento na totalidade mas poderá aproveitar esse outro tempo para atividades de enriquecimento dentro da escola. Mas se, no caso dos dois agrupamentos, existir uma pessoa com 10 horas letivas num e outra com 12 noutra, a fusão deles vai levar a que só um docente fique com as 22 horas e haja um que terá que ir para um quadro de mobilidade com horários zero. Esta é a verdadeira realidade. No nosso concelho, a eventual fusão dos 2 agrupamentos poderá colocar como desnecessários ou excedentários mais de 30 profissionais. Ora a existência de um projeto educativo municipal que salvasse a autonomia funcional dos agrupamentos, que dê identidade a cada um deles e que impeça tão rápido como seria de outra forma a fusão dos mesmos, é o que de melhor poderá ajudar à preservação dos dois agrupamentos, porque, sem isso, nós teremos mais um problema adicional. Bom, sobre esta perspetiva, a nossa e a minha posição em particular é muito clara: o município só se envolve neste processo se entender que há ganhos para a comunidade e eles parecem-me ser objetivos, se a comunidade educativa não o quiser é um problema que cairá sobre a própria



comunidade, na medida em que, como eu disse em setembro, só avançaremos com este processo se tiver o envolvimento empenhado de todos os atores no processo educativo.

O que trazemos, hoje, a esta Assembleia é uma discussão sobre este modelo, não tenho nenhuma motivação adicional que não seja admitir até a possibilidade de podermos vir numa outra assembleia municipal, se e quando o processo de auscultação estiver concluído, a debater o assunto. Quero com isto dizer que, já há muito tempo tenho definido que estou a seguir esta metodologia, não poderia ter em primeiro nenhuma proposta sem ser aquela com a qual me identificasse. À pergunta que alguns farão: mas porque é que foi preciso chegar à 5ª versão das propostas e porque é que antes não discutimos isto? Eu responderei: eu nunca discutiria um assunto com o qual não me identificasse. E, portanto, se até agora não tinha aquela proposta que melhor responde aos problemas do nosso concelho eu nunca a traria até este momento. Hoje, sinto que a proposta que temos em mãos é uma proposta adequada, eficaz e produtiva para aquilo que nós desejamos. Disponibilizei-me e comuniquei isto aos senhores diretores dos agrupamentos, para ir aos dois agrupamentos para uma reunião geral de professores e explicar pedagógica e tecnicamente o que aqui está. Disse aos senhores diretores que também quero ter uma reunião com o pessoal não docente e disse aos senhores diretores que quero fazer reuniões com as associações de pais. Quero nos próximos 15 dias ter este ciclo de análise concluído, porque agora temos um projeto que corresponde aquilo que são as nossas responsabilidades, nomeadamente o fato de estar garantido com este projeto a possibilidade de alargamento de pessoal não docente em turmas até 21 alunos, o que até agora não existia, a possibilidade de executar um projeto educativo municipal que salvguarde a existência de dois agrupamentos, a possibilidade de se constituírem turmas em particular no ensino vocacional que sejam mais diminutas, para poder haver um trabalho mais especializado com alunos que hoje têm dificuldades na progressão e que nos está a prejudicar o ranking do terceiro ciclo e a possibilidade de não existir uma única competência pedagógica ou administrativa que hoje está na esfera dos agrupamentos e que por este processo passasse para outra entidade. Esta é uma questão que eu julgo ser muito clara, fundamental.



Julgo que não vale a pena fazermos o debate político focado na partidarite como em alguns momentos poderia haver a tendência de dizer. Estamos a seis meses de eleições não é o tempo para isso. Também sempre o disse que nunca entraria neste debate se os municípios que estivessem envolvidos neste projeto piloto fossem exclusivamente de determinada área política, isto não seria uma amostra e portanto estaria ferida de morte à partida. Como é sabido há municípios socialistas que se inquietam pelo fato de haver ingerência sobre esta matéria do respetivo partido e municípios como Águeda, Abrantes, Matosinhos e desde segunda-feira Amadora que por sua iniciativa está a demonstrar vontade de querer entrar no processo, como todos os outros que estão. Agora este é um processo negocial, repito isto, não ponderar avaliar as implicações julgo que é um preconceito que não deve estar aqui presente. Nós devemos fazer a avaliação, estou disponível para ouvir toda a comunidade educativa.

Isto vai-nos trazer mais responsabilidades e encargos, mas bem, se não for para isto não estamos cá a fazer nada. Se estas responsabilidades servirem para resolver os problemas, venham elas, se for para criar burocracias não são necessárias e eu estou convicto que a matriz a que chegamos é uma matriz que virá ajudar e muito a qualificação e a resposta perante os objetivos que queremos contratualizar. Convém aqui acrescentar o seguinte: este modelo de contrato é um modelo que se iniciará após a assinatura do mesmo seja ele em março, em abril, quando seja não interessa, terá uma comissão de acompanhamento permanente, e que, a qualquer momento durante o período de vigência, ele vai vigorar durante 4 anos letivos, portanto 2015/16, 16/17, 17/18 e 18/19. Terá monitorização nesta equipa de acompanhamento e qualquer que seja a entidade outorgante, leia-se município ou MEC – Ministério da Educação e Ciência poderá, por iniciativa de uma das partes, ser interrompido a qualquer momento. Quero com isto dizer, que eu não estou a assumir nenhum ónus para quem vier no pós eleições de 2017. Não estou a assumir nenhum ónus, porque se porventura, hipótese académica tivesse outro autarca presidente de câmara que não aquele que hoje está a negociar o contrato, mas em democracia tudo é possível, se fosse essa situação, têm legitimidade para interromper o processo nessa altura, portanto é bom dizer isto. Ninguém fica amarrado aquilo que não quiser. Há soluções para encontrar alternativas a este nível e portanto que o Município



vai ter a gestão do pessoal não docente? Vai. Mas hoje, é bom que não esqueçamos o que já hoje fazemos. Todo o pessoal não docente do pré-escolar está na esfera da gestão do município e felizmente tive o pelouro da educação durante 13 anos e mantenho-o, hoje, na esfera da presidência. Não tive um problema de um processo disciplinar com um funcionário, apesar de eles estarem na jurisdição efetiva dos agrupamentos, porque é o bom senso a funcionar. O município é a entidade gestora do ponto de vista contratual, mas na prática, funcionalmente, estão sobre a alçada do professor do 1º ciclo, da educadora ou do diretor, é isto que vai acontecer com o pessoal não docente. Nós não vamos poder contratar mais do que aquilo que esteja previsto aqui. Claro que não. Vamos ter porventura algum custo adicional? Pois claro que vamos. Então, mas hoje quem é que está a pagar às pessoas que estão no 1º ciclo? Quem é que paga a generalidade das refeições do 1º ciclo? Como sabem, as refeições escolares são financiadas em um euro e quarenta e seis cêntimos. Nós podíamos compra-las a empresas de “catering” que as colocavam nas escolas a um e quarenta e seis, mas por opção estratégica, porque nós queremos apoiar as IPSS locais, nós estamos a comprar a maior parte das refeições a dois euros e meio, porque senão muitas IPSS tinham tido problemas financeiros. Quem paga a diferença? De um euro e quarenta e seis para dois euros e meio é um euro e quatro. Esta diferença é assumida em 50% pelo município. Mas nós hoje temos os gastos que temos com a educação. Agora há uma coisa que com este presidente vão ter sempre presente, é que a educação terá sempre a primeira prioridade e portanto quer queiramos quer não, não deixarei de investir até ao limite em todos os projetos educativos que sejam capazes de qualificar as nossas crianças, os nossos jovens, porque sei que só qualificados poderão ser mais competitivos e mais vitoriosos no futuro. Este é um caminho para este desafio. Estou naturalmente disponível a todo o debate que seja sério e que seja honesto intelectualmente. Se o resultado final do debate nos permitir fazer este caminho fá-lo-emos, se não o fizermos vamos esperar por outro tempo, porque não tenho a mínima dúvida de que no pós setembro de 2015, seja com quem seja, a descentralização de competências será um caminho irrefutável. E portanto estou disponível para debater, para esclarecer, para tirar dúvidas, do que queiram, como queiram e, no fim deste processo, julgo que deveremos convocar uma assembleia extraordinária, não me choça absolutamente nada que o façamos nesses termos. Agora é bom termos agendado este



assunto para abrir este debate, mas termos a noção da amplitude do mesmo e a convicção plena de que nunca abriria este caminho senão tivesse a certeza de que há ganhos do ponto de vista da resposta educativa, sem pôr em causa as competências das escolas e dos diretores.

Só mais uma última palavra Senhor Presidente. Há quem queira ver este processo como que sendo o fantasma da municipalização da educação, eu quero dizer que prefiro ter esse autocolante da municipalização do que ter um autocolante duma gestão impessoal, distante e centralista. Eu não tenho medo da municipalização, se ela corresponder ao aproximar da decisão da proximidade local. Agora não se confunda municipalização com privatização. Se o objetivo é privatizar escolham gestores profissionais e metam uma carreira de gestores para privatizar. Acho que não pode haver maior garantia da escola e do serviço público do que estar a decisão mais próxima dos autarcas que são aqueles que são eleitos regularmente de 4 em 4 anos. E direi mais, nesta matéria não levantem nenhum fantasma sobre interesses de qualquer presidente de câmara, para ter a gestão ou a proximidade da gestão para ter as “cunhas” ou não “cunhas”. Não haverá, mas por uma razão simples. Como sabem os sindicatos andaram com isto durante não sei quanto tempo a dizer que isto era uma forma “de meterem lá os professores que lhes interessam”. Não haverá nenhum professor contratado por este caminho que não seja, no limite, uma especialização única que não exista na base de recrutamento de escolas. Tenho dado este exemplo, admitam que se quer meter como opção opcional a olaria, ou a cestaria, ou o ambiente e que são precisas 5 horas de um professor por semana para dar esta especialização. Se ele não existir na base de recrutamento nacional ele pode ser a contratação de escola local. Já hoje assim era. A diferença é que em vez de ser a escola a contratar é o município a contratar para aquelas horas específicas nessa matéria. Não haverá nenhuma outra influência nessa matéria.

Sobre a questão das 25 horas de oferta de base local, oferta local municipal. Esse é um processo sempre ajustado com os agrupamentos, naquilo em que seja, não é 25 % de horas é 25 %, haverá em alguns níveis de ensino, por exemplo no 2º ciclo em que é impensável, no 1º ciclo pode haver, 5, 6 horas semanais. É bom saberem que hoje já há 4



blocos de horas não ocupadas no 1º ciclo, em que andamos aí a mitigar soluções e, portanto, não levantem fantasmas onde eles não existem. É importante ter isto presente. Estaremos cá para conjuntamente reavaliar este processo. Nesta proposta o Conselho Municipal de Educação será reformulado e ganhará competências de fiscalização deste processo. A monitorização será permanente e a qualquer momento qualquer das partes pode tomar a iniciativa de denunciar o contrato, isto é, promover a sua rescisão ou por não cumprimento das cláusulas ou por vontade própria de cada uma das partes. Julgo que melhores e maiores garantias de idoneidade, na forma como este processo está a ser trabalhado não pode haver, sinceramente não pode haver e por isso rejeito qualquer leitura que não queira fazer um debate sério sobre isto. Estamos cá para o fazer, nas condições em que o queiram fazer, com esta convicção: nós precisamos de dar cada vez mais proximidade às nossas escolas, este é o caminho para lá chegar. Estamos disponíveis para todo o debate. Senhor presidente peço desculpa por ter clarificado com algum pormenor estas questões julgo que elas eram necessárias, estou disponível para o debate deste modelo”.

O deputado Manuel Veiga tomou a palavra:

“Mais uma vez, boa tarde, aos presentes, à mesa aos senhores deputados.

Na anterior assembleia, lembro-me de ter aqui levantado uma moção. Moção essa, em que pretendia fazer um debate amplo e alargado sobre esta matéria. Na altura, se bem me lembro, e o que está versado nas atas é que entretanto essa proposta nem sequer foi aprovada, ou seja, parecia que havia uma não vontade por parte de alguns elementos da assembleia fazendo a devida correção que esse debate fosse feito. Começo, também, por dizer que, na altura reconhecemos aqui o papel interventivo que o município de Tondela tinha, enquanto parceiro, desempenhado na construção deste projeto educativo existente e do apoio que tinha sido dado às escolas. Na altura levantou-se, a CDU levantou algumas perguntas e reservas sobre este processo. Municipalização e visto que não há nenhum preconceito de utilizar o autocolante da municipalização, eu até vou utiliza-lo, também como termo em que não houve, até agora, este amplo e este alargado debate na comunidade, nem na comunidade educativa, nem nos concelhos gerais nem nas gestões



intermediárias das escolas, nem junto das associações de pais. É curioso que associações de pais levantem questões sobre o problema, que as associações profissionais por parte dos professores também levantem problemas a este modelo de gestão e é com a nossa preocupação que estando amplamente tão questionado, este modelo queira ser posto com tanta pressa e já com pressa para votação deste protocolo. Tenho aqui umas perguntas que vou reservar para mais daqui a bocado para fazer, para já queria deixar aberto em termos da discussão neste ponto”.

O Deputado Felisberto Figueiredo continuou:

“Uma saudação a todos começando pelos membros da mesa, senhor presidente.

Eu falo sobre este tema, porque é um tema que julgo que tem interesse nós abordarmos com alguma seriedade e com alguma profundidade e começo por dar os parabéns ao senhor presidente da câmara pela forma como o tem conduzido. Só pode ser abordado sem o preconceito que há contra todas as experiências que possam ser feitas em termos de aproximar a decisão dos cidadãos e dos próprios órgãos responsáveis pela direção das escolas. Eu, durante muitos anos, também tive uma relação para além do fato de ser professor, na câmara municipal tinha esta área de responsabilidade e fez-se um trabalho ao nível do concelho de Tondela que resultou bem, devido a esta proximidade que se cultivava e que se mantinha e, quando eu tive algumas oportunidades de abordar este assunto, em termos destas chamadas redes de comunicação no Facebook acabei por me calar, porque só via ali opiniões que me pareciam sem fundamento e que me pareciam demasiado preconceituosas. Partia-se de um pressuposto de que a municipalização, o senhor presidente utilizou aqui o termo e a mim também não me custa utiliza-lo, municipalização do ensino é uma realidade em muitos países, completamente testada e com bom resultado, conheço algumas situações de ensino municipalizado ou melhor ensino ao nível de municipalização e que não é privatizado é autárquico. Autárquico ensino municipalizado autárquico em que inclusivamente a seleção dos professores do 1º ciclo é feita pelas autarquias, nomeadamente no Luxemburgo. Julgo que aqui, nunca se pretendeu fazer a seleção dos professores, penso eu, porque eu julgo como o senhor presidente já disse seria extremamente complicado gerir pessoal docente sobretudo ao



nível do ensino secundário e ao nível do 2º e 3º ciclo, ao nível de monodocência, portanto o pré-escolar e o 1º ciclo, julgo que não teria problema de maior por aí, julgo que seria fácil, mas também não é isso que se pretende pelo modelo que o senhor presidente da câmara acaba de apresentar aqui. Agora, efetivamente, uma gestão com um forte empenhamento da autarquia e das associações de pais e dos conselhos de escola, só tem a ganhar com esta proximidade, porque esperar por uma decisão para uma escola, uma decisão que tem de vir de Lisboa, ou quando muito da Direção Regional e nós víamos que mesmo as decisões das direções regionais, aqui no caso da direção regional de educação do centro, víamos a complexidade que era inclusivamente a solução da maior parte dos problemas escolares, fosse em manutenção de edifícios em construção de raiz, inclusivamente os problemas eram acelerados e resolvidos, graças ao empenho e intervenção da autarquia, porque se estivéssemos á espera que a decisão fosse toda feita através dos órgãos do ministério da educação nós não resolveríamos a maior parte dos problemas, quando resolvéssemos custariam muito mais dinheiro e, inclusivamente, não eram adequadas às soluções mais ajustadas localmente. Por isso, eu congratulo-me muito com a forma como este processo está a ser conduzido e dou mais uma vez os parabéns ao senhor presidente da câmara e estou convencido que a proposta que irá sair daqui irá demonstrar que os “velhos do Restelo”, que aparecem rapidamente a falar sobre estes assuntos muitas das vezes, julgo eu, foi o caso nas redes sociais, quando vi algumas intervenções disse que eram sem qualquer fundamento eram apenas preconceituosas e nada mais”.

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida. (anexo 13)

Dr. Alfredo Cabral continuou:

“Muito boa tarde, presidente da mesa e senhoras que o acompanham, senhor presidente da câmara, secretário, caríssimos membros da assembleia.

Depois de ouvir o presidente da câmara e ouvir o discurso do Joaquim Santos estou com a batata quente na mão. Eu fui professor durante 41 anos e, desde que começou este debate, tive alguma preocupação em fundamentar-me sobre o processo de



municipalização do ensino. Não há dúvida que, quer na primeira, quer na segunda república, não foi positivo e as experiências que alguns fizeram também não foram positivas. Eu estou aqui numa divisão, porque aderi ao Joaquim Santos, aderi ao presidente da câmara que me persuadiu com algumas cláusulas que leu, se o contrato não serve, por exemplo que se acabe com ele, não é uma coisa para imprimir o caráter deste governo porque irá até 2019 se não estou enganado, e por isso me parece no princípio da boa-fé que haveria aqui um fiel de balança, em que quem vier e se não estiver certo pode rejeitar. Eu entendo alguns pressupostos no questionamento da municipalização entendo, não há dúvida, por exemplo, todos nós que estamos aqui, uma das bandeiras mais fantásticas que o 25 de Abril teve foi, no fundo dar um direito fundamental no sentido de cidadania e não só, doutra dignidade, doutra elevação que foi a educação pública. Eu, sinceramente, estaria completamente contra e votaria contra, se isto se orientasse para a privatização, porque nós sabemos que o ensino privado também é constitucional, publico, privado, cooperativo etc.. Mas pode criar o perigo de, às vezes, este direito fundamental do ser humano do acesso à educação, passar por uma questão económico financeira de parte das famílias o que seria um retrocesso neste 25 de Abril.

Os pressupostos que o Dr. José António aqui pôs e que nós vamos julgar parecem que foram evidentes, clarivamente elevados e que o Felisberto reposicionou. O Quim Santos falou aqui de alguns questionamentos que, também, poderão ser avaliados superficialmente, eu julgo, que se vai haver um debate publico, com a comunidade, no fundo com a nação isto são desígnios da nação, não são desígnios de partidarite.

Eu interpelo todos, todos nós, um a um, que formamos este povo português que os desígnios da nação estão acima dos partidos. Vejam bem os grandes povos europeus, eu acredito que o povo Francês para mim foi sempre louvável na questão da razão do princípio da racionalidade, com a Revolução Francesa, mas claudicou quando o mundo tremeu com o nazismo e foram os Ingleses, heroico povo, nem tinha grande simpatia por eles mas foi o povo Inglês que, com a guerra, no fundo, nos defendeu, no fundo restabeleceu as nações que capitularam e que sofreram tremendamente. Há uma coisa fundamental, eu ando a ler a história da Inglaterra da última guerra mundial, nunca



nenhum partido esteve de fora do conselho de guerra, do conselho de almirantes, dos generais e por aí fora, porque era um desígnio nacional. E neste sentido eu acho que deviam retirar a força dos partidos neste desígnio nacional. Entretanto, eu estou aqui com uma missão que é fazer uma proposta: Dr. José António é passar a texto o que já expôs aqui e muito bem, neste debate público, que é esta necessidade de debatermos uma questão que é fundamental”.

Continuou com a exposição do anexo 14.

O presidente da mesa tomou da palavra:

“Queria fazer uma pequena consideração que é o seguinte: esta moção, que iria agora ser colocada na situação de votação para ser admitida à votação seguinte, penso que neste momento estará já um pouco descabida, atendendo a que o senhor presidente da câmara irá fazer o debate nos órgãos próprios da comunidade educativa deste assunto. Conquanto, diz-me também o senhor presidente da câmara que, o que se pretende com este ponto hoje é saber qual o sentido da assembleia perante o contrato interadministrativo da educação. Procura-se o sentir, não propriamente de uma votação, mas fazer-se aqui um debate, no sentido que o senhor presidente possa ter o sentido da assembleia sobre esta questão.”

De seguida o presidente da câmara interveio:

“Obrigado senhor presidente. Eu julgo que na intervenção inicial deixei bem balizado o conteúdo do texto, desta preocupação, matérias destas não são matérias do sabor, ou do interesse ou do gosto do presidente, da circunstância. Expliquei porque até a este momento não foi possível nos termos existentes abrir um debate, porque não tínhamos uma proposta para apresentar que fosse aquela em que nos revimos.

Ponto um: expliquei claramente que é condição necessária, absolutamente necessária neste processo o envolvimento dos parceiros e dos agentes educativos. É verdade que este assunto já foi a conselhos gerais por mais de uma vez, não com a proposta que hoje existe, não estou a dizer que não vai outra vez. O assunto não foi



escondido de ninguém, nos termos em que era ou que existia a documentação necessária. Dito isto, o objetivo que o presidente da câmara fará, tem essas reuniões agendadas, terá reunião com professores, estão a acabar as reuniões intercalares, acabaram-nas ontem, portanto, durante a próxima semana haverá reuniões com pessoal docente, com pessoal não docente, nestes termos e, concomitantemente, serão ouvidos em sede de pronuncia os conselhos gerais e disse-o há pouco que pretendo hoje ter uma sensação, uma sensibilidade, através das várias intervenções, de qual é o quadro de aceitação desta assembleia perante este problema, ou perante esta oportunidade se assim quisermos ver e predispos-me para a possibilidade de, assim que esteja fechado este ciclo de debate, termos nos órgãos próprios, sem ingerências que fujam do espectro central que deve estar em análise, trazer a esta assembleia a versão definitiva. Foi isto que disse nessa perspetiva.

Em relação às questões colocadas pelo enfermeiro Veiga, elas são percecionadas, são percebidas, no contexto”.

Tomou a palavra o senhor Diamantino para informar que por motivos profissionais teria de se ausentar da assembleia, pelo que solicitou ao senhor presidente da mesa que procedesse à sua substituição.

A deputada Marta Franco continuou intervindo:

“Senhor presidente, eu estou plenamente convicta que a sua maior convicção é defender os interesses da escola e do concelho de Tondela e não venho aqui com qualquer tipo de preconceito ou uma ideia já pré estabelecida. Tenho vindo a auscultar algumas opiniões, li na comunicação social e não posso deixar de referir que, por exemplo o conselho das escolas, que é constituído por diretores de escolas divulgou, por exemplo, um parecer em que criticou de forma dura a atuação do governo nestes projetos piloto que vão avançar. Aquele órgão acusa o ministério da educação e ciência de experimentalismos, de estar a criar uma manta de retalhos e de subsistemas educativos, esvaziando as escolas de autonomia para as atribuir às câmaras. Este parecer ainda diz que será criada uma rede de centros de decisão cuja heterogeneidade política, e já referimos aqui esta questão, económica e disponibilidade de recursos poderá levar à



criação no país de uma multiplicidade de planos de estudo, de modelos de gestão das escolas, de modelos de afetação de recursos humanos, materiais e financeiros. Como deve perceber, por estas questões e opiniões de intervenientes nas escolas e que têm um papel muito importante para que tudo corra bem, é natural a preocupação em relação a este diploma por isso realmente defendo um debate para ficarmos todos mais esclarecidos”.

De seguida, interveio a deputada Vera Machado. (anexo 15)

O deputado António Dinis continuou o debate:

“Em relação a este ponto e já depreendi é de que isto não vai ser aprovado, sendo só análise e discussão. Vamos ter, todos, oportunidade de debater e pensar um bocadinho mais demoradamente sobre este assunto. Só gostaria de deixar aqui uma cautela que deveremos ter em atenção que tem a ver com o financiamento deste modelo, porque transferências ocorreram já em situações anteriores e os municípios é que ficaram um bocado a arder. Estas questões devem ser devidamente acauteladas.

Acho que a única questão que eu gostaria de acrescentar aquilo que já aqui foi dito, já que concordo com muitas das coisas que foram ditas, eu por princípio não sou contra a transferência dessas competências, portanto não vejo nada de mal, desde que as coisas sejam feitas no sentido de garantir a qualidade da educação e a melhoria da eficiência daquilo que são os recursos. Temos todos que gerir com parcimónia e com cuidado. Não vejo nenhum impedimento, desde que isso seja acautelado, em particular a questão financeira que os negócios com a administração central não correm bem para os municípios, que depois ficam entre aspas com o menino nas mãos e com os encargos para pagar. As faturas são pagas pelo município, é onde as pessoas vão bater à porta quando as coisas não correm bem. Portanto acho que, deveríamos também acautelar isso e se vamos ter esse momento de reflexão e discussão pública, acho que teremos oportunidade para o fazer. É este o nosso contributo”.

O deputado Arménio Leite Marques continuou:



“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Estou um bocado confuso com esta discussão, por uma razão muito especial. Com a idade que eu tenho, tenho setenta e tal anos já que percorri o país inteiro há uma data de anos, conheço os distritos todos, porque com eles fiz negócios e muitas reuniões. O país não é igual, as câmaras não são iguais, as pessoas não são iguais. Ora bem, eu nem sou professor, nem sou estado nem câmara, mas também sou um ator. Sou pai de família. Dos meus setenta e tal anos sempre conheci o regime de educação mais ou menos com as mesmas regras e teorias. O presidente da câmara do meu concelho, a quem dou os meus parabéns pela forma como explicou aqui as coisas, porque apesar da minha idade eu ouvi bem, à primeira vez, que era para a gente debater isto mais tarde, até numa assembleia extraordinária e que ia conversar com todos os atores. Estamos aqui há uma hora a perder tempo como se perde tempo na água pelo que o senhor presidente já deve estar bêbado de água, deve ter alguma cirrose com água. Bom, senhor presidente fique a saber do seguinte, eu gostava de experimentar esse processo para os meus netos, ou para os meus bisnetos.

Então educação não é público? Não é do estado? Então e a câmara o que é? Não é público? Então não é um órgão público? Que está mais perto dos pais, que está mais perto dos alunos, que está mais perto dos professores, está mais perto de tudo? Bom eu, entendo que a câmara é pública, não é nenhuma entidade privada, não há colégios particulares, isto não é nenhum colégio particular, isto é uma coisa pública que debate os problemas nas assembleias municipais, na câmara municipal, que tem que falar com toda a gente, todos os operadores do sistema. Qual é o problema afinal? O problema não será idêntico a um caso que eu aqui ouvi hoje, em que morreu uma senhora com a hepatite C? E esqueceram-se as senhoras todas e os senhores que morreram até aquela? E porque é que há três anos não se comprou esse medicamento? Eu agora faço uma pergunta: porque é que esse medicamento não se comprou há 11 ou 12 ou há 13 anos. Ah! Não havia no mercado, então não morreu só uma senhora, na mesma semana em que essa senhora morreu devem ter morrido muito mais com a hepatite C, porque morre muita gente não



é? Mas só houve aquele enfoco. Pronto, e isto agora é a mesma coisa, vamos focar isto vamos estudar a forma disto ser melhor, porque temos que ver o seguinte: que culpa têm os cidadãos de Tondela, os meninos de Tondela e as meninas de Tondela, de sofrerem na pele por causa de um determinado concelho ou distrito em que as pessoas não são iguais, onde resolvem fazer greves, resolvem fazer isto, resolvem fazer aquilo, e para tudo. Não, neste caso não. Neste caso está municipalizado o ensino, vamos experimentar se é bom ou não, depois de apreciados todos os fatores então logo se vê. O Presidente da Câmara atual é professor, tem conhecimentos, pôs aqui o problema bem posto, se vier agora no futuro outro presidente de Câmara que não seja da mesma opinião cessa o acordo. Eu ouvi bem, qual é o mal de a gente experimentar isto? Não será melhor? O município já hoje faz despesas com a educação que é uma coisa maluca. Se de fato vai haver transferências de obrigações tem que haver transferências de capital, mas não é para discutir agora, agora, será para discutir se está bem ou se está mal, se a gente gosta ou não gosta. Eu acho que a gente tem que pôr os pontos assim e, por exemplo, uma das razões que me levou a vir aqui foi precisamente isso. É muito mais difícil a comissão de pais ir falar com o senhor ministro da educação para pôr o telhado na escola, para pôr umas portas ou umas grades porque saltaram uma menina ou menino, é muito mais difícil tratar isso ao nível nacional do que tratar a nível local. Então, a comissão de pais vai ali à câmara municipal fala com o senhor presidente e tudo terá mais proximidade. Pronto era isto que eu queria e dar uma palavra do Dr. Alfredo: “vamos falar sério, debates sérios, debates sérios é que a gente deve tratar”. Porque antes da coisa aqui chegar, antes de a gente resolver os problemas traz-se logo um missal. O Quim Santos trouxe logo o missal em resposta aquela situação toda, bem feito, por acaso bem feito, está de parabéns. Está bem feito, mas porquê? Se ainda não está nada resolvido? Nós ainda não resolvemos nada. Ainda não fizemos a assembleia municipal certa para dizer vá em frente senhor presidente.

Já que vim aqui queria dizer só mais uma coisa, porque venho aqui poucas vezes. Eu queria pedir aos senhores, pedir não sugerir aos senhores deputados e nomeadamente aos senhores presidentes de junta que as pessoas quando são eleitas, eu já sou eleito há muito ano, já estou velho desculpem lá o termo, porque as russas fazem em alguma coisa.



Nós quando somos eleitos temos algumas obrigações e uma das obrigações que a gente tem quando é eleito pelo povo é para representar o povo. Eu assisti aqui a dois atos que fiquei um bocado melindrado, no segundo já não. Veio aqui uma coisa a este palco que não vai a todos os concelhos, porque Tondela não é um concelho qualquer, não é Mortágua ou Santa Comba Dão nem Carregal do Sal, Tondela é os três juntos e vieram aqui duas organizações que mereciam ser mais bem acolhidas e a nossa obrigação é fazer-nos representar nas coisas. O senhor presidente da câmara podia estar aqui sozinho com meia dúzia de pessoas que aí apareceram por acaso. Foi o caso das bandas de música que aqui atuaram, que foram espetaculares, mas que estava aqui muito pouquíssima gente. Era esse pedido que eu queria fazer: que estivessem mais público nestas atividades”.

Pediu a palavra o deputado Jorge Henriques:

“Senhor presidente em exercício da mesa, senhor presidente da câmara, restante mesa, senhores membros desta assembleia.

A minha intervenção muito breve, seria uma proposta, até a proposta que o senhor presidente da câmara até já fez, para acalmar e sossegar um pouco alguns espíritos mais assaltados, qual Mostrengo da mensagem de Fernando Pessoa, para que se corte da ordem de trabalhos a palavra votação e que nos limitemos, com essa retificação à discussão, analise do ainda projeto de contrato interadministrativo da educação. Depois duas achegas muito breves. Eu compreendo até a posição do Manuel Veiga, é difícil o Partido Comunista despir essa veste do sindicalismo permanente, presente, não compreendo tão bem, sinceramente, o preconceito sistemático ideológico que acompanha o Joaquim Santos neste tipo de debates. Não podemos ter medo de experimentar, assiste legitimidade ao governo, está em exercício de funções. Eu ficaria preocupado é que o governo nestes seis ou sete meses que lhe restam de mandato deixasse de governar, isso é que eu ficaria seriamente preocupado. Eu penso que um debate serio, aberto, conforme é proposto inclusive pelo senhor presidente da câmara, eu penso que não há nada a temer a não ser que efetivamente esse preconceitosito ideológico não deixe. Muito obrigado”.

Continuou os trabalhos o deputado Manuel Veiga:



“Eu também ouvi muito bem a intervenção inicial e também percebi muito bem a intervenção que nós fizemos na anterior assembleia que, no fundo, foi isto que começámos logo por conversar, embora aquilo que eu tenha lido não foi bem isso. Aquilo que eu li na ordem de trabalho é que ia ser votada, aprovada esta discussão e por isso, aqui, levantar-se alguns problemas. Eu continuo com alguns medos nesta forma de municipalização. Uma delas tem a ver com o que foi aqui falado, o modelo utilizado noutros países, na Suécia o processo está a ser invertido, no Reino Unido estagnou e não teve resultados visíveis, quer dizer que já temos outros exemplos onde realmente não funcionou. Além disso, o grande problema que isto pode acontecer é não haver esta igualdade de oportunidades. Não ser igual aquilo que é a universalidade que é um princípio da educação. Poderá haver aqui algumas coisas serem diferentes e poderemos vir a ser prejudicados. Não é pelas diferenças que temos e que podemos aproveitá-las de forma positiva, mas também pode acontecer na forma negativa e ficarmos prejudicados nesse aspeto. Esse é o nosso problema e as nossas cautelas. Para além disso, eu gostava de saber quais é que são aquelas, no concreto, as competências que vão ser transferidas do Ministério da Educação para a Câmara. É engraçado, porque tinha aqui um quadro em que havia cento e muitas responsabilidades que a gente podia dividir em que setenta e cinco são para passarem para o município. É uma desresponsabilização total por parte do ministério da educação, é passar uma batata quente para aquilo que é a autarquia. A autarquia vai ficar ela sim com o ónus, quer do custo, da educação, porque que não hão-de vir reforços depois, que depois andamos a pedinchar, o que já não é novo, aconteceu com os transportes, que houve um compromisso inicial e que afinal depois não foi cumprido. Serei breve. Estes aspetos, estão-nos a preocupar e está-nos a preocupar esta falta de debate, a ser verdade que isto fosse para votação, porque não tinha sido alargado o suficiente. Esta foi a nossa intervenção na anterior assembleia em que houvesse debate e foi votada contra pelo PSD. E, para já, devido à dificuldade de tempo que nós temos ficarei por aqui”.

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa.



Eu, há pouco, era para ter referido, o conteúdo do ponto de cada ordem de trabalhos, para a próxima deve corrigi-la, porque não é só neste ponto. Nunca se deve pôr “análise, discussão e aprovação”, mas sim “análise, discussão e votação”. Pronto, há altura em que as coisas devem ser corrigidas e eu acho que é agora e deve ser assim, que eu também faço ordens de trabalho e, portanto, também ponho assim. Isto foi só um reparo.

Eu ainda não entendi efetivamente, explique-me como se eu fosse muito burro, o que é que nós estamos aqui a fazer, a discutir, vai ou não haver votação? É isso que eu quero saber. Senhor presidente da câmara tem lógica que não haja, porque nós não vamos aqui ratificar nada. Essa do senhor estar a dizer que quer ouvir a sensibilidade, muito bem, agora. Mas vai haver ou não votação? Eu acho que não deve haver, porque nós não vamos aqui votar uma coisa que vai ser posta à discussão, porque senão estamos a fazer o processo todo ao contrário. Eu estou a por este problema, porque este documento já foi votado na câmara municipal. Vai ser ou não votado?

Agora a propósito da proposta do partido socialista. Durante a tarde, a mesa fez duas coisas mal feitas. Desculpe não tem nada que pôr uma moção à consideração da assembleia se ela é ou não para votar ou para discutir. Eu apresentei uma proposta, não é a assembleia que vai dizer se ela deve ser ou não discutida. Não ela está aí, a assembleia pode é votar contra ou a favor ou discuti-la ou não, agora não tem nada que pedir a admissão dessa proposta, senhor presidente. Haja ou não votação, porque eu aí proponho um conjunto de entidades e personalidades, pessoas, entidades, etc que devem ser ouvidas neste processo. Inclusivamente os partidos políticos e não é aqui que se ouvem os partidos políticos e mais quem é que vai fazer o relatório final dessa discussão que vai haver, dessa discussão pública? Quando falamos sobre ouvir os professores, onde é que eles vão ser ouvidos? Quais professores? Mais, o senhor ainda não disse aqui, e gostava que dissesse, qual foi ou quais foram as posições dos conselhos das escolas com quem falou. Também quero saber, o que é que os conselhos das escolas dos agrupamentos de Tondela disseram acerca deste documento. Portanto, há aqui muita coisa para se discutir e, como continuo



a dizer, a proposta e já agora se me permitem dar aqui duas pequenas achegas, que é muito rápido um minuto o máximo.

Só responder à Vera: a Vera disse aqui que os atores foram ouvidos. Eu acabei de perguntar quais atores que foram ouvidos? Não sei quais foram os atores, os conselhos das escolas? Esses não são os atores. São um dos atores que representam apenas um. Quanto ao Senhor Arménio, agradeço-lhe o elogio que fez à minha intervenção, mas isto não é apenas um preconceito ideológico. Eu, quando vim, para aqui já tinha trocado impressões com o senhor presidente da câmara, portanto já sabia qual era a opinião dele, já sabia o que é que tinha sido aprovado na câmara municipal e, foi mediante isso, que eu tomei uma posição, não são ideias pré concebidas.

Quero só dizer ao senhor Jorge Henriques que faltava cá ele. Efetivamente veio ao fim da tarde para chegar aqui e impor a sua verdade, que só a verdade é que é sua. Não é assim que se faz em democracia. Muito obrigado”.

O presidente da mesa direcionou o debate para o senhor presidente da câmara, que respondeu às questões anteriormente colocadas:

“Eu penso que na intervenção inicial parametrizei e balizei o contexto que era solicitado. Isto é, a redação do conteúdo do ponto em análise da ordem de trabalhos pode não ter sido a mais feliz, mas o objetivo era uma análise, uma discussão e a aprovação do principio de abrir este debate, nos termos em que em precisei. Não está suposto existir uma votação deste contrato interadministrativo na particularidade em que está. Porque uma coisa é a assembleia municipal, outra coisa é o órgão executivo câmara municipal. Este debate, neste fórum, nesta esfera tem outra amplitude que não tem no órgão câmara municipal. Por isso é que, sendo uma matéria em órgão executivo onde estavam tão clarificadas as posições partidárias de um lado e de abertura do outro, não haveria que não promover, naquele momento a decisão desse órgão. Dito isto, permita-me que lhe diga com esta naturalidade e com esta clareza. Esta sua segunda intervenção é uma intervenção que merece debate nos termos em que a colocou. À primeira, eu pergunto-me se ouviu alguma coisa do que eu disse inicialmente? O texto que aqui vem trazer,



depois, como ainda agora referiu, que eu nunca o iria revelar, e já termos conversado ligeiramente sobre isto, o texto está desfasado literalmente de tudo aquilo que eu disse. Contudo continua a pôr em causa a questão dos 50% de haver ganhos. Já expliquei, várias vezes, neste processo que não está, em momento algum, a possibilidade de haver ganhos de gestão com o pessoal docente. Claro que haverá ou poderá haver ganhos com pessoal não docente. Eu, hoje, tenho muita gente nas escolas que eu procurarei que fique alocada à fatia do ministério da educação e não diretamente dos cofres autárquicos. É óbvio, em momento algum, haverá, por forma de gestão de pessoal docente, ganho a esse nível. Eu expliquei isto várias vezes, e como em momento algum, esteve em causa, que o presidente da câmara deve, e foi eleito, para defender os interesses dos Tondelenses. Mas é precisamente por isso, é por essa convicção que eu julgo que tem sentido abrimos esta discussão e chegar a este processo, de projeto piloto. Quero com isto dizer, que não sinto em momento algum que não estejamos, precisamente por isso, a defender os interesses dos nossos alunos e da nossa comunidade, porque não só os professores em envolvidos nesta ação, e este pormenor é muito importante. Hoje, os conselhos gerais não têm maioria dos professores, têm as autarquias locais, têm instituições representativas da sociedade, têm pais, têm alunos, têm professores e têm pessoal não docente. E, curiosamente, a maioria não é de professores e bem, e bem na perspetiva de que queremos uma avaliação o mais ampla possível. Portanto deixarmo-nos focalizar por interesses de grupo, grupo esse, legítimo, mas temos que ver, num rasgo mais aberto esta perspetiva. Quero dizer que não me revejo e com isto não preciso de me por em bicos de pés demonstrando a minha indignação pelo texto e pela forma como ele estava carregado, porque sabe que sinto as coisas, quando tenho que lhe dizer, que, nessa perspetiva, não me revejo absolutamente no que ali está, porque não há cortes de professores, não há outra matéria, como seja dizer que pretende o governo fazer da escola pública uma fase para a privatização. Eu digo, e repito, a maior defesa de escola pública é aproximar o grau de decisão dos interessados nessa perspetiva. É a maior defesa de escola pública, porque o autarca local, tem instrumentos de proximidade e tem eleitos locais para acompanhar a sua atividade.



Naturalmente, Dr. Felisberto registou e apreciou e agradeço os comentários que fez, precisamente de alguém que vive e sente e sabe o que é que as autarquias tiveram e têm de fazer, permanentemente, para solucionar os problemas das escolas. Isto é o que está em causa fazer. Fala-se de um perigo de municipalização com os interesses adversos por este processo, mas quando todos os dias estamos a resolver os problemas, aí esse perigo não existe, não é notado pelos intervenientes.

Nós temos que ser sérios nisto, eu quero ler para não haver dúvidas: resolução do contrato cláusula 53 – “...sem prejuízo dos fundamentos gerais da resolução do contrato, este pode ser resolvido por qualquer das partes nos seguintes casos: incumprimento definitivo das obrigações contratuais por fato imputável a uma das partes...”. Se lerem para trás estão lá as falhas de transferências financeiras é condição necessária para, por razões de interesse público devidamente fundamentado, por vontade expressa de ambas as partes, isto é, sim, eu tenho as razões de interesse público, é outra cláusula, por razões de interesse público devidamente fundamentado. Por exemplo se houver uma mudança do executivo autárquico e que não esteja interessado em manter este projeto, é uma razão clara a esse nível. Não tenha dúvidas disso. Claro que nós temos objetivos que vamos contratualizar e entre eles objetivos de natureza pedagógica. Admitamos que eu proponho que nas minhas metas está previsto aumentar em 2% a taxa de aprovação no terceiro ciclo. Eu tenho que ter instrumentos para isso. O não cumprimento dessas minhas obrigações também dá ao MEC a opção de rescindir o contrato. Comunica-me com 90 dias de antecedência e a partir daí está a resolução feita. Nesse caso, todo o pessoal não docente que hoje vem à esfera do município regressará à esfera do ministério, quando o contrato for resolvido. Todo. E sobre a ideia de dizer: isto amanhã cancela-se, mas as pessoas que estão do lado de cá, quem é que lhes vai pagar? Essa questão não existe. E permitam-me também que leia muito rapidamente mais uma notícia fresca ainda do, Económico do dia 21 de Janeiro. Retrata a questão, o incómodo do presidente da câmara de Águeda Gil Nadais, por entender que não recebe qualquer indicação do partido para trás e para a frente e, depois, a páginas tantas diz o seguinte: “...os autarcas ouvidos pelo Económico aproveitam para lembrar que foi em 2008 e 2009, com a então ministra Maria de Lurdes Rodrigues, que assinou os primeiros contratos de execução com 103 municípios que



assumiram, desde então a gestão do pessoal não docente do primeiro ciclo, os transportes escolares, as refeições, e as AEC' s.” Citação. Eu com isto não estou a condenar, estamos a dizer que temos a oportunidade de ter diante de nós um modelo que é ajustado à nossa realidade nas condições em que nós desejamos.

E o debate que será feito com quem? Pergunta o Joaquim Santos. Com os professores. Quais professores? Todos os professores de cada um dos agrupamentos, desde o professor responsável pelo jardim-de-infância, até primeiro ciclo, segundo ciclo e terceiro ciclo. Quem quer vai ao debate. Agora tem que ser um debate sério, não pode ser da forma como foi feito num determinado momento pelos sindicatos, em particular a Fenprof, que, a pergunta que faz é: “concorda com a municipalização ou privatização do ensino? E que o Município passe a contratar os professores?” E eu acrescento, como quem diz e que estes sejam dispensados? Só me surpreende é que, nessas circunstâncias, a taxa de assinaturas, não fosse maior a dizer, que sim senhora não concordo com isso. Mas isto não é o debate sério, o debate sério é dizer: qual é a competência, hoje, duma escola ou de um diretor que fica diminuída, por força deste contrato? É esta a pergunta a que eu quero que me respondam. Em que medida é que ele prejudica a autonomia da escola? É isso que eu quero que me respondam. E, portanto, é tão legítimo o direito a ter coragem para dizer não como é legítimo o direito a ter coragem para dizer sim. É que em democracia os dois direitos existem, o não e o sim. Mas para trás desse direito deve haver uma coisa que é muito mais importante que é a fundamentação sustentada nas vivências do nosso território. E não um conjunto de, diria eu, de princípios basilares que tanto se aplicam aqui como em Cuba ou noutra sítio qualquer. Não façam disto generalidades, por favor, o debate para ser sério tem que ter um enfoque naquilo que é o nosso território e no que este instrumento pode servir para ter identidade no processo educativo.

Julgo muito importante salvaguardar a existência de dois agrupamentos e isto é muito importante. É que, porventura, eu não sei se fui claro, quando expliquei com aquele pequeno exemplo, o que é que resulta da agregação dos dois agrupamentos. Saberão vossas excelências que a escola secundária de Molelos tem neste momento uma turma no 10º ano, uma no 11º e uma no 12º? Que são turmas não muito grandes? Saberão o que é



que representa não ter ensino secundário, neste agrupamento? Saberão que isto pode ser mais um passo para a fusão dos dois agrupamentos? Eu acho que não preciso de ser mais evidente no que estou a dizer. E portanto se alguém quer proteger o emprego, sou eu e se alguém quer proteger a qualidade do ensino, sou eu, nessa matéria. E nessa linha de pensamento, peço-vos que não introduzam nenhuma variável de perturbação, que não seja lógica, racional e séria, neste debate. Porque então, cada um vai à sua vida. O presidente da câmara não tem nenhum problema com este processo. Os senhores professores ou outra parte entendem que não querem, muito bem. Amigos como dantes. Sinto que cumpro o meu dever e a minha obrigação, de promover um debate, com este grau de profundidade que vamos ter pela frente. Se as partes não o quiserem eu não serei o responsável pelas opções que outros façam e que não seja eu a fazê-las. Agora sinto uma responsabilidade até ao limite, de dizer aquilo em que eu acredito e ir atrás dessa convicção e, nessas matérias não hajam dúvidas nenhuma.

Sobre a aqui apregoada igualdade de oportunidades. É precisamente pela igualdade de oportunidades: que se justifica este projeto. E se estão preocupados com a igualdade de oportunidades, mas não nos preocupam com quem vive numa cidade maior que tem colégios privados, pode optar pelo projeto educativo e pode optar pelas formas como o tem na sua proposta de ensino? Onde é que estão as igualdades de oportunidades nestas circunstâncias? É igualdade de oportunidades eu ter investimentos de 7 milhões que foram feitos na Parque Escolar em concelhos bem próximos de nós, escolas secundárias, onde investiram 17 milhões de euros e não há um ou dois milhões para compor a nossa escola secundária onde entra água, onde os laboratórios não funcionam? Que igualdade é esta onde os alunos no ensino secundário não têm acesso a um laboratório, porque nem sequer têm gás nos laboratórios? Não, eu explico porquê. É que infelizmente as festas da Parque Escolar não permitiu que houvesse uma retribuição equitativa dos montantes a aplicar. Nesta proposta o presidente da câmara de Tondela não aceita a integração de nenhum edifício na sua esfera que não tenha previamente um contrato com cronograma para a reabilitação destes edifícios a integrar com critérios preferenciais no quadro Portugal 2020. E só as aceitará para a esfera do município, depois de estar aberto, ainda que seja o município o dono da obra mas com o cofinanciamento



do ministério, através dos canais do Portugal 2020. Esta proposta financeira tem várias variáveis, onde, todos os anos, os montantes financeiros são transferidos tendo por base a média do ano anterior, em todas as rubricas. Portanto, nestes dias próximos com os órgãos de gestão das escolas, iremos analisar rúbrica a rúbrica, para perceber onde é que estão os valores financeiros. A gestão corrente será assegurada por transferências do ministério da educação, no caso concreto, o bolo financeiro do município de Tondela serão 2,9 milhões de euros, onde inclui pagamento de pessoal, 2.3 milhões, e o restante de funcionamento. Qualquer escola nº 2, secundaria, ou E B 2 3, depois de reabilitada, terá um montante de vinte mil euros ano para despesas correntes, e, do ponto de vista prático, já não discuto só as questões pedagógicas e vejam que para mim são as mais importantes são as pedagógicas. Se para ter mais turma implicar despendermos, investirmos mais vinte ou trinta mil euros e isso responder a melhores resultados no ensino, estou cá para assumir essa responsabilidade. Julgo que esse é o nosso desafio. O contrário é monitorizado e no dia que não esteja salvaguardado uma das cláusulas que estão aqui bem claras, então pode-se rescindir, por não cumprimento contratual.

Agora, não tenhamos, eu não digo receios, o receio faz parte da vida, mas o importante é saber se os meus receios têm instrumentos que me assegurem margem de conforto para tomar decisões. Esta é que é a questão de fundo. E portanto nós iremos promover o debate com estes órgãos, com escolas, com associações de pais, com pessoal não docente que verdadeiramente são aqueles que aparentemente vão ter que mudar de entidade e era expectável que aí houvesse outro tipo de preocupações. As pessoas percebem, que hoje, na prática já é assim que as coisas funcionam. O que nós queremos é regularizar, porque se for possível, pessoas que hoje estão a ser pagas pelo município para garantir abertura e funcionamento de escolas do primeiro ciclo passarem para a esfera do cálculo do ministério da educação, há um ganho financeiro que eu depois posso aplicar, noutras atividades, noutras funções. Este é o ponto de partida. Convençam-se disto. O presidente não terá, e a câmara em particular, nenhum dissabor com qualquer que seja o resultado. Não há nenhuma preocupação que não seja esta, agora o debate será feito nestes termos. As opções surgirão neste quadro. E o quadro será de envolvimento, explicação, culminará com conselhos gerais, e regressará de novo à assembleia municipal.



Agora, julgo que está nas nossas mãos tomarmos as opções para querermos ter instrumentos que permitam melhores respostas ou não. É neste quadro que eu coloco as questões. Peço desculpa pela clareza e acima de tudo pela forma como julgo que todos temos a responsabilidade de contribuir para este debate”.

Intervio, a seguir, o deputado Alfredo Cabral:

“É só aqui um abono ao currículo do Dr. José António. Eu trabalhei com ele no conselho geral e é assim, vocês estão a entender que parece que estamos aqui divididos. Eu quando vim aqui ler a proposta do partido socialista disse isto, bem, eu gostaria de dizer que o Dr. José António, trabalho e treze anos enquanto vereador da educação, tem um grande conhecimento das questões e parece-me fundamental esta pergunta que gostava de lhe fazer:- nos conselhos gerais, a comunidade dos professores, não tem nenhum papel decisivo. Você vai ouvir e depois vai vir aqui? Peço que me responda diretamente.”

O presidente da câmara respondeu:

“ Dr. Alfredo se me permite, quero esclarecer que nas condições que estão definidas, sem o voto dos dois conselhos gerais o processo não avança. É uma condição que eu quero colocar no processo”.

O deputado Alfredo Cabral republicou:

“Ah, tem que haver votação do conselho geral”.

Continuou o presidente da câmara:

“Pelas razões que eu disse, que eu quero o envolvimento de todos os parceiros, o órgão que eu considero representativo desta comunidade, pelas razões que evoquei há pouco, de professores, de alunos, de pessoal não docente, de pais e da comunidade é o conselho geral. Sem a aprovação nos dois conselhos gerais, nos dois conselhos gerais o processo não avança”.



Voltou ao debate o deputado Alfredo Cabral:

“Conselho gerais onde estão professores, pais e tudo isso. Pronto, isso satisfaz-me bastante e neste sentido eu penso que é de avançar.

Pareceu-me que estávamos a entrar em contradição com a intervenção do Dr. José António, abriu o debate. Era só isso. Porque eu sei que sou um bocadinho chato mas é assim, eu penso que o doutor José António disse tudo e isto no fundo é pôr a escrito aquilo que já é prática há muitos anos das câmaras municipais, protocolos e por aí fora. Desde o momento em que não toque no currículo, é uma questão de desígnio nacional, que não toque na avaliação etc., tudo é bom”

O presidente da mesa da assembleia tomou da palavra para clarificar da situação debatida da alteração de conteúdo de um ponto da ordem de trabalhos:

“Visto parecer unanime da concordância o ponto 2.2 vai passar de “Análise, discussão e aprovação do Contrato Interadministrativo no domínio da educação” para “.Análise e discussão do Contrato Interadministrativo no domínio da educação”.

Colocada à votação a alteração proposta foi aprovada por unanimidade.

Foi dada a palavra ao deputado Joaquim Santos:

“Atendendo ao compromisso do senhor presidente da câmara em que o processo só avança se houver posição favorável dos dois conselhos gerais eu retiro proposta apresentada”.

2.3. Análise, discussão e aprovação da proposta de reorganização dos serviços municipais do Município de Tondela em conformidade com a Lei nº 49/2012 de 29 de agosto

O presidente da câmara interveio:



“ O conteúdo fundamentado do ponto que está nas vossas mãos contextualiza a Lei e as condições existentes. Relembro que a Lei nº 49/2012 levou a que o município tenha feito uma estrutura orgânica que a respeitava, no entanto não teve o regulamento a que completava, por não ter sido publicitado. Quer dizer, que caindo todas as chefias no dia 9 de março deste ano, ficaríamos perante um vazio, o que nos leva a trazer a esta assembleia, de novo, a estrutura orgânica. A competência da assembleia é aprovar o número máximo de divisões, cargos de direção intermédia e de unidades de terceiro grau. É competência da câmara atribuir a designação.

A câmara municipal teria direito a um diretor de departamento, cinco chefes de divisão e um diretor de unidade de terceiro grau. Por opção não teremos diretor de departamento, descendo ao cargo de chefe de divisão. O atual Orçamento de Estado, deste ano, permite que possam existir mais lugares de dirigentes, desde que o custo da massa salarial, no final do ano não seja superior àquele que existia. Ora, no nosso caso, não sabendo o que vai acontecer a seguir, porque será por concurso que os funcionários se candidatarão a esta lugares, mas tendo em conta as previsibilidades, três dos atuais dirigentes já tem vencimento de carreira superior ao de dirigente. Quer dizer que apesar de ocuparem o lugar de carreira o seu custo é igual, porque vão sempre ocupar o vencimento de carreira e não de dirigente. É por esta razão que trago à assembleia a proposta, conjugadas as várias questões, de passar de seis para oito unidades, que serão sete divisões e uma unidade orgânica de terceiro lugar. As dez subunidades orgânicas que já hoje existem e uma unidade multidisciplinar, que já hoje estava prevista, mas não preenchida. Para que não haja dúvidas, no dia 10 de março, o presidente nomeará em regime de comissão de serviço os dirigentes, enquanto decorre o concurso. Fechado o concurso, quem ganhara o lugar é quem lá fica. São concursos públicos dentro do quadro de pessoal com vínculo à função pública. É por esta razão que vem o mapa de pessoal no ponto seguinte, porque uma matéria está relacionada com a outra”.

Não havendo intervenções, foi o ponto colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

2.4. Análise, discussão e aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2015

O presidente da câmara interveio:



“Em relação ao mapa de pessoal é o que vos foi enviado, procurámos que fosse condensado numa página que fosse perceptível numa leitura mais próxima possível. Deu-se informação adicional, nomeadamente quais destes lugares que contam e pesam no mapa de pessoal, mas que estão vagos e quais os que estão, por opção, nas Águas do Planalto há vários anos desde que se deslocaram para lá. Quero dizer que o mapa de pessoal tem 299 pessoas. Também é bom dizer que desde 2010, tem vindo a regredir por forças das aposentações e pela não admissão de pessoal. Em 2010 tínhamos 347 funcionários, em 2011 eram 345, em 2012 eram 325, 2013 eram 308 e 2014 são 297. Se destes 297 tivermos presentes que 11 estão nas Águas do Planalto, quer dizer que estaremos com 288 pessoas. Naturalmente as matérias de educação tem aqui algum peso, porque há 21 professores nas AEC’s, a contrato de termo parcial e 41 pessoas nas escolas.”

O deputado António Dinis interveio:

“Para facilitar de ter dado a possibilidade dos funcionários terem a missão de serem dirigentes. Fez bem em ponderar nessa matéria.

Depois só tinha uma questão, normalmente o mapa de pessoal costuma acompanhar o Orçamento e Plano de Atividades, em dezembro. Houve alguma razão para que não tenha sido nessa altura?

A equipa multidisciplinar só com uma pessoa afeta?”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“ A equipa multidisciplinar pressupõe poder recrutar em regime de mobilidade, no quadro da função pública, alguém que se desloque para cá. Mas será constituída, se o for, a partir de serviços ou recursos de que se possam reafectar técnicos seus para a equipa multidisciplinar. Como neste momento não está constituída, é competência hoje do presidente afetar, a qualquer momento, qualquer pessoa que entenda a qualquer serviço.

O mapa de pessoal só vem agora, para acompanhar a estrutura aprovada no ponto anterior”.

O deputado Manuel Veiga continuou:

“Uma questão simples, em relação a este mapa de pessoal comparativamente ao mapa anterior. Se houve cortes em termos de pessoal, qual foi a dimensão desses cortes?”

O presidente da câmara respondeu:



“ Por força de normas de execução orçamental decorrentes do 1º período de assistência técnica e financeira, as autarquias estavam, desde 2011, obrigadas a reduzir em 2% esse contingente dos seus efetivos. Até hoje, o município não precisou de dispensar, colocando na bolsa de mobilidade, nenhum funcionário, porque por força das aposentações esse princípio tem sido atingido. Contudo não seria inoportuno que na administração pública existisse alguns mecanismos para que um ou outro funcionário no meio de 300 pudesse ter alguma mobilidade para requalificação. “

Não havendo mais intervenções, foi colocado o mapa de pessoal à votação que foi aprovado por unanimidade.

O deputado Manuel Veiga fez uma declaração de voto:

“Voto a favor deste mapa, porque não houve cortes de pessoal e não vemos com bons olhos o corte que está a ser feito noutras autarquias. Ainda bem que não há aqui esses critérios de mobilidade, porque estou a ver que seriam utilizados”

O presidente da câmara replicou:

“Permitam-me que diga e não quero ser politicamente inconveniente ou inconsequente, mas gosto de dizer aquilo que penso. Como em qualquer organização, por vezes, é um funcionário que não quer trabalhar e que perturba e causa mais efeito negativo do que aquilo que se pode pensar, porque não há nada mais injusto para quem trabalha esforçadamente para ter 500€ no final de mês, sentir que algum outro, porque entrou num tempo em que havia progressões de três em três anos, que hoje tenho duvidas se entraria nalgum setor, mas porque lá está é funcionário publico e será protegido até ao fim.”

O deputado Manuel Veiga disse “Que, até pode perceber, mas afirma que há processos disciplinares para esses casos”.

2.5. Análise, discussão e aprovação do Regulamento do Conselho Municipal Juventude de Tondela

O presidente da câmara interveio para explicitar:



“O conselho municipal da juventude está devidamente instalado. É o regulamento de funcionamento deste órgão e tem o enquadramento legal devido”.

A deputada Vera Machado tomou, de seguida, a palavra. (anexo 16).

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação o regulamento do conselho municipal juventude de Tondela, sendo aprovado por unanimidade.

2.6. Análise, discussão e aprovação do Regulamento Municipal da Feira de Antiguidades, Velharias e Colecionismo de Tondela

O presidente da câmara, visto o documento ter sido remetido à assembleia, dispôs-se dar qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções, foi colocado à votação o regulamento municipal da feira de antiguidades, velharias e colecionismo de Tondela, sendo aprovado por unanimidade.

2.7. Análise, discussão e aprovação do Regulamento do Mercado de Artesanato de Tondela

Foi dada a palavra ao presidente da câmara que explicitou que todos os regulamentos apresentados são de eficácia externa, pelo que tem de ser aprovados pela assembleia municipal.

A deputada Cristina Ferreira interveio. (anexo 17)

De seguida, o deputado Felisberto Figueiredo continuou:

“Muito rapidamente e na linha da intervenção da Dr^a Cristiana. Estes dois últimos regulamentos pareceram-me inócuos em termos de objeção que pudéssemos apresentar aqui. Queria felicitar esta iniciativa do senhor presidente da câmara, porque todos estes regulamentos são iniciativas importantíssimas do municipalismo e que podem dar um contributo importante à nossa agricultura. Infelizmente vemos os nossos campos abandonadas, a praga que são os incêndios, no verão, a maioria deles provocados pelo abandono da agricultura e pela falta de incentivo à atividade pecuária. Julgo que isto pode não dar muito resultado visível para o PIB, mas de certeza que dará um contributo



importante de estímulo aos nossos trabalhadores rurais do nosso concelho e à identidade do nosso território. Muito obrigado”.

O presidente da câmara solicitou que fosse efetuada uma correção no ultimo paragrafo do preâmbulo para “... o parque urbano espaço provado sob a gestão do município de Tondela...”, por ser propriedade da Tondelviva”.

Não havendo mais intervenções, foi colocado o regulamento à votação, sendo aprovado por unanimidade.

2.8. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O deputado Manuel Veiga apresentou uma moção sobre o encerramento do laboratório de análises clinicas no Hospital de Tondela. (anexo 18)

Continuou o deputado António Dinis:

“Não queria acabar esta assembleia sem partilhar convosco uma situação que tem vindo a ser publicado nas redes sociais, em relação a um presidente de junta. Quero, aqui, dizer de viva voz, ao José Manuel que o respeito muito enquanto pessoa, acho que é boa pessoa. Averigue-se o que se tem de averiguar, mas acho que acima de tudo estão as pessoas. É aqui, que quero mostrar a minha solidariedade pessoal e como ser humano. Acima da política estão as pessoas. Já tive ocasião de transmitir ao Quim, aquilo que acabo de transmitir, não concordo com a situação que se passou em relação ao Partido Socialista ter saído da assembleia de freguesia “

O deputado Arménio Leite Marques interveio, de seguida:

“Só um esclarecimento sobre o problema das autoestradas. Tenho conhecimento que o IP3 já está em reconversão. Na parte de Tondela, já estão a fazer projetos para lançamento de concurso. Autoestradas não vai haver, porque os 500 milhões que vem da Europa, estão destinados à ferrovia.”

A deputada Vera Machado continuou:

“Em relação à proposta que o enfermeiro Veiga fez, parecia-me mais oportuno fazer o pedido de esclarecimentos, à administração do centro hospitalar Tondela Viseu, em nome da assembleia municipal, da razão porque é que o material recolhido em Tondela é analisado em Viseu, para, depois, a partir daí formularmos uma opinião.”

Seguidamente, interveio o deputado José Manuel Mendes:



“Em primeiro lugar, sobre a recolha de sangue no hospital. Já fiz, em tempos, recolha no hospital e está era analisada em Viseu. Não sei se estou a fazer confusão com outra coisa ou se haverá aqui aproveitamento político.

Quero agradecer as palavras do Dinis. Estou à vontade, felizmente quem não deve não teme. Continuo a confiar na minha equipa, escolhi-os e em boa hora os escolhi. É verdade estou sujeito a um processo de averiguação pela judiciária, mas todos nós estamos sujeitos. Talvez aqueles que nos acusam é que deveriam ser inspecionados. Muito obrigado.”

O deputado Abílio Rodrigues interveio dizendo que subscreve na íntegra a moção apresentada por Manuel Veiga, por ser inadmissível que um hospital com o movimento que tem o de Tondela, as análises tenham de ir para Viseu.

O deputado Joaquim Santos continuou:

“Uma proposta do Manuel Veiga deveria ser tão pacífica. Oh Vera, não acredito o despudor com que vieste para aqui com a proposta que queres fazer. Isto não faz sentido nenhum, desculpa lá. Estamos aqui a discutir coisas serias, não é política. A saúde, as pessoas, não é política. O Manuel é profissional de saúde, está dentro do assunto, não veio para aqui inventar nada, é do conhecimento público. E vimos para aqui com brincadeiras, perguntar se é verdade ou não, tem paciência retira esta proposta se faz favor. Eu votarei a favor da proposta do Manuel Veiga. Muito obrigado.”

O deputado Alfredo Cabral propôs um elogio à Marta Franco, “porque fez um doutoramento solene no Instituto Superior Técnico. Referiu, também que ficava feliz quando o presidente da câmara disse que iria mandar cortar os choupos nas rotundas”

O presidente da mesa tomou a palavra e referiu que toda a assembleia endereçava os parabéns à deputada Marta.

A deputada Vera Machada respondeu ao deputado Joaquim Santos que não agia sob suspeição, que nunca suspeitou das palavras do deputado Manuel Veiga.

O deputado Manuel Veiga clarificou que não estava para aproveitamento político, inclusivamente tinha utilizado outro tipo de canais para a resolução dos problemas. Referiu, também, que aquilo que acontece no hospital de Tondela é que as colheitas de sangue que, habitualmente, eram aí feitas e analisadas, deixaram de o ser. Disse que haviam algumas análises pontuais que iam para Viseu, por uma avaria de um equipamento



do qual não foi feita a sua manutenção. Anteriormente todas as análises eram feitas em Tondela, nomeadamente a resposta ao serviço de urgência básica e o tempo de colheita era feitas em todos os dias. Agora é feita pontualmente uma manhã, sofrendo a mesma alterações para outro dia ou outro período. Achando que por parte da administração é uma forma de esvaziamento do número de análises. Alertou para o facto da química seca não dar a mesma resposta. Indicou que os utentes das consultas externas, mesmo as de Viseu, podiam fazer as análises aqui em Tondela, não sendo agora possível. Como profissional a sensibilidade que tem, como a dos colegas, é que parte da administração pretende terminar gradualmente, nomeadamente uma consulta que é feita hoje e seguida no laboratório, ser encaminhada para o Centro de Saúde, colocando algumas reticências com as capacidades de respostas dos Centros de Saúde. Sendo esta a sua preocupação, lembrou que quando houve o alargamento do Centro Hospitalar Tondela Viseu, uma das promessas foi de manter as valências e até mesmo de as alargar, enquanto que agora estão a retirar uma das valências.

O presidente da câmara interveio:

“Julgo que ninguém colocou em causa os conhecimentos dos profissionais de saúde. É uma matéria que é do conhecimento dos que estão envolvidos e a informação que tenho resume-se a: que nenhum doente que vá a consulta externa em Tondela ou em Viseu iria ter algum custo adicional de deslocação, é a informação que tenho; que a colheita poderia ser feita cá e o resultado seria via intranet, não sei se ainda é assim ou não. O que estaria em causa era não haver rentabilidade de laboratório, ter esta opção, mas que em momento algum haveria prejuízo para o utente. Foi esta a informação que o conselho de administração me deu e que, já no passado, acontecia que episódios que necessitassem de análises, depois das 4 da tarde, não tinham outra opção do que fazer aquilo que hoje é feito, com química seca. Não deixo de dizer que a minha preocupação é saber se as pessoas têm transtorno com uma deslocação adicional e desnecessária para fazer uma colheita.

Se o enfermeiro Veiga concordar, poderíamos colocar estas questões formalizando com um pedido de informação ou um requerimento ao conselho de administração em que nos informe se nestes termos quais são as medidas que estão a ser



desenhadas ou o que se perspectiva em termos imediatos para não termos este constrangimento para os utentes”.

O deputado Veiga esclareceu:

“Percebo esta informação por parte do conselho de administração. Mas também percebo como se vai rabiando em relação às respostas dadas e tem sido exímio, porque vai sempre respondendo sempre dizendo que tem sempre nem que seja só 10 minutos de colheita. As pessoas que chegam naqueles 10 minutos escusam de ir a Viseu, porque, realmente estão lá, agora vão é pontualmente e nem sequer é definido o dia. Estava definido que era à quinta-feira de manhã. Quer dizer uma quinta de manhã não é resposta que se dê, não é resposta suficiente. Para além desta situação, defendem-se tanto na redução de custos na saúde, é caricato o preço que custa a química seca, que é astronómico. Isto implica custos elevados. 15 dias de utilização de química seca dava para custear o técnico que deveria lá estar.

Continuo a achar que se estão a esvaziar os conteúdos do hospital e para isso a resposta que acho que é correta é nós exigirmos a reabertura em pleno daquilo que tínhamos até à data”.

Continuou a responder o presidente da câmara que disse que não se desviava desse objetivo. Ficou surpreso com a descrição agora feita pelo deputado Veiga. A informação que tinha do conselho de administração era que não havia nenhum prejuízo objetivo para o utente. Acha que o documento carece de argumentos sustentados e técnicos que deveriam ser vertidos, tais como os custos da química seca e com a solução que hoje se encontra em vigor saber se não satisfaz o interesse dos doentes.

O deputado Jorge Henriques continuou o debate:

“Senhor presidente, senhores membros da assembleia.

Oh! Manuel Veiga, não pondo em causa e salvaguardando com todas as letras, para não vir aqui a seguir o Quim Santos dizer que pôs em causa as suas palavras e o que defende. Não pondo de todo em causa o que explanou eu, leigo na matéria, ainda que acompanhando como é óbvio toda esta matéria, parece-me mais do que sustentável aquilo que é apresentado pelo senhor presidente da câmara. Em consciência, parece-me que esta assembleia ganharia ter os elementos que são, aqui, sugeridos pelo senhor presidente e, na sequência do que foi apresentado pela Vera que a nossa decisão tenha um cunho de



segurança. Eu, em consciência, gostaria de votar a tua moção favoravelmente, na posse desses elementos. Aquilo que sugeria, não digo que retirasses a moção, mas que num primeiro momento se solicitasse esses esclarecimentos. Vindos esses esclarecimentos, na assembleia de abril fosse votada a moção com o texto que assim entendesses. Sem conhecer as implicações para as populações e os custos, que penso serem cruciais para uma discussão, sem esse conhecimento não posso votar favoravelmente, não pondo em causa o que acabas de dizer”.

A deputada Marta Franca continuou:

“ Só queria dizer que no dia 1 de janeiro estive no hospital de Tondela e já tinha conhecimento dos pormenores que o enfermeiro Manuel Veiga falou. Fui informada por outros profissionais de saúde e por doentes. Não consigo, aqui, conceber e estamos a falar de pessoas carenciadas e com dificuldades, e que muitas das vezes para conseguir fazer a colheita tem de se deslocar a Viseu, ter de se esperar até abril para pedir esclarecimentos. A realidade é esta, não há ou praticamente não há colheitas. Faz-me confusão estar a discutir uma coisa que é a realidade”.

O presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente se me permite e para concluir com objetividade.

Julgo que não está em nenhum de nós, pelo menos por aquilo que percebi, nenhum sentido de questionar a veracidade. Julgo que poderia ser enriquecido com o argumentário que o Veiga, aqui disse, integrando nesse texto, porque me parece importante para a sustentação desta tese, nomeadamente a não regularidade da colheita, a aleatoriedade como é feita, o facto de haver pessoas que se tenham de deslocar para que a colheita seja feita, o custo excessivo da química seca. Esta argumentação dá uma outra roupagem para aquilo que entendo ser necessário para a nossa negociação”.

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra:

“Há várias formas de se fazer a negociação. Aqui estava na verdadeira posição nua e crua de querer voltar o laboratório. Na negociação, sim, eventualmente à mesa, a câmara há-de fazer esse “pressing” e facultar-lhe-ei, de bom grado, os dados concretos e mais sustentáveis de forma a que se possa dizer numericamente quanto é que isto implica. Aquilo que foi apresentado em termos da moção fala em aspetos latos e gerais e que são do conhecimento publico. O que, aqui, estamos a falar também é algo mais concreto



propriamente em termos numéricos, que já não são do conhecimento público. Estamos a falar de coisas diferentes, admito que sim que se possa falar para a resolução do problema. A saúde pública e a sua defesa é obviamente uma bandeira da CDU, mas na realidade o que a CDU e eu quero é que o problema seja resolvido para a população”.

O presidente da mesa solicitou ao deputado Veiga a leitura da moção e o deputado apresentou uma alteração na sua moção substituindo “que não tinham sido feitos estudos” para “que seja do nosso conhecimento”.

A deputada Vera Machado argumentou que após ouvir os argumentos do deputado Veiga e do senhor presidente da câmara, nunca esteve em causa a defesa do bem-estar dos utentes, mas pensa que seja necessário que haja uma argumentação e que as questões devam ser colocadas ao conselho de administração.

De seguida procedeu-se à votação, que foi aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Jorge Henriques.

O deputado Jorge Henriques apresentou a sua declaração de voto:

“Dizer que me abstive na moção do enfermeiro Veiga pelos argumentos que trouxe há pouco. Naturalmente que me preocupam os interesses dos utentes do Centro Hospitalar Tondela Viseu. Em consciência, também, e sem os elementos que há pouco foquei as questões: custo e qualidade / serviço, não poderia votar noutro sentido que não fosse a abstenção”.

3- Período aberto ao Público

Interveio neste ponto o senhor Martinho Loureiro, na qualidade de representante da FRAP Viseu. (anexo 19)

O senhor presidente da câmara interveio para responder ao munícipe em causa:

“Com toda a sinceridade, Martinho, se estivesse nesse lugar, tinha pegado numa caneta e corrigido algumas coisas desse texto, depois do debate que fizemos. Respeito institucionalmente. No caso, não percebo como se pronuncia sobre uma matriz quando ela não está nas vossas mãos. No caso, em particular, “currículo C1 desenvolvimento do currículo, cláusula 4ª, definição dos normativos e critérios para a planificação anual das componentes de ensino profissional” manter-se-ão na esfera da escola e na esfera do



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 27-02-2015

município ficará tão só o contexto de trabalho, isto é, arranjar trabalho para os cursos vocacionais se assim existirem. Obrigado”.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão da assembleia municipal e foi lavrada a presente ata para constar.

O Presidente: Carlos Ceche

O 1º Secretário: José Loureiro

O 2º Secretário: Sandra Patrícia Almeida Godinho

Assembleia Municipal de Tondela

Saudação às mulheres e ao Dia Internacional da Mulher

Considerando que:

1. O "Dia Internacional da Mulher", marca simbolicamente a longa luta das mulheres pela igualdade de direitos, pela sua emancipação, pela afirmação de que mulheres e homens são iguais na construção de uma sociedade mais justa e solidária.
2. 40 Anos após as primeiras comemorações do 8 de março em liberdade, 40 anos depois do *Ano Internacional da Mulher*, a desigualdade subsiste no nosso país. Vive-se na desvalorização das competências das mulheres, no facto de serem as principais vítimas de assédio no local de trabalho e de violência doméstica. Elas auferem os salários, reformas e pensões mais baixos. Trabalham mais horas, têm menor oportunidade de sucesso nas carreiras, há menos mulheres em cargos de poder e de decisão. São elas quem mais sofre a precariedade e o desemprego.
3. Celebrar o Dia Internacional da Mulher é homenagear as mulheres que em todo o mundo diariamente resistem às inúmeras formas de opressão, mas é também assumirmos responsabilidades na luta pela igualdade.

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida na sua sessão de 27 de Fevereiro de 2015, delibera:

- 1- Saudar todas as mulheres, apelando à sua cada vez mais interventiva participação na vida pública;
- 2- Manifestar um voto especial para que este ano de 2015 seja, de facto, o ano de viragem nos rumos do país, e que uma nova política retome os caminhos do progresso também no que respeita ao estatuto de dignidade da mulher.
- 3- Trabalhar no sentido de cumprir a Constituição da República, retomando os caminhos de Abril, convergentes com as grandes orientações do AIM e das Conferências posteriores da ONU sobre os direitos das mulheres.

Tondela, 27 de fevereiro de 2015

O Eleito da CDU

Manuel Veiga




Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela em exercício, Exmo. Senhor Presidente da Câmara municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Tirando a famigerada final de futebol, do Euro 2004, em que Portugal perde com a Grécia (por um mísero golo...) não conheço outros motivos que nos levassem, *a priori*, a ter qualquer antipatia ou animosidade, para com a Grécia e por isso não entendo a posição assumida, por algumas vozes, que sobre esta matéria pretendem fazer uma bandeira política interna e daí tirar os oportunos dividendos eleitoralistas!

Antes de qualquer outro juízo de valor importa posicionar e contextualizar Portugal e os portugueses.

Não somos um país qualquer face ao Eurogrupo ou outras instâncias internacionais.

Sentimos na *pele* as consequências da austeridade e dos elevados constrangimentos económicos, financeiros e sociais e por isso mais do que ninguém poderíamos sentir *as dores* da Grécia, como nossas.

E, assim, julgo absolutamente legítimo que Portugal se posicione numa lógica de coerência, de defesa do euro, de racionalidade e acima de tudo de interesse nacional.

Ainda estamos a *lamber as feridas*, de tão espinhoso processo e por isso nada mais nos poderá ser exigido do que uma posição construtiva e a

expectativa de uma evolução favorável, para que a Grécia possa concluir, com sucesso, o seu programa de assistência financeira.

A cooperação e a boa-fé assim o impõem!

O que tem acontecido!

E que, em nada, conflitua com as prioridades políticas, de cada um dos estados envolvidos, que devem ser respeitadas, em ambos os sentidos, e não são por isso sinónimo de qualquer submissão ou deslealdade.

Portugal terá que ser solidário e apoiar a Grécia, na mesma e exata medida, em que a Grécia terá que ser solidária e apoiar Portugal!

Naturalmente, que a vida política, sobretudo à escala da Europa, é e será cada vez mais, palco de dividendos, para as forças políticas internas de cada país.

Mas é preciso cautela no uso destes mesmos dividendos porquanto as expectativas criadas em volta das novas forças políticas que emergem na Europa, nem sempre são bem-sucedidas, esmorecem e depois tornar-se-á mais complicado, aos seus defensores, justificar as causas do insucesso.

A este propósito refira-se que a capital da Grécia foi, já, esta quinta-feira à noite palco da primeira manifestação contra o novo Governo de esquerda liderado pelo Syriza. O protesto acabou em violência.

A marcha de contestação ao executivo do primeiro-ministro que tomou posse há um mês, juntou algumas centenas de pessoas.

São os primeiros confrontos graves desde a tomada de posse do novo Governo de esquerda, que prometeu acabar com a austeridade na Grécia e renegociar as condições do pagamento da dívida.

Isto porque se o executivo de Atenas conseguiu prolongar os empréstimos europeus por mais quatro meses, após duras negociações no Eurogrupo foi obrigado a recuar em algumas das suas medidas mais emblemáticas o que de resto já seria expectável

Dúvidas, não tenho, de que os portugueses e Portugal viram-se “gregos” para chegar aqui...e de que com os gregos e com Grécia não será diferente

Por isso... porque *cautelos e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém* aos partidos políticos nacionais uma postura de sentido de responsabilidade e defesa intransigente do interesse nacional parece-me bem mais avisado e sensato...porque ainda a procissão vai no adro!

Por fim, concluo retomando a ideia inicial de a Grécia consiga ultrapassar os dias difíceis que vive!







Dados Económicos

02/203

**GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

Exmo. Sr. Presidente da Mesa em exercício,

Restantes elementos,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Deputados municipais, Vereadores,

Comunicação social,

Início a minha intervenção com uma sensata declaração proferida pelo Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António Costa, que na comemoração do novo ano da comunidade chinesa residente em Portugal, agradeceu aos chineses pelo seu contributo para que o país esteja hoje numa “situação bastante diferente daquela que estava há quatro anos atrás.”

Sábias palavras do líder da oposição!

Pese embora lhe conheçamos medidas do ponto de vista do aumento da receita como as taxas para turistas, ou soluções mais alegóricas, aliás muito defendidas nesta casa, como devolver o carnaval, há também alguns momentos de lucidez, em que a realidade se sobrepõe à ficção.

Perante tal constatação, e alguma volatilidade nos seus posicionamentos, parece-me que começa a tornar-se incontornável aceitar a evidência que Portugal é hoje um país que recuperou a autonomia financeira, que cumpriu o programa de assistência com sucesso, e que tem pela frente um caminho melhor, com soberania e sustentabilidade.







**GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

Os eleitoralistas anteviram um ano cheio de medidas populares, cópia íntegra de alguns manifestos, que esses sim, só deveriam ser apresentados em comemorações carnavalescas.

O Partido Social Democrata não substitui alegoria por responsabilidade, não troca compromisso por incosequência, não faz bluff em vez de realidade.

O país, e pese embora, ainda que com alguns desequilíbrios macroeconómicos, naturais de um programa de ajustamento severo, está hoje melhor, mais sustentável, mais competitivo, e acima de tudo com maior justiça intergeracional.

Portugal caminha da divergência para a convergência!!!

E essa convergência é bem explícita com a diminuição do desemprego de forma consolidada, cujos números de hoje apresentam uma queda de três décimas em Janeiro.

A convergência acontece quando mais de 200 mil jovens contactam com o Programa Garantia Jovem, um instrumento de aproximação ao mercado de trabalho.

Senhores Deputados,

A convergência é visível quando a confiança dos consumidores aumenta e o consumo privado cresce.

E a antecipação dos pagamentos ao FMI? É divergir? Ou é uma poupança de juros para os portugueses?

E os mínimos históricos das taxas de juro que consecutivamente vamos atingindo quando vamos aos mercados? É divergir?

Não basta dizer que se quer baixar a carga fiscal.

Não basta dizer que se quer repor os cortes nos salários.

É necessário criar as condições para tal aconteça.

E é este o legado do governo de coligação, as reformas estruturais, o equilíbrio das contas públicas, a consolidação orçamental e a possibilidade de agora, de forma sustentada construir um caminho de sucesso, com impostos mais baixos, com recuperação gradual de rendimentos e com crescimento real da economia.

Para terminar, deixar aqui um conselho ao Dr. António Costa, que penso que terá sido um lapso agradecer aos chineses e não reconhecer os sacrifícios dos portugueses.

Ou poderá um futuro primeiro-ministro esquecer de todos aqueles que vivendo no interior pagaram os transportes das grandes áreas metropolitanas?

Poderá um candidato ao governo desvalorizar os sacrifícios daqueles que viram os seus rendimentos diminuídos, por uma gestão desastrosa que levou ao pedido de ajuda internacional?

Eu não quero acreditar que ele agraciou os chineses, só porque investiram no imobiliário da sua cidade, e esqueceu todo um país, desertificado, onde os investimentos raramente chegam, mas que, mesmo sem as



**GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

oportunidades, pagaram como todos os contribuintes, os custos de uma governação rosa que arruinou a coesão territorial.

Não vale no entanto diagnosticar mais o passado, importa o presente e o futuro.

E o futuro é rigor, é reformismo, é crescimento, é soberania, é responsabilidade e sustentabilidade.

E o futuro terá com certeza o mesmo líder na oposição, que reconsiderará os seus agradecimentos e dirá obrigado a todos os portugueses pela tarefa heroica de tirar o país da bancarrota.

Vera Machado

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal *em representação*

Presidente da Câmara Municipal

Restante Mesa

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Senhores Vereadores

Comunicação Social

Senhoras e Senhores

Pensar o Caramulo...

Com as portas abertas na FIL desde 25 de Fevereiro e até ao próximo domingo, 01 de Março, a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, é palco da nova imagem que a Região de Turismo do Centro apresentou. Uma vasta região que abarca 100 municípios, espalhados por oito distritos, naquela que é a maior região turística do país, com toda a diversidade que lhe é peculiar.

Pareceu-me pois, oportuno falar também do polo turístico do concelho de Tondela – o CARAMULO! Refiro-me de uma forma mais abrangente a toda a região da Serra do Caramulo e em particular à Vila do Caramulo.

As recentes notícias que assolaram a comunicação social e que são de conhecimento de todos os presentes, parecem não augurar nada de bom para esta região; a par de iniciativas que vão sendo levadas a cabo e lançamento de obras de vulto que permitirão construir e consolidar melhor atratividade para a região surge um “balde de água fria” – a suspensão temporária do funcionamento do Hotel do Caramulo.

É justo referir aqui que, desde a primeira hora que a Câmara Municipal de Tondela, tem tido um papel preponderante e liderante na perceção e tentativa de encontrar uma solução para o problema, tendo logo de imediato reunido com a administração do grupo Galilei, responsável por aquela unidade hoteleira. Ocorreram já após essa primeira reunião, mais duas; uma na qual, estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela e Senhor Vereador do Turismo, Senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal, Representante da Região do Turismo do Centro, Presidente da Junta de Freguesia do Guardão, Representantes da Deloitte (Empresa que já desde algum tempo se encontra a realizar estudo de mercado sobre a viabilidade do Caramulo, enquanto oferta turística) Representante da ACERT, representante da firma Carvalho & Cunha (Empresa que tem vindo a desenvolver projetos para o Caramulo) para além dos responsáveis da Galilei; desta reunião, foi criado um grupo restrito de trabalho, o qual entretanto já reuniu e tem agendada uma reunião para o próximo dia 13 de Março, de onde surgirá algo de concreto sobre o futuro daquela unidade hoteleira.

Curiosamente, pensar que paralelamente a este aspeto negativo (a inexistência, de momento de oferta hoteleira, com o conseqüente arrastar a outros sectores económicos da região), tenham surgido no Caramulo nos últimos tempos melhorias consideráveis:

- ao nível das acessibilidades - refiro-me concretamente à requalificação da EN230;
- ao nível do ambiente - se tenha lançado há cerca de 15 dias, a obra de requalificação da rede de água e saneamento à vila do Caramulo (uma obra esperada há mais de 20 anos e que irá resolver também o estado das ruas na zona antiga da Vila) e esteja em fase de ligação a rede de água e saneamento ao Guardão, Pedronhe, Litrela;
- ao nível da promoção local - tenha havido uma implementação de atividades e iniciativas de promoção do território (gastronomia e produtos endógenos e da promoção dos produtos regionais – Serra com Sabores - Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo/Feira de Artesanato e Produtos Locais, Festa do Mel, percursos pedestres, CEISCaramulo, com projeto de oficina do burel e Centro de Estudos com reabilitação da antiga escola primária dos Jueus, etc);
- ao nível do desporto automóvel – Caramulo Motorfestival, Espirito do Caramulo;
- ao nível da cultura – Museu do Caramulo com as suas exposições temporárias para além das permanentes e que assinalou um aumento de 16% de visitantes em 2014;
- ao nível da oferta turística - a abertura para breve de oferta de turismo rural na povoação dos Jueus;
- ao nível do incentivo de reabilitação urbana – com a aprovação da ARU nesta Assembleia que parece, ainda que timidamente, ir dando os seus frutos, com a recuperação da antiga pensão Batalha e outras que vão surgindo.

Mas, não chega! Para tal o estudo de mercado sobre a viabilidade do Caramulo solicitado à Deloitte por parte da Câmara Municipal de Tondela é oportuno, imprescindível e será um documento da maior importância para ser apresentado a possíveis investidores; diria mais: sem haver uma definição concreta sobre os pilares em que se pensa o Caramulo – saúde, turismo e desporto – não haverá nada que seja suficientemente capaz de motivar investidores a apostar no Caramulo. A oferta terá que ser mais abrangente, mais atrativa, inovadora e empreendedora dirigida para o mercado externo; terá que envolver a região e juntar-lhe o turismo religioso, o eno-turismo, o termalismo e fazer a diferença.

Acredito que o momento é difícil, e quero apresentar a minha solidariedade a todos os trabalhadores do Hotel do Caramulo, deixando-lhes aqui uma mensagem conforto por entender perfeitamente as suas angústias e dúvidas que os assolam e às suas famílias, uma mensagem de coragem e confiança no futuro.

Teremos todos que sair da zona de conforto a que alguns se habituaram e entender este recuo, não como um retrocesso de 20 anos atrás, mas antes como uma forma de ganhar balanço e velocidade para os desafios que aí vêm.

À pergunta: acreditas mesmo nisso? Responderei: SIM! Acredito que esta é a única forma de encarar os problemas.

Acredito que o Caramulo será uma agradável surpresa para todos nós, espero contar com o contributo de todos, pois um território coeso e unido é forte e gerador de desenvolvimento e bem-estar! Termina dizendo: Com toda a confiança!

António Augusto Ferreira

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresenta nesta Assembleia um voto de justa e sentida congratulação, pela atribuição no passado dia 26 de Janeiro do prémio Excelência, a cinco empresas do nosso concelho, nomeadamente a AVIAGRO, CONTROLVET, GINADO, NUTROFERTIL e TOJALTEC. Este prémio, anualmente atribuído pelo IAPMEI, vem premiar o esforço dos nossos empresários e os dos seus colaboradores, que contribuíram de forma muito positiva para dar mais visibilidade ao desenvolvimento da nossa economia – local e nacional – catapultando o nosso concelho para patamares de maior notoriedade, e de mais empregos para a região.

Tondela, 27 de Fevereiro de 2015

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Abílio Soares

Abílio Soares
SP
R



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Exm.^o Sr. Presidente da AM Tondela

Exm.^o Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exm.^{os} Caros Deputados

Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 170 milhões de pessoas se encontrem infectadas com o vírus da Hepatite C, cerca de 3% da população mundial. Em Portugal, as estatísticas são muito incipientes, mas os dados existentes das estatísticas hospitalares indicam uma prevalência de cerca de 100.000 a 140.000 portugueses infectados pelo vírus da Hepatite C. A doença hepática crónica é a **9ª causa de morte** entre os adultos portugueses, representa cerca de 2.500 mortes anualmente.

A hepatite C mata, mas tem cura. Se houver orçamento para ela. E é aqui que tudo se complica. As ultimas semanas ficaram marcadas por diversos incidentes, nomeadamente a morte de uma mulher que esperava há dez meses por um medicamento inovador para tratar a hepatite C. Tinha 51 anos e hepatite C há duas décadas. Morreu a 31 de Janeiro. "A minha mãe não resistiu à espera", garantiu o filho desta doente. Dias depois a farmacêutica Gilead, detentora do medicamento afirmar, em comunicado, que a doente que morreu vítima da doença podia ter tido acesso ao fármaco sem qualquer custo para o Estado. **Onde está o papel do SNS neste caso?!** Veio tarde, pois o governo e a farmacêutica só chegaram a acordo depois. Embora encare este acordo como uma boa notícia o Governo já o podia ter realizado há três anos.

Mas vejamos outro caso concreto, espelho da inoperância deste Ministério. Ainda este mês a Ordem dos Médicos revelou também em comunicado que que há

Mais 400 mortes que em 2014 para
igual período do ano passado.

mais casos de mortes nas urgências, além dos tão noticiados. O bastonário José Manuel Silva culpa o governo pelo bloqueio dos serviços. «Estes casos que foram noticiados não são inesperados. Garanto que não são os primeiros e sei do que falo, certamente não serão os últimos se o problema das urgências não foram resolvidos», exigindo ainda que o Ministério "deve assumir na sua consciência, estas mortes».

Como sabem e não sejamos ingénuos, todas estas mortes são a consequência prática dos sucessivos desinvestimentos no SNS que conduziram à saída de milhares de profissionais de saúde, à redução do número de camas e ao fecho de muitas unidades de saúde. Portugal perdeu num só ano mais de 400 camas hospitalares, garante a Ordem dos Médicos. Curiosamente, esta versão não é corroborada pelo Governo que no final da semana afirmava no Parlamento pela boca do primeiro-ministro Passos Coelho que "foram aumentadas as transferências, há mais médicos, mais camas e mais actos praticados". Mais transferências?! Sim, mas destas transferências um grande bolo saiu para hospitais privados, que já são subsidiados a 40%. Mais médicos?! São cada vez mais os médicos que pensam sair do país para trabalhar. Só no último ano 300 clínicos deixaram Portugal e no futuro os números devem ser ainda maiores.

Meus caros, isto não pode ser a sério... Mas efectivamente são palavras proferidas pelo mesmo Passos Coelho que disse em 2012 "que Portugal cumpriria o seu programa custe o que custar" e que afirmava em Dezembro passado (passa a expressão) "quem se lixou não foi o mexilhão".

Não Sr. Primeiro-Ministro, não é o mexilhão são os portugueses! E NÃO, NÃO pode valer tudo! Esta crise está a custar vidas humanas! Esta austeridade está a atentar contra a dignidade da vida humana, da vida dos portugueses! E nós, portugueses, não podemos continuar compactuar com estas políticas! Está na hora da MUDANÇA!

A deputada
Marta Torga





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores membros da assembleia municipal
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores,

Em primeiro, quero cumprimentar o senhor presidente da mesa em exercício, e membro desta assembleia, Sérgio Rodrigues, e felicitá-lo pela sua recente eleição para presidente da comissão política concelhia do PSD.

Quero também congratular-me e, em simultâneo, felicitar o senhor presidente da câmara municipal por dois motivos:

O primeiro, pela sua vitória, versus presidente da câmara municipal de Viseu, conseguindo manter a sede da CIM no nosso concelho. A maioria do PS fez a diferença! Que lhe sirva, entretanto, para conhecer melhor os seus amigos dentro do seu partido!

O segundo, pela tolerância de ponto de Entrudo, que concedeu aos colaboradores do município! Mas não resisto a fazer-lhe uma pergunta – afinal, o que mudou, de há um ano para cá, em que o PS viu rejeitada, pela bancada que o apoia, uma proposta nesse sentido? Certamente, vai responder que o concelho está melhor, muito melhor! Ao contrário do nosso país, que está pior, muito pior, porque o seu governo continuou a não querer brincar ao Carnaval!

Feitas estas considerações, viremo-nos para a política e começo com um número: **128,7%**.

Não, não se trata do quociente de inteligência de algum membro do governo, porque está muito acima da média; nem mesmo do Primeiro-ministro, que acredita que os resultados eleitorais de um povo soberano são, afinal, uma história para crianças!

Antes fosse uma dessas histórias, que nos querem vender, tipo “Alice no País das Maravilhas”, mas não é!

Pelo contrário, são números duros e difíceis de explicar! Números que defraudam as mais pessimistas expectativas e que deixam o país numa situação de dívida pública inconcebível, consequência de tão vil austeridade e das políticas falhadas deste governo. São **224,5 mil milhões de euros!** Mas se forem consideradas as dívidas das empresas públicas, este número sobe para **287,1 mil milhões de euros**, ou seja, **168,6% do PIB**, o que representa um **aumento de 4 pontos** em relação a 2103.

Pesem as condições de mercado mais favoráveis de toda a História, em que os juros das dívidas soberanas roçam uma taxa praticamente nula, **quando a Alemanha já se financia a taxas negativas**, a nossa dívida continua a galopar, sem fim à vista, enquanto o senhor Primeiro-ministro e a senhora ministra das finanças continuam a prestar uma indecorosa vassalagem, tanto à senhora Merkel, como ao senhor Wolfgang Schauble!

Não, não é uma história para crianças. É uma **tragédia**, e que não é grega; é uma **tragédia portuguesa**, com atores portugueses e que se desenrola em vários atos! É uma tragédia cujo guião aponta um conjunto de mentiras e um rosário de produtos tóxicos, que provocam efeitos terríveis a um infindável número de portugueses:

A uns, pela **miséria** - Portugal foi o país onde a pobreza mais cresceu. Foi um aumento de **210 mil pobres** e que agora engrossam as filas às portas das instituições de solidariedade ou que inundam as ruas de mãos estendidas.

A outros, pelo **desemprego**, que estabilizou em níveis preocupantes! Desde outubro, não há sinais da diminuição do desemprego, mas sim de **redução de postos de trabalho!** E não somos nós que o dizemos, mas sim a Comissão Europeia!

Para Bruxelas, a elevada dívida e a elevada taxa de desemprego são **“desequilíbrios excessivos”** e que devem merecer um acompanhamento muito próximo, atirando Portugal para o grupo de 5 países na **“categoria de alerta”**, a par com a França, a Itália, a Croácia e a Bulgária! Afinal, aquela saída limpa, limpinha, da Troika, estava tão conspurcada, como ferida de pecados e manchada pelas austeras políticas do governo, em obediência aos detractores alemães.

Enquanto isso, o anunciado estorno de 14 mil milhões de euros, ao FMI, para amortização antecipada da dívida, não passa de uma operação de tesouraria à merceeiro, apesar de Maria Luis Albuquerque tentar convencer os tolos que é uma super-heroína; omite-nos, maliciosamente, que esse pagamento gera uma dívida de igual valor. Mas vai garantir segurança aos seus amigos da Goldman Sachs! São estas as história para crianças, mas com direito a pesadelos!

O atos que se seguem refletem o saldo da balança de pagamentos, que inverteu o sentido, com o conseqüente aumento da défice externo; o aumento de combustíveis que engoliu quase todo o benefício da drástica baixa do crude nos mercados – baixar a matéria prima em mais de 50% originou uma descida no preço final em menos de 14%. Alguém nos está, descaradamente, a roubar! Tal como a **taxa dos sacos plásticos**, em que as contas do orçamento saíram furadas – os supermercados, desta vez, estiveram muito bem, levando á letra os falsos argumentos do governo: se distribuir sacos prejudica o ambiente, então corte-se mal pela raiz! Acabe-se com os sacos plásticos. Lá se foi a prevista coleta pelo aterro abaixo! Em vez disso, importam-se sacos chineses, talvez para iludir as vigarices dos **vistos dourados**!

Mas a tragédia não se queda por aqui: o valor da criminosa sobretaxa de IRS, afinal, nunca irá ser devolvido aos portugueses. Ainda estamos no início do ano, mas já se adivinham os resultados desastrosos que abalarão, de novo, os nossos bolsos– em janeiro, **a receita fiscal caiu cerca de 5%** em relação ao mesmo mês do ano anterior!

Em vez de se preocuparem com o essencial, andam dois pedantes a fazer queixinhas à madrasta, contra Alex Tsipras e Yanis Varoufakis! E, não contentes com a triste imagem que deixaram transparecer aos europeus, atiram-se contra o presidente da comissão Europeia, Jean Claude Juncker que, teve a coragem de fazer um ato de contrição, colocando a nu o que, há muito, já todos vislumbramos – que estão a mandar-nos pelo caminho errado e que é tempo de voltar atrás.

Já caímos no abismo e, não satisfeitos, querem agora lançar terra por cima de nós. É hora de nos levantarmos! Nem que, para isso, tenhamos de nos reclamar, todos, gregos!

Assembleia Municipal de Tondela, 27 de fevereiro de 2015

Pel'O grupo parlamentar do PS



Joaquim Santos



Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 17 de novembro a 25 de fevereiro 2015)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 17 de novembro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- inauguração da nova linha da empresa Interecycling SA, com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do território e Energia, Eng Jorge Moreira da Silva, e do Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Paulo Lemos;
- com responsáveis das seguintes entidades: EDP, Deltagel, ASCOP, Irmãos Almeida Cabral, ADS, Águas do Planalto, ADICES, Hesalight, ASSOL, Vibeiras, Rosa Construtores, Civibérica, I-SETE;
- com o Diretor do Serviço de Finanças de Viseu;
- Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (7 reuniões);
- Conselho Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões;
- Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (5 reuniões);
- Conselho geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- com Presidentes de Junta ou seus representantes e elementos do projeto CLDS+, no quadro dos centros de administração;
- reunião em Aveiro com o Concelho Económico do Centro e Associação Industrial do Minho no âmbito do estudo do projeto da ferrovia;
- Apresentação pública das normas de concurso do projeto Tondela+10;
- com o Diretor do ACES Dão Lafões;
- com o Dr. José Alberto ferreira, representante da Associação de Futebol de Viseu;
- com responsáveis da Associação de Educação Física e Desporto de Tondela;
- visitas de trabalho a obras no concelho; várias visitas às obras de requalificação da ER 230; à secção da Lajeosa do Dão dos Bombeiros

Voluntários de Tondela; às Uniões de Freguesia de Tondela / Nandufe, Barreiro de Besteiros / Tourigo; às freguesias de Canas de Santa Maria, Guardão e Molelos;

- sessão de “Partilha de Boas Práticas para a Inclusão”, iniciativa inserida no programa da ação “Tondela + Inclusiva”;

- com o empresário Jorge Mesquita;

- receção aos alunos e professores no âmbito do projeto Comenius, na Escola Secundária de Tondela;

- Conselho Geral da CCDRC;

- Seminário “Reativar e valorizar a Floresta: uma Perspetiva de Futuro”;

- participação no Encontro Distrital das Associações Juvenis de Viseu;

- Assembleia Geral da ADICES;

- sessão promovida pela CCDRC no âmbito do PROVERE;

- seminário de avaliação do projeto “Saúde em Dia”;

- Conselho geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo;

- Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;

- com o Presidente de Junta de Molelos, do Guardão, com o elenco da União de Freguesias de Tondela / Nandufe e com o secretário da União de Freguesias de Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fráguas;

- com o presidente do Clube Desportivo de Tondela;

- visita à Associação Social Cultural Desportiva e Recreativa do Vinhal, nomeadamente ao seu Centro Social, na presença do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares

- com responsáveis da ACERT;

- com responsáveis da Associação de Freguesias do Caramulo;

- com a Dr^a Regina Lopes, responsável da ADICES;

- com o Diretor da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Tondela;

- na gravação do programa da TVI 24 “Portugal Português”;
- com o Presidente e responsáveis da AICEP;
- com responsáveis da administração do Grupo Galilei (3 reuniões)
- com os Diretores e Presidentes dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Tondela, no âmbito da proposta de descentralização de competências na educação (4 reuniões);
- com responsáveis da CCDRC;
- com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas de Tondela, com responsáveis da Escola Profissional de Tondela e da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, no âmbito dos transportes escolares;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;
- com feirantes, no âmbito da localização da feira semanal de Tondela (3 reuniões);
- Seminário “Desafios da Educação, que contou com a presença do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Prof Doutor Fernando Reis;
- inauguração da unidade comercial Desinfestex em Canas de Santa Maria;
- com responsáveis da Santa Casa da Misericórdia de Tondela;
- apresentação do Concurso de Ideias de Negócio , promovido pela CIM Viseu Dão Lafões;
- assinatura do protocolo com a EDP, na CIM Viseu Dão Lafões;
- palestra na CCDRC no âmbito dos serviços partilhados das compras públicas;
- com os diferentes proprietários de terrenos da futura empreitada da 3ª fase da Circular Externa de Tondela;
- visita de trabalho à Freguesia do Guardão e lançamento da empreitada de requalificação da rede de água e saneamento na vila do Caramulo;
- Assembleia extraordinária da ADICES;



Handwritten signature and initials, including the number 3.

- com equipa interministerial (MADR e MEC), no âmbito do contrato interadministrativo de descentralização de competências na educação;
- com responsáveis da Associação Nacional de Proteção Civil, Associações de Bombeiros Voluntários de Tondela e Vale de Besteiros e Presidentes de Junta do concelho, no quadro da preparação da época de incêndios florestais;
- com responsáveis do Instituto Politécnico de Viseu;
- reunião do Núcleo Executivo do CLAST;-
- com responsáveis do Centro Social do Tourigo;
- mostra gastronómica “Gastronomia Local e as Virtudes do Barro Negro”, que contou com a presença do Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, e do Secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro;
- na Bolsa de Turismo de Lisboa, no âmbito da promoção e divulgação do território da CIM Viseu Dão Lafões.

- Inauguração da estação de Arte Rupestre

No passado dia 11 de janeiro, foi inaugurada o projeto de musealização da Estação de Arte Rupestre de Molelinhos, que se vem juntar aos dois pólos já existentes (Antinha da Arquinha da Moura e Ambientes do Ar) núcleos integrados no Museu Terras de Besteiros.

Este ato foi presidido pelo Secretário de Estado da Cultura, Dr. Jorge Barreto Xavier, e tem por base o estudo arqueológico e a conservação, cuja finalidade foi a proteção e a recuperação patrimonial, aliada à sua promoção cultural. O projeto assenta num percurso, arquitetonicamente delineado, desde o estacionamento às estruturas metálicas, permitindo a visita aos elementos arqueológicos.

O Município de Tondela tem tido nos últimos anos políticas estruturantes, das quais se destacam ações como a recuperação de objetos patrimoniais em risco, a preservação do património arqueológico, a melhoria de acessos e adequada sinalização, a execução de trabalhos de conservação e restauro, a classificação de imóveis, o levantamento e conhecimento dos sítios e a divulgação turística.

Reafirmamos a nossa determinação em manter esta estratégia na defesa de políticas de valorização e promoção da nossa identidade cultural e na defesa do seu património, apresentando claramente este investimento como fulcral, dadas a sua importância e riqueza histórica e arqueológica.

- Manutenção da sede da CIM Viseu Dão Lafões em Tondela

Na reunião do Conselho Intermunicipal do passado dia 27 de janeiro, foi votada a proposta de transferência da sede para Viseu. O resultado expressivo da votação (11 Municípios a votar contra, uma abstenção e dois votos a favor) é revelador da vontade da maioria das autarquias, que compõem esta CIM, de que a sede se mantenha em Tondela, constituindo-se esta manutenção como um fator de coesão regional, na defesa de um desenvolvimento coeso e harmonioso, que assente na diversidade territorial.

- Protocolo de parceria com o consórcio ClimAdapt.Local

A Câmara Municipal de Tondela foi uma das 26 autarquias que assinaram o Protocolo de Parceria com o consórcio ClimAdaPT.Local, que visa a elaboração de estratégias municipais adaptadas às alterações climáticas (AC).

O projeto ClimAdaPT.Local está integrado no Programa AdaPT, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, e agrega instituições universitárias, Municípios, organismos ambientais, como a Quercus, e parceiros europeus pioneiros na definição de estratégias para fazer face às alterações climáticas.

A sensibilização dos técnicos autárquicos e da população sobre estas matérias, com enorme impacto na vida das populações, que ultrapassa o estrito âmbito do clima, com implicações múltiplas, como na saúde pública é o ponto fundamental a ter em conta na prossecução deste projeto. Esta plataforma constitui-se também como uma mais-valia na preparação de candidaturas ao quadro comunitário 2020, no eixo relativo ao ambiente e à sustentabilidade.



- Plano de Beneficiação Rodoviária e 3ª fase da Circular Externa de Tondela

O Município lançou procedimentos concursais com vista à beneficiação da rede rodoviária concelhia, nomeadamente nas ligações Corte – Cruzinha – S. João do Monte, Vale do Porco – Corveira, Lajeosa do Dão – Ferreirós do Dão e Molelos, estando já o processo concluído relativamente a esta freguesia, uma vez que as respetivas obras já se encontram em fase de conclusão.

Conhecidos que estão os eixos de ação do programa Portugal 2020 para os quais haverá fundos comunitários, e sabendo que as infraestruturas rodoviárias não serão objeto de financiamento, procuramos concretizar todas as oportunidades ao nível dos fundos ainda existentes do antigo quadro comunitário de apoio, requalificando, com os últimos recursos disponíveis, as vias mais degradadas, para que se possa garantir uma melhor qualidade de circulação.

Relativamente à empreitada da 3ª fase da Circular Externa, e como foi mencionado anteriormente, efetuámos diversas reuniões com proprietários de terrenos, para que brevemente possamos concretizar esta obra, que pretendemos também que seja uma alavanca a nível do investimento imobiliário naquela zona específica, procurando atrair sobretudo pessoas fora do concelho.

- Preparação da época de Incêndios Florestais 2015

Tendo como objetivo a preparação da época de Incêndios Florestais 2015, o Município de Tondela, a Associação Nacional de Proteção Civil, levaram a efeito, no passado dia 19 de fevereiro, uma reunião que contou com a presença das Associações de Bombeiros Voluntários de Tondela e Vale de Besteiros e dos Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho.

Esta reunião pretendeu sensibilizar e alertar para os procedimentos a tomar nesta altura do ano, no sentido de evitar incêndios florestais no período de verão, bem como esclarecer alguns assuntos e dúvidas que eventualmente estas entidades possam ter sobre estas matérias.

Ainda neste âmbito estão a decorrer ações de sensibilização, em parceria com o GIPS (Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana), nas escolas do 1º Ciclo que têm como objetivo sensibilizar

este público-alvo para a importância de se proceder à limpeza de matos na envolvente aos edifícios.

- Encerramento temporário do Hotel do Caramulo

O Município tem acompanhado a questão do encerramento temporário do Hotel do Caramulo com muita atenção e empenho em tudo fazer para que o Caramulo se mantenha como um território que corporiza uma estratégia económica e ambiental, nomeadamente na área do turismo. Reconhecemos os constrangimentos que advêm desta situação e acreditamos que poderão ser ultrapassados.

Neste contexto, reunimos por diversas vezes com diferentes parceiros, onde naturalmente se inclui o Grupo Galilei, e foi constituído um grupo de trabalho e acompanhamento, estando a ser elaborado um estudo de mercado a nível nacional e internacional, de viabilidade económico-financeira e de dinâmicas complementares, nomeadamente na área da saúde, turismo sénior e de natureza.

A estratégia do Município continuará a passar por criar condições favorecedoras ao investimento privado (brevemente será inaugurado um hotel rural na aldeia de Jueus), trabalhar colaborativamente com parceiros como o Consórcio Caramulo, na divulgação e promoção do seu potencial turístico, e com o Centro de Estudos e Interpretação da Serra do Caramulo, que em breve também irá inaugurar o Posto de Observação da Natureza do Jueus e oficina do burel, que funcionarão nas antigas instalações da escola primária de Jueus.

Pretendemos também devolver vida à zona dos Viveiros, que nos incêndios do verão de 2013 foi também uma área atingida, não só no seu ecossistema, mas também com a criação de um Parque de Campismo, que vem dar resposta a um desejo já antigo, constituindo-se como um projeto económico e ambientalmente sustentável.

O potencial de crescimento turístico, principalmente no mercado externo, e mais concretamente no contexto ibérico, é uma aposta deste executivo, enquanto pilar de desenvolvimento.


7 

- Promoção do território e das suas potencialidades endógenas

No dia 23 de fevereiro, o Município promoveu uma mostra gastronómica que aliou chefes de cozinha de renome nacional e internacional, galardoados com as famosas estrelas Michelin, e o Barro Negro de Molelos.

Numa estratégia de promoção e divulgação dos produtos e dos artesãos locais à escala nacional, os oleiros foram convidados a criarem pratos de mesa onde foi servido, por exemplo, o nosso característico cabrito.

Na visita efetuada às olarias, os chefes tiveram oportunidade de conhecer as virtudes do Barro Negro de Molelos na confeção e as suas potencialidades no que respeita à criação de peças exclusivas, não só ao nível de loiça utilitária, mas também decorativa. Assim, pretende-se que esta iniciativa, para além de promover o território, se constitua como alavanca para futuras oportunidades de negócio e comercialização de produtos endógenos.

Esta ação, a que se junta a presença do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, reforça a estratégia de promoção dos saberes e sabores locais e dos eventos que também constituem uma marca culturalmente diferenciadora do nosso território, numa lógica sustentada e de incremento ao nível do desenvolvimento económico e turístico.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 19 de fevereiro de 2015.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01-01-2015 a 19-02-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECIBTA PREVISTA CORRIGIDA	RECIBTA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,70%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECIBTA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-13,70%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.303.894,00	557.163,54	12,95%	-0,75%	19,18%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	106.227,00	13.193,83	12,42%	-1,28%	0,45%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	221.785,00	27.035,04	12,19%	-1,51%	0,93%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.057.950,00	238.627,37	22,56%	8,86%	8,21%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.030.742,47	1.604.455,86	16,00%	2,30%	55,23%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.435.500,00	14.972,21	1,04%	-12,66%	0,52%
08	OUTRAS RECIBTAS CORRENTES	68.850,00	18.188,75	26,42%	12,72%	0,63%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	600,00	0,00	0,00%	-13,70%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	7.101.992,38	431.375,45	6,07%	-7,63%	14,85%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	371.949,60	0,00	0,00%	-13,70%	0,00%
13	OUTRAS RECIBTAS CAPITAL	18.950,00	0,00	0,00%	-13,70%	0,00%
TOTAL GERAL		24.718.440,45	2.905.012,05	11,75%	-1,95%	100,00%

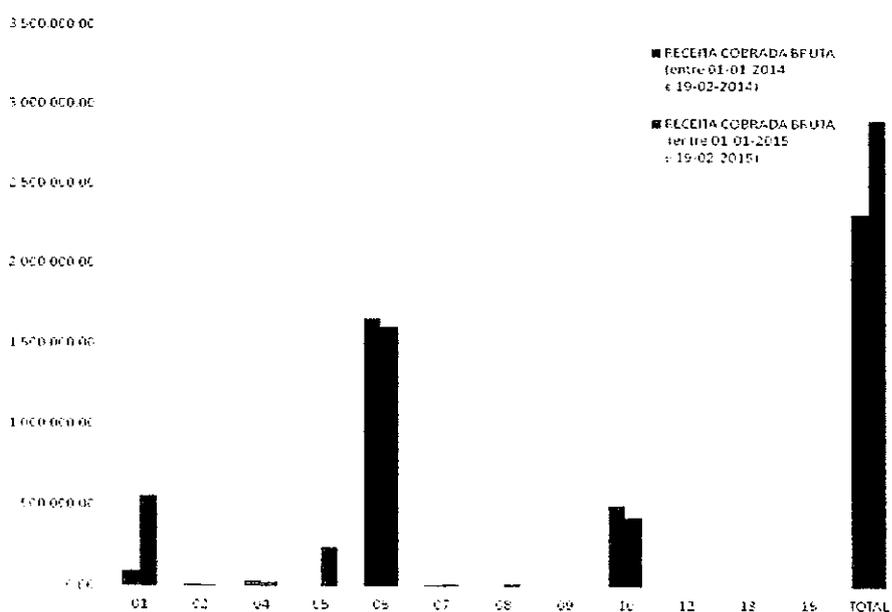
Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita bastante aceitável (11,75%), ligeiramente acima da execução de 2014, em igual

período, (11,53%) mas, ainda assim, ligeiramente abaixo do grau de execução esperado para este período (13,70%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 1,95%.

Analisando a estrutura da receita ressalta, a par dos anos anteriores, a execução em termos de valores absolutos, registada no capítulo das transferências correntes e de capital, capítulo onde estão refletidas as transferências do Orçamento do Estado (FEF, FSM e participação fixa no IRS) e que, grosso modo, assumem um peso de 70% no total da receita do Município. Igualmente expressiva, em valores absolutos, embora com um peso menos significativo na estrutura global da receita, cerca de 19%, encontram-se os impostos diretos que, no período em análise, registaram uma execução acima do meio milhão de euros, destacando-se aqui, em particular, o excelente nível de cobrança alcançado no, Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosas Imóveis (IMT), 410.297,14€.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 2.905.012,05€. Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, no montante de 2.796.480,92€, porque este saldo, só é incorporado na primeira revisão orçamental do ano, o que ainda não aconteceu.

1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima exposto, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita registada, no período em análise, quando comparado com registado no período homólogo, se apresenta bastante satisfatório, com uma variação

positiva, em termos absolutos, de mais de meio milhão de euros, o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 25%.

Evidencia-se o crescimento dos impostos diretos, que se fica a dever, essencialmente, à excelente execução do Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosas Imóveis (IMT).

Verifica-se um aumento nos rendimentos de propriedade, mas que é proporcional à diminuição das transferências correntes, porque em sede de orçamento, se alterou a classificação das rendas de concessão, quer da energia elétrica, quer da eólica.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01-01-2015 a 19-02-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,70%)
	DESPESAS CORRENTES	13.651.435,77	1.388.771,24	10,17%	-3,53%
01 01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25.368,00	2.975,87	11,73%	-1,97%
01 02 01	DESPESAS C/ PESSOAL	4.739.112,00	414.151,60	8,74%	-4,96%
01 02 02	AQUISIÇÃO BENS SERV.	5.827.163,77	816.206,47	14,01%	0,31%
01 02 03	JUROS OUTROS ENCARGOS	32.399,00	0,00	0,00%	-13,70%
01 02 04	TRANSFERÊNCIAS CORR.	2.802.254,00	124.369,48	4,44%	-9,26%
01 02 06	OUTRAS DESPESAS CORR.	225.139,00	31.067,82	13,80%	0,10%
	DESPESAS DE CAPITAL	11.067.004,68	801.151,99	7,24%	-6,46%
01 02 07	AQUISIÇÃO BENS CAPITAL	8.490.866,68	754.443,53	8,89%	-4,81%
01 02 08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	1.095.647,00	46.708,46	4,26%	-9,44%
01 02 09	ACTIVOS FINANCEIROS	144.750,00	0,00	0,00%	-13,70%
01 02 10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.280.741,00	0,00	0,00%	-13,70%
01 02 11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	55.000,00	0,00	0,00%	-13,70%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de (10,17%) relativamente próxima do grau de execução esperado (13,70%), ou seja, com um desvio negativo de apenas (3,53%). Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de (7,24%), o que representa um desvio negativo de (6,46%).

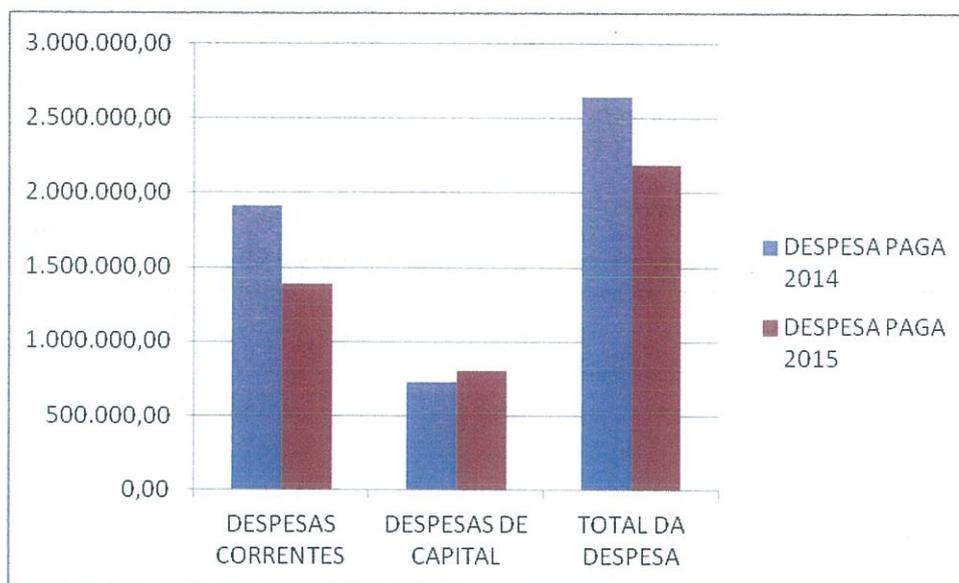


Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, pode gerar dados enviesados e induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano. Este enviesamento evidencia-se sobretudo, devido aos prazos de vencimento do serviço da dívida, que ocorrem essencialmente no 2º semestre, ou seja, juros e outros encargos, na despesa corrente, e passivos financeiros na despesa de capital, com um desvio negativo face ao grau de execução esperado de (13,70%). O desvio é exatamente igual ao grau de execução esperado, porque ainda não se venceu nenhuma prestação.

Importa também referir que o desvio verificado nas despesas com pessoal se deve à data de pagamento de vencimentos, ou seja o pagamento do mês de Fevereiro só ocorre a dia 21, e a análise é reportada a dia 19, pelo que os valores desta despesa a pagar, ainda não se encontram refletidos.

2.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	DESPESA PAGA 2014	DESPESA PAGA 2015	VARIAÇÃO	% VARIAÇÃO
	DESPESAS CORRENTES	1.916.950,28	1.388.771,24	-528.179,04	-27,55%
01 01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	2.417,94	2.975,87	557,93	23,07%
01 02 01	DESPESAS C/ PESSOAL	413.446,23	414.151,60	705,37	0,17%
01 02 02	AQUISIÇÃO BENS SERV.	1.110.198,13	816.206,47	-293.991,66	-26,48%
01 02 03	JUROS OUTROS ENCARGOS	347,97	0,00	-347,97	-100,00%
01 02 04	TRANSFERÊNCIAS CORR.	360.129,31	124.369,48	-235.759,83	-65,47%
01 02 06	OUTRAS DESPESAS CORR.	30.410,70	31.067,82	657,12	2,16%
	DESPESAS DE CAPITAL	727.656,90	801.151,99	73.495,09	10,10%
01 02 07	AQUISIÇÃO BENS CAPITAL	473.582,32	754.443,53	280.861,21	59,31%
01 02 08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	220.279,35	46.708,46	-173.570,89	-78,80%
01 02 09	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	-	-
01 02 10	PASSIVOS FINANCEIROS	33.795,23	0,00	-33.795,23	-100,00%
01 02 11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	-	-
	TOTAL DA DESPESA	2.644.607,18	2.189.923,23	-454.683,95	-17,19%



Através da análise do gráfico acima, podemos verificar que a despesa paga pelo Município, diminuiu ligeiramente, quando comparada com o período homólogo, com uma variação negativa nas despesas correntes, mas com uma variação positiva nas despesas de capital.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

Devemos também referenciar que os pagamentos em atraso, dívida com mais de 365 dias, diminuíram de 39.650,52€ para 32.849,28 €, face ao período homólogo do ano anterior, sendo que, importa esclarecer que são situações que estão a ser resolvidas administrativamente, uma vez que na sua quase totalidade se referem a empresas em insolvência.



2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		13.651.435,77	10.548.498,32	77,27%
01 01	Asssembleia Municipal	25.368,00	21.005,73	82,80%
01	Despesas com Pessoal	4.739.112,00	4.539.585,42	95,79%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5.827.163,77	4.267.210,27	73,23%
03	Juros Outros Encargos	32.399,00	23.301,39	71,92%
04	Transferências Correntes	2.802.254,00	1.567.076,81	55,92%
06	Outras Despesas Correntes	225.139,00	130.318,70	57,88%
Despesas de Capital		11.067.004,68	4.971.961,13	44,93%
07	Aquisição de Bens de Capital	8.490.866,68	3.279.371,01	38,62%
08	Transferências de Capital	1.095.647,00	542.422,17	49,51%
09	Activos Financeiros	144.750,00	0,00	-
10	Passivos Financeiros	1.280.741,00	1.150.167,95	89,80%
11	Outras Despesas de Capital	55.000,00	0,00	-
TOTAL		24.718.440,45	15.520.459,45	62,79%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que embora, estejamos ainda, no segundo mês do ano, já comprometemos (62,79%) da dotação do orçamento do Município.

Dos 15.520.459,45€ de compromissos já assumidos para o exercício de 2015, mais de 6M€ são compromissos contingentes, certos líquidos e exigíveis ao longo do ano, e que já se encontram assegurados na totalidade, a que se associam mais de oito milhões de euros, resultantes de compromissos transitados de 2014.

3. Conclusão

Estando decorridos apenas 1 mês e 19 dias do ano de 2015, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram em linha de convergência com o esperado, tendo consciência da fragilidade de uma análise de execução orçamental nesta fase, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.



**GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

Reitero os cumprimentos,

Queria tecer aqui algumas considerações pertinentes no ponto 2.1 da ordem do dia, e que diz respeito às atividades da câmara municipal.

Contextualizando, começar por dizer, e tentando parafrasear o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Professor Poiares Maduro, que há poucos dias numa ação de promoção do barro negro no nosso concelho, dizia que o desenvolvimento de um determinado território só acontece se formos capazes de valorizar os nossos recursos, acrescentar-lhes valor e diferenciação, garantindo assim a sustentabilidade e crescimento.

E quando fala de recursos locais, fala das pessoas, fala do património, fala da natureza, fala das empresas de base local, enfim ele refere-se, e penso ter interpretado bem o sentido das suas palavras, a um conjunto de áreas que serão com certeza o mote para o sucesso desta região de bem-estar.

Finda esta consideração inicial, e exatamente um ano após a sua primeira visita a terras de besteiros, aquando da apresentação do projeto Tondela+10, ele retorna e vinca mais uma vez a ideia-chave. A ideia-chave que serve por base ao referido projeto, e que concretiza os alicerces de qualquer proposta de desenvolvimento, falo do aproveitamento e a criação de cadeia de valor no que é endógeno.

Faz todo sentido, e volvidos 12 meses, refletir sobre o estado desta iniciativa pioneira e relacioná-la com outros projetos, sustentando assim a

evidência que esta maioria executiva tem uma estratégia global para o território.

Em jeito de balanço, terminou há poucos dias uma fase muito relevante deste processo evolucionário de nome Tondela+10.

À semelhança de outras tentativas próximas de nós, aqui já está definido o plantel dos 10 que jogarão na “premier league” deste desafio que nos envolve a todos.

Ainda não foram divulgados os nomes, mas importa desde já referenciar que estão selecionados 5 projetos oriundos do concelho de Tondela e 5 de outros pontos do país, sendo essa simetria aplicada também ao género, porque metade dos candidatos são mulheres e os restantes são homens.

As áreas de trabalho escolhidas, após a audição individual de cada aspirante, são:

- Agricultura, Tecnologia e Sistemas de Informação Geográfica;
- Investigação e agricultura;
- Agricultura biológica, cosmética e bem-estar;
- Animação cultural e psicologia;
- Turismo, Bem-estar e Energias;
- Comunicação e marketing;
- Arquitetura, Turismo e natureza;

- Investigação médica;
- Reciclagem e reutilização;
- Energia, Transportes e Mobilidade.

Estas ideias espelham os potenciais endógenos do nosso concelho, que com criatividade, inovação, massa crítica e conhecimento, farão deste centro de investigação uma ferramenta de valorização dos recursos locais e de afirmação de Tondela como uma região de oportunidades.

Ainda neste contexto, e evidenciando uma política autárquica abrangente e sustentável, é de salientar duas outras iniciativas que a alguns podem parecer atos isolados de promoção, mas que, e se os senhores deputados analisarem desprendidamente a sua génese, perceberão que estão enquadradas numa estratégia de desenvolvimento, que se quer inovador e com sustentabilidade ambiental, no seguimento de algumas das ideias apoiadas no Tondela+10.

Falo da assinatura do protocolo de parceria com o consórcio ClimAdaPT.Local que tem como objetivo a elaboração de estratégias municipais adaptadas às alterações climáticas, e sua consequente integração nas ferramentas de planeamento autárquico.

Também neste âmbito, e em torno da temática ambiental, salientar a apresentação do resultados da missão reciclar, iniciativa da sociedade ponto verde.



**GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

Este projeto de sensibilização passou pelo nosso concelho, e apurou que 71% dos munícipes alcançados por este processo reciclam, números estes em convergência com a média nacional.

Referir que a gestão de resíduos e a ecologia tem hoje um forte pendor económico, impacto esse visível no nosso concelho, daí o Tondela+10 encarar a área ambiental como um possível “cluster” a potenciar.

A pedagogia, o empenho de todos, a valorização dos recursos, o conhecimento, a tecnologia e a dinâmica autárquica farão do nosso território uma solução de futuro.

Vera Machado



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da câmara municipal de Tondela,

No dia 6 de janeiro, e em nome do grupo parlamentar do PS, fiz um requerimento ao município, solicitando informação acerca da colocação de um outdoor de propaganda da empresa Águas do Planalto.

Passado um mês, e através da mesa desta assembleia municipal, V. Ex.^a respondeu ao requerimento.

Queria, no entanto, deixar aqui algumas observações:

1 – Sabendo V. Ex.^a que o tempo de resposta é de 10 dias úteis, porque motivo demorou mais do dobro a responder, sendo que, ao que parece, bastava, para tal, enviar cópia de 2 documentos?

2 – No entanto, e apesar de não concordar com o conteúdo da informação do Departamento de Planeamento, Urbanismo e Equipamentos Públicos, e explicarei porquê,

a) porque razão esse documento não tem data precisa? Apenas diz “novembro de 2014”! É normal esta imprecisão de datas?

b) É normal que se considere um cartaz propaganda como uma mera informação respeitante, como diz o documento, ao cumprimento de prescrições legais? A ser assim, nos anos anteriores, verificou-se, por acaso, o cumprimento desse preceito legal?

3 - Na resposta que enviou, anexa uma carta da Águas do Planalto, datada de 16 de outubro de 2015. Nela, foi apenso um carimbo da CMT, onde há lugar para colocar o n.º de entrada, a data, o código e a rúbrica do recetor. No entanto, verifica-se que, a não ser a designação, escrita manualmente, “balcão único”, nenhuma informação existe. É normal que isso aconteça? Não deveria constar a data, a rúbrica do recetor, o n.º de entrada e o código?

4 – Essa carta chega ao deslante de solicitar um outdoor, propriedade da CMT, junto à rotunda do “Continente”, para informar da qualidade da água fornecida no ano de 2013! Ora bem, acontece que o outdoor colocado não é da CMT, nem foi colocado no local mencionado, mas sim noutra! No entanto, não há, no parecer do Departamento referido, nenhuma alusão a esse facto, o que se estranha!

Mesmo assim, pergunto-lhe:

- a) Sabe, por acaso, que o conteúdo da informação que consta naquele outdoor se refere aos resultados de 2014 e não de 2013?
- b) A ser assim, não teria a câmara municipal a obrigação de fiscalizar os procedimentos daquela empresa, obrigando-os a publicitar os resultados da qualidade da água nos anos anteriores? Ou esses resultados, de tão maus, já não interessam aos consumidores?

5 – Certamente, V. Ex.^a é uma pessoa atenta aos pormenores. Vejamos então o seguinte:

A carta é datada de 16 de outubro. A ERSAR deu conhecimento às entidades interessadas do “leilão” (e a expressão é minha) dos tais selos no dia 4 de novembro. A entrega desses galardões foi em 19 de novembro. No dia 21 de novembro, a Águas do Planalto enviou à junta de freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, uma carta de congratulação pela atribuição dessas “distinções”, o que mereceu, da parte daquela junta, uma adequada resposta!

Pergunto-lhe, senhor presidente: Não acha estranho a carta que me deu cópia seja datada de 16 de outubro? Ou seja, quase 20 dias antes da atribuição dos referidas “distinções”? Ou acha normal que a ERSAR tenha “segredado” à empresa que lhe ia atribuir um prémio, ou dois, e estamos perante uma espécie de “fraude” que o devem preocupar, porque, afinal, está em causa a qualidade de um bem de consumo essencial e, conseqüentemente, a saúde dos seus munícipes?

Senhor presidente,

Afinal, a julgar pela avaliação dos serviços camarários, esta empresa não cumpre a Lei, porque ao divulgar apenas o que lhe interessa, se julga acima dela.

Sendo assim, ainda aceita que esta isenção se enquadre no “Regulamento de Taxas de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Tondela”, quando as empresas que criam riqueza para o nosso concelho têm de pagar pelo mesma publicidade? E quando estamos a isentar de taxas uma empresa que vem ao nosso território sacar o dinheiro proveniente de receitas de um bem essencial, que é nosso, que pagamos a preço de ouro, e que leva essa mesma coleta sabe-se lá para onde?

Para memória futura, vou entregar na mesa os documentos em que suporrei estas minhas dúvidas.

Resta-lhe agora a si, senhor presidente, responder ao que lhe compete.

Assembleia Municipal de Tondela, 27 de fevereiro de 2015

Joaquim Santos

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature in black ink, possibly "Cleber".
 - A signature in blue ink, possibly "R".
 - A signature in black ink, possibly "SB".



**GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA**

REQUERIMENTO

Ex. mo Senhor

Presidente da assembleia municipal de Tondela,

Nos termos do regimento da assembleia municipal de Tondela, venho, junto de V. Ex.^ª, se digno enviar à câmara municipal de Tondela o seguinte

REQUERIMENTO

Em data não definida, mas há alguns dias atrás, a empresa Águas do Planalto colocou, junto á rotunda que dá acesso a Molelos, e onde se inicia a EM627, um *outdoor* publicitário.

Em nosso entender, trata-se de um local onde não deve ser afixada publicidade, dada a sua proximidade com a via de circulação.

Mas, colocando de parte este particular, requeremos a seguinte informação:

1 – Tratando-se de publicidade, identificada com uma empresa de direito privado,

- a) A empresa Águas do Planalto solicitou aos serviços competentes autorização para colocar aquele placard?
- b) Se solicitou, houve parecer dos serviços técnicos responsáveis?
- c) Quanto foi o valor pago pela empresa Águas do Planalto para licenciamento de tal publicidade.
- d) A existirem estes procedimentos, solicitamos cópia dos mesmos (pedido de autorização, parecer e guia de pagamento com comprovativo de liquidação)

2 – Se estes procedimentos não foram satisfeitos, deve, em nosso entender:

- a) Ser activado, de imediato, o serviço de fiscalização municipal, e notificar a empresa para retirar a publicidade.
- b) Ser aplicada a correspondente coima aquela empresa.
- c) Caso sejam estas os factos, solicitamos cópia do relatório do serviço de fiscalização e a notificação da respetiva coima.

Tondela, 6 de janeiro de 2014

Pe'l'O Grupo Parlamentar do Partido Socialista da assembleia municipal de Tondela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA
Largo da Republica, 16 – 3 460-001 Tondela
Telf. 232811110 fax. 232 811120

Exmo. Senhor
Líder de bancada do
Grupo Parlamentar do PS

Oficio	data
2	07-01-2015

Assunto: Requerimento

Junto se envia cópia da resposta enviada pela Câmara Municipal ao requerimento entregue a 6 de janeiro.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia

Carlos Cunha

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de
Tondela
Largo da República 16
3464-001 Tondela

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Nossa data
		Ofício nº 22 GAV/AM	28/01/2015

Assunto: Requerimento do Grupo Parlamentar do PS

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

No seguimento do requerimento apresentado, pelo Grupo Parlamentar do PS à Assembleia Municipal, e de acordo com o solicitado por V. Exa, via ofício no passado dia 07 do corrente mês, vimos por este meio dar resposta às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do PS:

- a) A empresa Águas do Planalto S.A por requerimento de 16/10/2014 solicitou a colocação de um Outdoor informativo da qualidade de água;
- b) Os serviços técnicos de urbanismo emitiram informação favorável á pretensão. No entanto referem ainda, que a colocação do outdoor, por se destinar a informação relativa á qualidade da, água relacionada com o cumprimento de prescrições legais, sem carater de publicidade comercial, não está sujeita a licenciamento, nos termos do regulamento municipal de ocupação de espaço público e publicidade do Município de Tondela, (aprovado em reunião de Câmara no dia 28 de janeiro de 2014 e em sessão de Assembleia no dia 28 de abril de 2014).
- c) A pretensão por não estar sujeita a licenciamento, conforme referido na alínea anterior, não estava sujeita ao pagamento de taxas.





Mais juntamos o ofício das águas do planalto, com pedido de autorização para colocação de outdoor, assim como a informação técnica, com autorização do Vereador do Pelouro do Urbanismo e Equipamentos Públicos, assim como a e comunicação ao requerente.

Com os melhores cumprimentos.



O Presidente da Câmara Municipal de Tondela

(José António de Jesus, Dr.)

I N F O R M A Ç Ã O

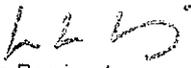
ASSUNTO: Pedido de colocação de OUTDOOR – Águas do Planalto

Pretende requerente, Águas do Planalto S.A., entidade concessionária da rede de abastecimento pública de água no município de Tondela a instalação de outdoor informativo da qualidade de água fornecida.

Esta pretensão por não ter carácter de publicidade comercial mas sim de mera informação, não está abrangido pelo Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Tondela, (Aprovado em Reunião de Câmara no dia 28 de janeiro de 2014 e em Sessão de Assembleia no dia 28 de abril de 2014) conforme previsto no n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do seu artigo 3º.

Face ao exposto e considerando que a mensagem a colocar no outdoor se destina a prestar informação relativa à qualidade da água relacionada com o cumprimento de prescrições legais, não se vê qualquer inconveniente na colocação que por não lhe ser aplicável o Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Tondela não está sujeito ao pagamento de taxa.

Novembro 2014
À consideração superior


Ernesto Pereira, Arq.

Comissão de Urbanismo - SA
13/11/2014


Tomei conhecimento


12/11/2014









ÁGUAS DO
PLANALTO

ÁGUAS DO PLANALTO, S.A.

Estação de Tratamento de Água
3464-004 Mosteiro de Fráguas - Tondela, Portugal
T. +351 232 819 240 · F. +351 232 819 259
www.aguasdoplanalto.pt · aguasdoplanalto@lusagua.pt

EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE
TONDELA
LARGO DA REPUBLICA
3460-532 TONDELA

Tondela, 16 de Outubro de 2014

N/ Ref. ADM/16102014

V/ Ref.

ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE OUTDOOR

Exmo Senhor Presidente,

A AGUAS DO PLANALTO pretende colocar 1 (um) outdoor informativo da qualidade da água fornecida no ano 2013 à população de Tondela.

Nesta conformidade solicitamos autorização para colocação de 1 outdoor vertical com as medidas de 8,00x3,00 (área de 24m²) pelo período de 2 meses.

Caso seja possível a cedência, gostaríamos de utilizar a estrutura existente junto à Rotunda do "Continente".

Atendendo à natureza da informação não publicitária e por ser tratar de serviço público do interesse, também, do Município solicitamos isenção de taxas publicitárias ou outras se houver lugar às mesmas.



CÂMARA MUNICIPAL DE TONDELA
Entrada nº _____ Data ____/____/____
Código BALCAO USUÁRIO
Rúbrica _____

Sem outro assunto de momento, subscrevêmo-nos, com os melhores cumprimentos.

De V.Exas
Atentamente,


Narciso Matias
- Administrador







GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Contrato Interadministrativo para a educação

Senhores membros da assembleia municipal,

Senhor presidente da câmara municipal,

O Decreto Lei 30/2015 estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais.

Ao contrário do que refere no seu “preâmbulo”, não se trata de descentralizar, nem tão pouco de desconcentrar, mas sim de iludir aquilo que o atual governo sempre pretendeu – privatizar!

Uma das poucas verdades deste decreto, é considerar que o estado tem deveres sociais que, no entanto, faz tudo para não cumprir! Acontece na Educação, na Saúde, na Segurança Social e na Cultura. São estes os 4 pilares que mais incomodam os atuais governantes! E porquê? Porque são as pessoas que estão em causa, é a qualidade de vida a que, na sua visão radical, só alguns eleitos têm direito, e são os sectores da sociedade que mais têm incomodado os atos de governação.

E o principal objectivo do governo não é melhorar a qualidade de ensino, mas sim dar legitimidade a mais cortes na despesa com a Educação, chegando ao cúmulo de querer premiar os municípios que sejam “obedientes” e diminuam o quadro de pessoal docente que as escolas já viram reduzido, em prejuízo da qualidade do ensino e da dignidade dos professores. Depois, seguir-se-ão os outros sectores sociais, também já espezinhados pelas falhadas políticas de austeridade e que teimam em fazer vingar!

Para este governo, a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos estabelece-se por decreto, e não pelos resultados. E se os resultados não agradam, que se manipulem – esta é uma das marcas da atual governação!

Aquele Decreto-Lei não passa de uma trapalhada de conceitos e de um conjunto de ilusões, deixando à tona a cenoura alaranjada que faz correr o burro, enquanto esconde, numa profundidade ideológica sem igual, o veneno com que pretende erradicar, de vez, todas as

conquistas da Democracia construídas ao longo de décadas – a universalidade do acesso à Educação.

No entanto, nas verdadeiras exigências constitucionais, renuncia a cumprir o articulado no n.º 1 do artigo 6º da Constituição da República Portuguesa – *“promover uma verdadeira descentralização da administração pública e respeitar a autonomia das autarquias locais!”* Este procedimento, que não passa disso, amarra o poder local a obrigações que vão gerar ódios e conflitos, numa clara afronta à verdadeira missão dos municípios, que é promover a coesão territorial. Enquanto isso, as escolas, cuja missão é ensinar, passam a ser um instrumento de arremesso político.

Mais – conforme consagrado na nossa lei fundamental, e segundo o seu artigo 9.º, uma das tarefas fundamentais do Estado é *“assegurar o ensino e a valorização permanente..”*, e não é com articulados que isso se garante. E o n.º 2, do artigo 42º diz que *“o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas”*, embora no ponto 4 diga que *“é garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas”*. Ora, pretende o governo, por motivações ideológicas, e a prazo, imiscuir-se das suas obrigações e fazer da atual escola pública, com estes ensaios, uma tese para a privatização! O Estado está, assim, a forçar a criação de escolas particulares, pisando a linha das suas competências e a dar cobertura aos escândalos a que temos assistido. Foram as habilidosas e, de certa forma, criminosas diligências dos donos de alguns colégios privados a garantir a sua clientela, e foram os recentes estudos que provam a manipulação das médias dos alunos do privado, 2 valores acima, em relação ao ensino público. Em prejuízo destes últimos, assistimos a uma manobra verdadeiramente hedionda para promoção de interesses e para manipulação da opinião pública, ultrajando a competência e a dignidade, tanto dos professores como dos alunos.

É isto que o governo quer, é disto que o governo gosta! É sobre isto que o substituto de Miguel Relvas, ministro Poiares Maduro, fala, faltando à verdade, ao acusar o Partido Socialista de estar contra a descentralização. Aquele ministro, que faria melhor figura se estivesse calado, mostra-nos o seu elevado défice democrático, porque se dirige aos portugueses como se de tolos se tratassem.

Para ele, para os que pensam como ele e para o município de Tondela, aqui ficam estes recados:

- 1- O PS não quer a redução do número de professores em 10%, como é o objectivo deste decreto, que atribui um bónus de 50% do valor ao município, por cada professor a menos, e os outros 50% revertem a favor do ministério; fazem isto com o maior deslante, como se tratasse de dividir a coleta de um assalto!
- 2- O PS não quer instrumentalizar os professores, fazendo-os ajoelhar perante o poder local, mendigando algumas horas curriculares de oferta local!
- 3- O PS não aceita que haja uma nova espécie de pequenos ministros da educação locais, protagonistas de ocasião, a quererem mandar na escola, e que irão exigir, da mesma forma que o governo, ir mais além das suas competências, interferindo na política de colocação de todo o pessoal do universo escolar!





- 4- O PS não quer amordaçar os professores, silenciando as suas razões de protesto , pelo medo e pelo receio de serem assinalados com o implacável olhar do poder local!
- 5- O PS não quer direcções dos agrupamentos submissas às autarquias, porque já nos bastam os maus exemplos a que assistimos no ensino profissional!
- 6- O PS não quer o extermínio puro e simples das escolas profissionais que, com a concorrência desleal inerente à regra dos tais 25% do currículo de responsabilidade autárquica, terão os seus dias contados. Compete às escolas profissionais, e a par de outros parceiros que não as autarquias, estabelecer currículos capazes de satisfazer a procura dos mercados de trabalho locais!
- 7- O PS não aceita a ausência total de uma discussão pública alargada sobre esta delegação de competências, porque a Educação não é propriedade de meia dúzia de cabeças que foram politicamente eleitas, mas sim de toda a comunidade que, melhor do que ninguém, sabe o que quer para o futuro dos seus filhos e para o seu próprio futuro!
- 8- O PS não calará esta tentativa de castração da Educação que se quer universal e igual – somos um país e não uma manta de retalhos!
- 9- O PS não calará, nunca, os atropelos à Constituição, e que este enquadramento deixa antever. O documento que nos surge está ferido de incumprimento do artigo 77º da nossa lei fundamental - Participação democrática no ensino!

“Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.

A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino”.

Ora, e se nada mudou, não há lugar para a interferência do poder local nas políticas da educação; a não ser que, e mais uma vez sem qualquer punição, o governo insista em pisar a lei fundamental, numa clara obediência a poderes tão estranhos quanto duvidosos, e que colidem com os interesses dos portugueses! E, neste caso, com a conivência do executivo municipal!

Os passes de mágica não nos convencem e as boas intenções do governo, as mesmas que enchem os infernos, não passam de um enorme embuste, mais uma vez, contra os cidadãos; e em linha com o ditado que diz *“tanto é ladrão o que vai à vinha como o que fica à porta”*, aqueles que deram e que vierem a dar o aval a este disfarce reformista, sejam eles membros do órgão executivo, membros do órgão deliberativo ou membros dos órgãos directivos escolares, serão chamados à responsabilidade porque não tiveram a coragem de dizer “não” a um aceno do governo, que usa migalhas como engodo, a troco de obediência programática!

À partida, eram mais de duas dezenas de municípios, à chegada serão menos de metade!

Perguntem àqueles porque ficaram pelo caminho. Eles responder-vos-ão que preferem a via da transparência!

E perguntamos nós aos que enfileiraram esta farsa do ministro da educação, o que os move, além da subserviência!?

E qual a razão de nos colocarem perante um facto consumado, negociado à revelia dos professores, dos alunos, dos pais, das empresas, das associações...enfim, dos tondelenses?

Senhores membros da assembleia municipal,

Estamos perante um documento que atropela os mais elementares direitos de cidadania e que representa um perigo para a qualidade e que abre as portas à promiscuidade no ensino! Um documento que é contestado por todos, menos por aqueles que o desconhecem!

Senhor presidente da câmara,

Tondela e os tondelenses merecem mais! A notoriedade de um território constrói-se com ideias e não pelo servilismo!

Não teime em fechar os olhos às armadilhas que este processo encerra! Recordamos-lhe que foi eleito para defender os nossos interesses e não para ser um agente do governo no nosso concelho!

Como disse Calderón de La Barca, *“A coragem é filha da prudência, não da temeridade!”*

Por isso, e com toda a sinceridade, lhe sugerimos:

Seja prudente e não aceite ser um dos figurantes desta encenação!

Assembleia municipal de Tondela, 27 de fevereiro de 2015

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

PROPOSTA

O Contrato Interadministrativo sobre a Educação, que nos foi presente pela câmara municipal de Tondela, merece uma atenção especial e não pode ser objeto de uma mera formalidade.

Assim, e considerando que:

- 1 – Não ouve qualquer debate público sobre este assunto.
- 2 – Não foram ouvidos, nem chamados a participarem na sua redacção final, os principais interlocutores – professores, representantes dos alunos e encarregados de educação, partidos políticos, empresas regionais e outros.
- 3 – Não revela, com clareza, as verdadeiras intenções políticas dos seus subscritores.
- 4 – O senhor presidente da câmara, no seu documento “As razões para o Acordo – Projeto piloto” reconhece que não foi aberto um debate com os vários intervenientes.

A assembleia municipal de Tondela, delibera:

- 1 – Nomear um grupo de trabalho para avaliar o eventual enquadramento do município de Tondela no conteúdo do Decreto-Lei 30/2015.
- 2 – Que esse grupo de trabalho seja constituído por membros da assembleia, em representação de todos os partidos, por representantes dos professores e dos encarregados de educação dos dois agrupamentos escolares do concelho e por uma representação da Escola Profissional de Tondela.
- 3 – Este grupo de trabalho promoverá um debate público, envolvendo toda a comunidade educativa das 7 escolas do concelho e apresentará as suas conclusões numa assembleia extraordinária, a realizar para este efeito.

Pel' O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em 27 de fevereiro de 2015

Reitero os cumprimentos,

É com enorme regozijo que vejo aqui nesta assembleia a proposta de regulamento do conselho municipal de juventude de Tondela.

É mais uma etapa que se termina. É mais uma porta que se abre.

Importa considerar que, e estando presente nas diferentes reuniões do recente órgão, se trata de um documento participado, em que todos tiveram oportunidade de contribuir e onde estão acauteladas todas as especificidades do nosso território.

Ao lerem o Regulamento vão aperceberam-se que integram este organismo consultivo inúmeras sensibilidades.

E não falo das decorrências diretas da lei que tutela estes conselhos, que apenas reveste de caráter obrigatório a participação das juventudes partidárias, os representantes das assembleias municipais, as associações juvenis e associações de estudantes.

Quisemos todos ir mais longe!

É hoje claro que uma política de juventude tem que ser abrangente e representativa, tem que ter dinâmica e massa crítica.

Nesse sentido, o Conselho Municipal da Juventude de Tondela integra, na qualidade de observadores, um elemento do Conselho Municipal de Educação, um representante do associativismo concelhio na área desportiva, outro na área cultural, um na área social e um observador da federação das associações juvenis do distrito de Viseu.



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela em exercício, Exmo. Senhor Presidente da Câmara municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

A importância dos artesãos, do artesanato e da produção local é uma realidade por todos reconhecida porquanto fará parte do ADN e da identidade dos territórios, onde estão inseridos e por isso julgo que se justifica a presente intervenção, neste ponto, em que iremos votar o regulamento do Mercado de Artesanato de Tondela enquanto instrumento regulador, que incide sobre esta temática.

A este propósito permitam-me registar a mostra gastronómica promovida pelo município de Tondela no pretérito dia 23 de fevereiro.

Numa estratégia de promoção e divulgação dos produtos e dos artesãos locais à escala nacional, os oleiros foram convidados a criarem pratos de mesa onde foi servido, por exemplo, o nosso característico cabrito.

Na visita efetuada às olarias, os chefes tiveram oportunidade de conhecer as virtudes do Barro Negro de Molelos, na confeção, e as suas potencialidades no que respeita à criação de peças exclusivas, não só ao nível de loiça utilitária, mas também decorativa.

Assim, pretendeu-se com esta iniciativa, para além da evidente promoção do território, a constituição de uma alavanca para futuras oportunidades de negócio e comercialização de produtos endógenos.



Esta ação contou também com a presença do Secretário de Estado da administração Local, António Leitão Amaro, e do Ministro-adjunto do Desenvolvimento Rural, Miguel Poiães Maduro, que ao apadrinhar este evento, deu um sinal de reconhecimento e valorização do que é nosso em particular da extraordinária tradição e qualidade dos artesãos de Molelos e do Barro Negro.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, julgo que estamos todos alinhados, no reconhecimento de que ações desta natureza serão sempre bem-vindas porque são um valor acrescentado, ao propósito maior que encerram – associar a gastronomia da mais elevada qualidade e dos seus intérpretes – conceituados chefes de cozinha - com a excelência e o potencial do barro de Molelos são uma aposta que deve continuar.

2 




Assembleia Municipal de Tondela

Moção

É com enorme descontentamento, da população utente, do Centro Hospitalar Tondela Viseu (unidade de Tondela) e dos seus profissionais de saúde que se depararam com esvaziamento de serviços do Hospital por causa do encerramento do laboratório de análises clínicas

Havendo desta forma uma diminuição da capacidade de resposta da Unidade de Tondela, aos cidadãos deste concelho, que ao longo destes últimos anos tinha vindo a dar.

Esta decisão à qual não conhecemos estudo financeiro que a suporte, vai levar a um aumento de custos com a utilização da química seca com o transporte do material a analisar e com o transporte de doentes que terão de ser transferidos ou mesmo deslocar-se a Viseu pelos próprios meios por falta de suporte analítico.

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Tondela reunida delibera.

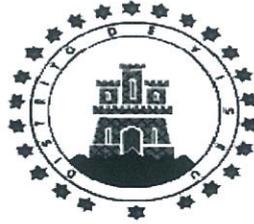
- Requerer ao Ministério da Saúde, à Administração Regional de Saúde e ao Concelho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu que suspendam qualquer acto relativo ao encerramento do Serviço de Análises Clínicas

Tondela, 28 de Fevereiro de 2015

O Eleito da CDU







Exmo Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Exmo Presidente da Câmara Municipal

Exmos Vereadores

Exmos Deputados da AM

Minhas Senhoras e meus Senhores

A Frapviseu tomou conhecimento e analisou a proposta de “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”, aprovada em Conselho de Ministros no dia 15 de janeiro, que visa concentrar nas autarquias um vasto conjunto de competências nas áreas das políticas educativas, da administração das Escolas/Agrupamentos, da organização curricular, pedagógica e administrativa, e da gestão de recursos (incluindo humanos), bem como analisou a matriz de responsabilidades a atribuir ao MEC, ao Município e aos diretores do agrupamento.

A Frapviseu entende, se a autonomia das escolas não tem passado de retórica, neste quadro de municipalização da educação, ela fica irremediavelmente posta em causa – a autarquia passa, inclusive, a interferir na esfera da autonomia profissional que exerce nas escolas, quando, por exemplo, se propõe definir os “conteúdos, metodologias, atividades e avaliação” das componentes curriculares locais ao abrigo de um designado “coeficiente de eficiência”.

Assim, considerando que:

- o programa “Aproximar a Educação”, no modo como está formulado, imporá uma dupla tutela às Escolas – Estado Central e Câmaras, diminuindo a autonomia das Escolas;
- o programa “Aproximar a Educação” é pouco claro nos seus propósitos e processos, a que as escolas e agrupamentos se limitam a assistir. É grave que se discutam estas questões sem se dar voz ativa aos atores principais no processo de Educação: as Escolas e os seus órgãos, os Pais através das Associações de pais;
- os principais atores - os diretores, os conselhos gerais, as Escolas e aqueles que as representam - não podem ser figurantes menores neste processo. Têm de ser mais interventivos e tomar posição formal sobre o mesmo. É fundamental que as Escolas participem formalmente no processo;

Clear

SP

mm

R

-
- o texto de "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências" representa, em muitos aspetos, uma inaceitável intromissão na vida das escolas, sublinhando como muito negativa a exclusão dos parceiros educativos do debate sobre este processo de municipalização;
 - a imposição da municipalização pelo governo, sem um debate alargado, sem um consenso nacional e à pressa, é contraproducente, podendo provocar conflitos de interesses, abrindo lugar à politização da escola e da educação, retirando a escassa margem de autonomia que as escolas têm;
 - este modelo de municipalização não tem qualquer tradição de sucesso entre nós, bem pelo contrário, remete-nos para o que aconteceu na 1ª República e foi um fracasso;
 - se pretende substituir um centralismo distante por centralismos locais que são mais permeáveis a jogos de influências, ao nepotismo e caciquismo, podendo a proximidade, potenciar tanto a responsabilização, quanto o aumento de desmandos, de influências e pressões;
 - esta municipalização vai criar um maior fosso entre os municípios desenvolvidos e os mais desfavorecidos, aumentando a desigualdade e a desconfiança;
 - a escola não deve ser politizada e a municipalização é por si só sinónimo de "politização do sistema de educação";
 - é totalmente inadmissível a assinatura de um contrato desta natureza e com estas implicações, sendo afastados dos níveis de decisão os docentes e a maioria dos parceiros educativos.



A Frapviseu:

- manifesta a sua extrema preocupação pelo modo como está a ser conduzido todo este processo, que deveria ser um desígnio nacional e não partidário;
- manifesta a sua oposição à ingerência das autarquias na organização curricular e pedagógica das escolas;
- exige a revalorização da Escola Pública, pelo que não faz sentido “guerras” entre Municípios e Escolas;
- reclama a abertura de um debate público municipal alargado que permita aprofundar caminhos de descentralização para o nível local e para as escolas, quer do ponto de vista das competências a transferir, quer dos órgãos que as devem assumir, no respeito por regras democráticas de funcionamento e por uma adequada participação escolar e comunitária;
- solicita a suspensão imediata do processo em curso e o início de uma discussão alargada em prol de um ESCOLA MELHOR PARA TODOS.
- Propõe desde já alterar a constituição e reforçar poderes no Conselho Municipal da Educação, deixando de ser um órgão consultivo para deliberativo em que nenhum dos pares educativos possa ter maioria.

Estamos disponíveis para fazer este debate e alargar o mesmo em cada um dos Agrupamentos de Escola do Concelho de Tondela

Viseu, 27 de fev 2015

